

# XIII Plenária Nacional da Fenajufe



## SÓ A LUTA TRAZ CONQUISTAS

Fortalecer as organizações dos trabalhadores para garantir nossos direitos.

Natal/RN  
**19 a 21**  
maio/2006

 **FENAJUFE CUT**  
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES  
DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

# XIII Plenária Nacional da Fenajufe

SÓ A LUTA TRAZ CONQUISTAS

Fortalecer as

FICHA TÉCNICA

trabalhadores para garantir nossos direitos.

Natal/RN

## **COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

### **COORDENAÇÃO GERAL**

Ana Luiza Figueiredo Gomes (SP)  
Ramiro Santana Moreno López (RS)  
Roberto Policarpo Fagundes (DF)

### **COORDENAÇÃO FINANCEIRA**

Cláudio Renato Azevedo (RS)  
Luiz da Silva Falcão (SP)

## **COORDENAÇÃO EXECUTIVA**

### **COORDENAÇÃO DE FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SINDICAL**

Elisa de Souza Lima (SC)  
Francisco Donizete dos Santos (PR)  
Saulo Arcangeli (MA)

### **COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO**

Carlos Antônio Ferreira (MG)  
Jacqueline Albuquerque (PE)  
Sheila Tinoco (DF)

### **COORDENAÇÃO JURÍDICA E PARLAMENTAR**

Adilson Rodrigues Santos (SP)  
Maria da Graça Sousa (DF)  
Rogério Fagundes de Assis (BA)

### **COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PERMANENTES**

Ana Paula Barbosa Cusinato (DF)  
Vera Lúcia Pinheiro (RJ)

### **ORGANIZAÇÃO DO CADERNO DE TESES**

Eliane Mendes  
Leonor Costa

### **DIAGRAMAÇÃO**

Ronaldo Alves

### **IMPRESSÃO**

Gráfica Relevo

### **TIRAGEM**

220 exemplares

# XIII Plenária Nacional da Fenajufe

SÓ A LUTA TRAZ CONQUISTAS

Fortalecer as

*ÍNDICE*

organizações para garantir nossos direitos.

Natal/RN

## TESES GERAIS

<i>AVANÇAR NO CAMPO DEMOCRÁTICO E POPULAR</i>	07
<i>UNIDADE, INDEPENDÊNCIA E LUTA!</i>	13
<i>POR UMA FENAJUFE DE LUTA E DE OPOSIÇÃO AO GOVERNO LULA</i>	19
<i>FENAJUFE COMBATIVA, DESATRELADA DO GOVERNO LULA E FORA DA CUT</i>	24

## TESES ESPECÍFICAS

<i>'SOFTWARE LIVRE': A REVOLUÇÃO SILENCIOSA</i>	26
<i>TELESUL: ROMPENDO O CERCO DO IMPÉRIO DO NORTE</i>	28
<i>TÉCNICOS DE TRANSPORTE: HISTÓRIA DE LUTA</i>	30
<i>COTA PARA GÊNERO</i>	33
<i>LICENÇA PARA MANDATO CLASSISTA DE SERVIDORES</i>	36
<i>A FENAJUFE E OS AGENTES DE SEGURANÇA</i>	39
<i>UMA NOVA IMAGEM PARA O SERVIDOR PÚBLICO</i>	41
<i>DATA-BASE</i>	43
<i>REDUZIR A JORNADA PARA PROLONGAR A VIDA</i>	45

# XIII Plenária Nacional da Fenajufe

SÓ A LUTA TRAZ CONQUISTAS

Fortalecer as

REGIMENTO INTERNO

delegados para garantir nossos direitos.

Natal/RN

## CAPÍTULO I

### Dos objetivos da Plenária Nacional

**Art. 1** - A XIII Plenária Nacional da Fenajufe tem como objetivos:

- a)** Debater e deliberar sobre os temas em Pauta a ser aprovada pelos delegados(as) à Plenária, conforme proposta já encaminhada aos sindicatos filiados;
- b)** Debater e deliberar sobre outros assuntos que sejam de sua competência, conforme previsto no Estatuto da Federação;

## CAPÍTULO II

### Da realização e Organização da Plenária

**Art. 2** - A XIII Plenária Nacional da Fenajufe será realizada nos dias 19, 20 e 21 de maio de 2006, na rua Coronel Inácio Vale, 8847, Praia de Ponta Negra – Natal – Rio Grande do Norte.

**Art. 3** - A organização da XIII Plenária Nacional está sob responsabilidade da Diretoria Executiva da Fenajufe.

## CAPÍTULO III

### Dos Participantes e do Quorum

**Art. 4** - Participam da XIII Plenária Nacional, de acordo com os Estatutos da Fenajufe:

- a)** Cada entidade filiada à Fenajufe tem o direito de ser representada na Plenária Nacional por um delegado(a) de sua diretoria, desde que esta convoque Assembléia Geral para eleição de Delegados(as) de Base.
- b)** O número de Delegados(as) de Base à Plenária Nacional que as entidades filiadas poderão eleger, respeitando o critério de proporcionalidade quando houver mais de uma chapa concorrente, obedecerá à seguinte proporção:

até 250 sindicalizados na base	1 (um) delegado(a);
de 251 a 500 sindicalizados na base	2 (dois) delegados(as);
de 501 a 750 sindicalizados na base	3 (três) delegados(as);
de 751 a 1000 sindicalizados na base	4 (quatro) delegados(as);

Acima de 1000 sindicalizados, a entidade terá direito a 4 (quatro) delegados(as) mais 1 delegado(a) para cada 500 (quinhentos) sindicalizados na base ou fração que ultrapassar os 1000 iniciais.

**c)** O quorum da Assembléia Geral para escolha de Delegados(as) à Plenária Nacional deverá ser de 3 (três) vezes o número de delegados(as) a que tem direito cada uma das entidades filiadas.

**d)** O quorum mínimo de presença nas Assembléias Gerais que elegerão os Delegados(as) de Base será de 30% (trinta por cento) da presença exigida para eleger o total de Delegados(as).

**Parágrafo Único:** Poderão ser eleitos Observadores(as) à Plenária Nacional, apenas com direito a voz, no máximo 50% (cinquenta por cento) dos Delegados(as) a que tem direito a entidade filiada.

**Art. 5** - As deliberações da Plenária Nacional serão adotadas por maioria simples dos votos dos delegados(as) presentes.

## CAPÍTULO IV

### Das Inscrições e Credenciamento

**Art. 6** - Os Delegados(as) e Observadores(as) participantes da XIII Plenária Nacional da Fenajufe deverão ser inscritos junto à Fenajufe, mediante apresentação de cópia da Ata da Assembléia Geral que os elegeu, respectiva lista de presença, edital de convocação da assembléia Geral, fichas de inscrição devidamente preenchidas com dados de cada participante e com o pagamento antecipado de taxa de inscrição de cada delegado(a) e observador(a).

**Art. 7** - O credenciamento dos Delegados(as) e Observadores(as) previamente inscritos terá início no dia 19/05 às 10 horas no local de realização da Plenária, encerrando-se às 16 horas do dia 20/05, e será feito mediante a apresentação de documento de identidade ou funcional.

**Parágrafo Único:** Cada Delegado(a) ou Observador(a) é responsável pela guarda do material contido nas pastas, e não haverá, em nenhuma hipótese, reposição do cartão de votação.

## CAPÍTULO V

### Do Temário da XIII Plenária Nacional da Fenajufe

**Art. 8** - O Temário da XIII Plenária Nacional é o seguinte:

1. Regimento Interno;
2. Conjuntura;
3. Plano de Lutas;
4. Prestação de Contas (03/2005 a 03/2006);
5. Moções.

## CAPÍTULO VI

### Do Funcionamento da XIII Plenária Nacional da Fenajufe

**Art. 9** - A XIII Plenária Nacional está composta pelos seguintes órgãos:

- a) Plenária dos Delegados(as) e Observadores(as);
- b) Mesas Diretoras dos Trabalhos;
- c) Diretoria Executiva da Fenajufe.

**Art. 10** - A Diretoria Executiva da Fenajufe reunir-se-á durante a Plenária sempre que necessário para encaminhar as atividades de coordenação da Plenária.

**Art. 11** - A Diretoria Executiva é a responsável imediata por todas as medidas necessárias à realização e coordenação da XIII Plenária Nacional.

**Art. 12** - A programação da XIII Plenária Nacional da Fenajufe é a seguinte:

#### 19/05 (sexta-feira)

- 10h00** – Início do credenciamento
- 14h00** – Abertura
- 14h30** – Discussão e aprovação do Regimento Interno
- 15h30** – Apresentação de recursos
- 16h00** – Intervalo
- 16h30** - Apresentação das teses
- 18h30** – Prestação de contas (03/2005 a 03/2006)
- 19h30** – Encerramento

**20h00** – Apresentação folclórica no auditório

**21h00** - Atividade de confraternização

#### 20/05 (sábado)

- 09h00** – Trabalho de grupo (toda pauta)
- 13h00** - Intervalo para almoço
- 14h00** – Trabalho de grupo
- 16h00** – Encerramento do credenciamento
- 16h30** – Lanche
- 18h00** – Encerramento do trabalho de grupo
- 19h00** – Reunião dos relatores dos grupos

#### 21/05 (Domingo)

- 09h00** – Plenária Final - Aprovação das resoluções
- 13h00** – Almoço
- 14h30** – Plenária Final – Aprovação das resoluções e moções
- 18h00** – Encerramento

**Art.13** – As Plenárias terão uma Mesa Diretora dos Trabalhos cujos nomes serão indicados pela Comissão Organizadora e aprovados pelo Plenário, composta por um presidente, um secretário e um relator.

**Parágrafo Único:** A Plenária dos(as) Delegados(as) é a instância máxima de deliberação da XIII Plenária Nacional da Fenajufe.

**Art. 14** – No momento de apresentação de teses, a Mesa Diretora dos Trabalhos pedirá ao Plenário que sejam apresentadas as teses existentes para discussão, satisfeita a exigência de que cópias dos respectivos textos tenham sido distribuídas a todos os participantes da XIII Plenária Nacional.

**Art. 15** - Os signatários ou defensores das teses deverão comparecer para apresentá-las, podendo utilizar o tempo máximo para exposição de 10 (dez) minutos para as teses que contemplarem todo o temário e 3 (três) minutos para as que tratem de temas específicos.

**Parágrafo Único:** A critério da Mesa e com aprovação do Plenário, o tempo de apresentação poderá ser acrescido igualmente para todas as teses.

**Art. 16** - As teses apresentadas serão encaminhadas para discussão nos grupos de trabalho e, a partir delas, serão elaboradas propostas de resoluções sobre os temas que compõem a pauta da XIII Plenária Nacional.

**Art. 17** - Cada Grupo de Trabalho elegerá um coordenador, um secretário e um ou mais relatores, que poderão ser mantidos ou renovados em cada uma das sessões do grupo.

**Parágrafo 1º** - A intervenção de delegados(as) e

observadores(as) nos Grupos de Trabalho se dará pela ordem de inscrição, cabendo ao secretário anotar os inscritos e ao coordenador submeter ao Grupo o encerramento das inscrições.

**Parágrafo 2º** - A cada um dos inscritos é assegurada a palavra durante no máximo três minutos.

**Art. 18** – Os Grupos de Trabalho discutirão todas as teses apresentadas à XIII Plenária, e os participantes poderão propor resoluções que deverão ser encaminhadas por escrito ao relator, utilizando-se de formulário apropriado.

**Parágrafo 1º** - Às propostas de resolução encaminhadas será assegurada uma defesa e uma contestação.

**Parágrafo 2º** - Apresentada a proposta e realizados os debates, será encaminhada a votação.

**Parágrafo 3º** - Somente serão levadas às Plenárias as propostas aprovadas por maioria simples e as que obtiverem no mínimo 30% (trinta por cento) dos votos dos delegados(as) presentes nos respectivos grupos.

**Parágrafo 4º** - As moções, para serem submetidas às Plenárias, deverão ser aprovadas nos Grupos de Trabalho e obterem o mesmo coeficiente definido no parágrafo anterior.

**Art. 19** - As votações dar-se-ão da seguinte forma:

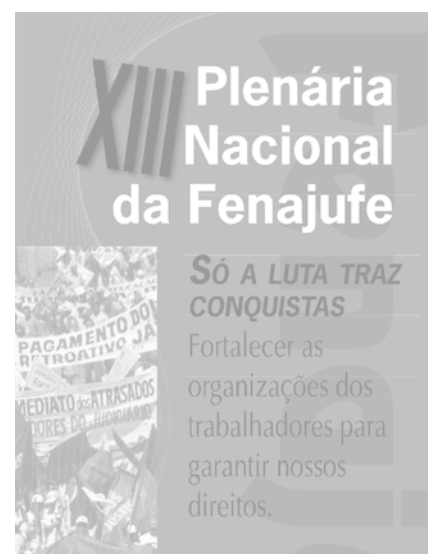
- a) Cada Delegado(a) terá direito a um voto;
- b) Não serão aceitas questões de ordem, esclarecimentos ou encaminhamentos durante o regime de votação;
- c) As votações serão feitas mediante o levantamento dos cartões de votações dos delegados (as);
- d) Havendo dúvida de qual proposta foi vencedora, por contraste do levantamento dos cartões de voto, a Mesa poderá repetir a votação e, persistindo a dúvida, a Mesa realizará a contagem nominal dos votos.

**Art. 20** - As questões de ordem serão decididas pela Mesa e pelo Plenário, e devem dizer respeito exclusivamente à ordem dos trabalhos e da pauta.

## CAPÍTULO VII

### Das Disposições Finais

**Art. 22** - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva, com aprovação do Plenário.





Fortalecer as organizações dos trabalhadores para garantir nossos direitos.

Natal/RN

# AVANÇAR NO CAMPO DEMOCRÁTICO E POPULAR

## CONQUISTA NECESSÁRIA PARA TRANSFORMAR A VIDA DA CLASSE TRABALHADORA

CSD – CUT SOCIALISTA E DEMOCRÁTICA

### CONJUNTURA

#### A) Questões de Período na Conjuntura Internacional

1. Vivenciamos, nos anos 90, um período de ofensividade da dominação mundial do capital, baseada na mercantilização da vida, que foi seguida de um vigoroso crescimento das resistências. Foi na década passada que o neoliberalismo atingiu o seu auge e iniciou seu declínio no mundo.

2. Quatro foram os traços marcantes desse auge:

- a. ao longo de duas décadas, o neoliberalismo conseguiu subtrair desde os anos 1980 direitos dos trabalhadores e privatizar amplos setores da economia, tanto nos países imperialistas como nos subdesenvolvidos. Desta forma, ampliou os lucros das empresas multinacionais;
- b. com o fim da URSS e do “campo socialista” em 1991, e com as reformas adotadas pela China desde a década anterior, vastos territórios que estavam praticamente fora do circuito do capitalismo mundial passaram a ser também terreno para expansão da acumulação de capitais multinacionais;
- c. o fim da “Guerra Fria” em 1991 e o início da “unipolaridade” dos EUA colocaram esse país como única superpotência militar (ao mesmo tempo que continuou perdendo peso relativo na economia capitalista mundial);

d. a financeirização da riqueza adquiriu níveis sem precedentes. Os povos que buscavam caminhos alternativos ao neoliberalismo passaram a sofrer uma dupla ameaça: a dos ataques especulativos a suas economias e a da sobre-extensão militarista do poder dos Estados Unidos sobre todo o planeta.

3. A seqüência de crises financeiras vividas a partir da crise do sudeste asiático em 1997, a crescente polarização entre ricos e pobres dentro de cada país e entre países imperialistas e subdesenvolvidos, e a militarização generalizada promovida pelos EUA evidenciavam que esta era uma “ordem internacional mais instável, mais injusta e mais violenta que a anterior”.

4. Ao longo de todo o período neoliberal, houve nos mais diversos países lutas operárias e populares de resistência aos efeitos nefastos dessa política. No entanto, a ofensiva conservadora conseguiu isolar essas lutas nas sociedades. Foi somente a partir de finais dos anos 1990 que as mobilizações contra o neoliberalismo ganharam audiência e foram apoiadas por amplos setores sociais desiludidos com as promessas não cumpridas desse projeto (de que passado um “período de ajuste”, tudo ia melhorar).

5. Foi nesse contexto que na América Latina se verificou:

a. o ascenso das lutas populares contra governos neoliberais, com ocupações de terras por camponeses (Brasil, Paraguai, Peru, Colômbia), lutas

vitoriosas contra privatizações de serviços (El Salvador, Bolívia, Uruguai) e empresas públicas (Peru, Costa Rica);

b. a derrubada de governos neoliberais corruptos como nos casos de Peru, Equador, Paraguai, Argentina e Bolívia;

c. chegada aos governos de forças políticas com propostas diferentes e contraditórias aos mandados da “nova ordem” mundial norte-americana (Venezuela, Brasil, Equador, Argentina, Uruguai). Sendo que no caso do Equador, quando romperia seus vínculos com o movimento que o elegeu, o governo rapidamente foi também derrubado. E, mais recentemente, a vitória do indígena Evo Morales na Bolívia.

6. Há um novo cenário regional. Tal realidade já podia ser observada em janeiro de 2005 quando, contra a vontade e previsão do governo dos EUA, a ALCA não foi assinada, assim como na recente Cúpula de Presidentes, não havendo acordo sobre as retomadas das negociações sobre o acordo. Outra estratégia estado-unidense, de Tratados de Livre Comércio (TLCs) entre EUA e sub-regiões, enfrenta uma feroz resistência popular em diversos países.

7. O rumo da mudança na geopolítica da região está mais claro do que o da mudança de modelo econômico em cada um desses países. Mesmo no caso da Venezuela, onde o governo anuncia algumas medidas e muitas intenções de fortes mudanças, não se pode falar, ainda, de que outro modelo econômico já esteja em curso. O que

já podemos observar é a promoção da inclusão produtiva e social de milhões de trabalhadores/as do campo e da cidade baseada na organização de empreendimentos associativos, solidários e autogestionários fomentados pelo Ministério da Economia Popular.

8. Mas o fato é que, em países dependentes como os da América Latina, para se avançar na efetiva libertação das amarras do imperialismo faz-se necessário ir além da geopolítica. Precisa-se alterar a própria estrutura econômica nacional em um processo político de alteração da correlação de forças dentro de cada sociedade.

9. No entanto, o caso pioneiro de Cuba no qual uma revolução armada contra uma ditadura chegou ao poder (1959) e em pouco tempo anunciou seu “caráter socialista” (na II Declaração de Havana, 1962) ou de outras revoluções do século XX, não nos deve induzir ao engano que esse continua sendo um “padrão” para o presente período histórico. Basta verificar o cenário internacional posto pela hegemonia neoliberal e a “unipolaridade” norte-americana nos anos 1990.

10. O desafio em nosso tempo é justamente fazer de cada avanço uma trincheira a partir da qual seja possível ocupar novas posições do inimigo. Não devemos desprezar as potencialidades de uma conjuntura regional onde a hegemonia imperialista está “trincada”, mas também não devemos subestimar as dificuldades objetivas para se avançar rumo a um modelo econômico-social pós-neoliberal, mantendo um horizonte socialista. Romper o bloqueio ainda hoje existente ao avanço das reivindicações democráticas e populares em cada um de nossos países passará pelo fortalecimento de forças sociais e políticas capazes de hegemonizar os cenários nacionais com essa perspectiva.

11. Nos últimos anos, surgiu um conjunto de atores sociais mundiais e regionais que potencializaram a luta contra o imperialismo norte-americano e as políticas neoliberais. A Aliança Social Continental iniciada em 1998 e a Campanha Continental contra a ALCA desde 2002 têm sido fundamentais para a massificação da luta contra a principal iniciativa comercial dos governos dos EUA na nossa região desde a década passada. O surgimento

da Marcha Mundial de Mulheres, em 2000, foi um fator fundamental para a retomada da luta em muitos países contra a opressão do patriarcado capitalista e sintoniza-la com outras mobilizações impulsionadas pelos mais diversos movimentos sociais. A partir de janeiro de 2001 as sucessivas edições do Fórum Social Mundial (a mais recente das quais foi em janeiro 2006 em Caracas) se converteram em espaço de encontro e articulação ampla entre movimentos que lutam contra a globalização neoliberal e a guerra. Todas estas iniciativas apontam para o surgimento e fortalecimento de atores políticos internacionais.

## **B) A conjuntura brasileira em 2005-2006**

12. A XIII Plenária Nacional da FENAJUFE se realiza em um ano em que se prevê grandes tensões e disputa eleitoral. Mas o centro da atuação de uma organização sindical deve se orientar pela situação política em seu conjunto e os desafios que a luta de classes coloca para a defesa e o avanço da luta da classe trabalhadora. Neste sentido, a questão eleitoral é mais um componente.

### **Antecedentes**

13. O governo PSDB-PFL terminou em 2002 com um país atravessando uma crise profunda. Não tendo cumprido nenhuma das promessas neoliberais de bem estar social “após o ajuste”, entregou uma economia com inflação alta e ascendente, com as finanças estatais corroídas pelas dívidas públicas etc. A campanha de José Serra ainda tentou colocar na candidatura Lula a pecha de que, em caso de vitória, seria o caos, o que já estava ocorrendo por causa do patrono de sua candidatura, o presidente FHC.

14. Nesse contexto a vitória da candidatura Lula foi o resultado da conjunção da resistência popular ao neoliberalismo, assim como do próprio enfraquecimento do neoliberalismo no país. A vitória eleitoral antecedeu e em certo sentido “substituiu”, na consciência popular, (a necessidade de) um vigoroso movimento social ascendente. Por contraste, o cenário em 1989 era de um ascenso impressionante das lutas sociais que chegou junto com o espetacular desempenho eleitoral da

candidatura Lula à época.

15. As opções políticas do núcleo da campanha do Lula, em 2002, e na montagem do governo, passaram de uma “tática” de “não assustar os mercados” (com a “Carta ao povo Brasileiro”, de junho 2002) para a estratégia liderada por Palocci, aproveitando um cenário de correlação de forças adversas, de submeter o projeto democrático popular às condicionantes do continuísmo nas políticas monetária e fiscal.

16. A “chantagem dos mercados”, ao invés de ser enfrentada ou mesmo contornada, passou a orientar a política do governo nessas áreas chave. Nesse momento, sentiu-se a falta de um vigoroso movimento político e social de contra-hegemonia que pressionasse por mudanças na política econômica e que fosse capaz mais à frente de sustentar, a partir da mobilização popular, essa mudança. Isto significaria um enfretamento com o capitalismo neoliberal, isto é, com “os mercados” (os grandes capitais multinacionais) e o principal ator do cenário mundial, o governo dos Estados Unidos.

17. Para esse quadro contribuiu o virtual desaparecimento da cena de um dos pólos fundamentais na contradição – os partidos de esquerda da “base de apoio”, com o PT à frente, deixaram de ter voz própria para serem apenas caixa de ressonância de políticas já adotadas pelo Executivo Federal. Isso se mostrou fatídico no contexto de um governo que, liderado pela esquerda, na busca de “governabilidade” constituiu-se em alianças incorporando setores políticos do centro e da direita.

18. A base social organizada que construiu e lutou por décadas a favor de um projeto alternativo de poder se confrontou por diversas vezes com os rumos tomados pelo Governo Lula. Momentos como a reforma da previdência que serviu ao interesse dos estados; a Lei de Biossegurança, que abriu nossas portas a produção de alimentos transgênicos e por consequência ao domínio multinacional das empresas produtoras de sementes geneticamente modificadas; a nova Lei de Falências, feita para atender a demanda do sistema financeiro, para citar os principais. Também foram encaminhadas, sem a necessária resis-



tência dos movimentos populares, as Parcerias Público-Privadas (PPPs), uma forma “lateral” de privatização.

19. Os movimentos sociais expressaram em vários momentos suas divergências com esse rumo geral, mas suas iniciativas não conseguiram galvanizar um movimento político de pressão que fizesse avançar a correção de forças na sociedade com reflexos dentro da institucionalidade. A principal ferramenta da estratégia de disputa de rumos da conjuntura foi a CMS. Iniciativas como as marchas por Reforma Agrária e Salário Mínimo, lideradas pelo MST, uma, e pela CUT, a outra, marcaram momentos importantes, ainda que insuficientes.

20. Os impasses deram lugar ao surgimento de diversos focos de descontentamento com a situação nacional que derivaram na dispersão política. Uma parte, minoritária da esquerda social e partidária, sumariamente considerou que a acumulação de mais de duas décadas de construção estava encerrada e que se deveria partir para a construção de forças políticas e sociais para outro período, abandonando a disputa desta conjuntura.

21. O caráter popular do Governo Lula, apoiada pelos setores progressistas e de esquerda do campo democrático e popular, pode ser sistematizado, grosso modo, a partir das seguintes ações:

a. A política internacional do Governo Lula é diferente do período anterior (neoliberal). O Brasil vem estabelecendo relações com novos parceiros comerciais e diplomáticos que passam longe dos planos traçados por Washington. A relação com os países da América do Sul, principalmente com a Venezuela, Cuba, Argentina e Uruguai tem fortalecido o Mercosul e estreitado laços com os países latino americanos não alinhados com os EUA. A relação de cooperação com países africanos e também do oriente médio expande pelo mundo o questionamento à atual hegemonia internacional. No entanto, a política externa do governo errou com a iniciativa de enviar tropas militares ao Haiti, mesmo havendo um mandato da ONU. A dramática situação que vive o povo desse país é resultado da espoliação e das intervenções a que tem sido submetido

pelos governos norte-americano e francês por muito tempo. Somente a anulação de sua dívida externa e a reparação pelos danos provocados a sua economia e sociedade pelos imperialismos, aliadas à afirmação de seu direito à autodeterminação, criam as condições para superar seus impasses. O envio de tropas brasileiras e de outros países se fez por iniciativa dos governos dos Estados Unidos e da França no Conselho de Segurança da ONU com o argumento de “conter uma crise” cujas raízes estão nas políticas desses governos e que eles não têm compromisso de alterar.

b. Os investimentos sociais para diminuição da pobreza e para a geração de renda. Exemplos são: o Bolsa Família, um programa de distribuição de renda que unificou todos os benefícios sociais (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás) do governo federal num único programa e fez com que houvesse mais agilidade e menor burocracia na liberação de recursos para famílias carentes; o PRONAF, que vem crescendo durante o governo Lula, apoiando a agricultura familiar, passando a ter um caráter mais integrado com as outras ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário, consolidando a agricultura familiar como alternativa de desenvolvimento rural e com a geração de empregos no campo; implantando a Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego, a reestruturação do setor elétrico, com a diversificação da matriz energética, buscando fontes renováveis de energia; o fortalecimento da Petrobrás e construção de novas plataformas de extração de petróleo com componentes nacionais que, além de gerar novos empregos ainda fortalecem o setor de energia, estratégico para o desenvolvimento do país.

c. A ampliação do ensino superior público, com a formação de mais universidades federais em diversas regiões do país; a contratação de mais servidores públicos para as instituições e empresas públicas, iniciando assim um processo de recuperação do serviço público, com a implantação de planos de carreira

para alguns destes; a aprovação de um fundo de educação básica – o FUNDEB – baseado em patamares diferenciados do período neoliberal sobre financiamento e gestão desta área da educação.

d. O reconhecimento da luta histórica de setores discriminados e oprimidos de nossa classe como por exemplo, a Secretaria Nacional da Mulher – SNM, a Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial – SEP-PIR e a Secretaria Nacional da Juventude – SNJ.

22. Esse contexto demonstra que as contradições são frutos das opções políticas do Governo Lula, que já eram visíveis desde a sua montagem. Os contrastes se apresentam de maneira mais nítida quando observamos os avanços e os retrocessos das suas iniciativas.

## PERSPECTIVAS

23. O período histórico aberto em 2002 – com a vitória de Lula presidente – não terminou. Estamos dentro dele, mas em um novo cenário.

24. O programa do governo Lula efetivamente aplicado é uma combinação de políticas fiscais e monetárias com fortes continuidades neoliberais, fortalecimento do Estado em algumas áreas chave, desenvolvimento de políticas de renda básica universal, uma gestão de bancos públicos (sobretudo o BNDES) orientada ao investimento produtivo e não às privatizações de estatais, busca de uma integração regional como contraponto à subordinação à ordem mundial sob hegemonia americana.

25. Os resultados dessa política estão muito aquém das possibilidades do país na atual conjuntura e das aspirações do povo brasileiro, razão pela qual o clima político nos movimentos sociais é de decepção. Boa parte do esforço nacional é consumido pelo capital financeiro através da dívida pública.

26. Por outro lado, as iniciativas tomadas num sentido progressista, acima citadas, aliadas a uma conjuntura externa favorável, mostram as potencialidades que teria um modelo alternativo. Não é por outro motivo que o Ministério da Fazenda ataca

abertamente alguma dessas políticas – o foco público mais evidente tem sido o BNDES. São justamente essas medidas aliadas ao cenário internacional favorável, mas que não será indefinidamente favorável, que têm feito com que o governo Lula apresente resultados superiores aos dos governos anteriores – notadamente ao do governo FHC, que também gozou de conjunturas favoráveis, mas as desperdiçou em nome de aplicar o programa neoliberal.

27. Das tensões da “disputa de rumos” passou-se às tensões pela crise política a partir da descoberta dos esquemas utilizados pelo núcleo que dominava o PT para a arrecadação de fundos e distribuição à “base aliada”. Esquemas herdados e aprendidos com a gestão FHC e o PSDB e utilizados por parte do antigo “campo majoritário” do PT.

28. À oposição tucana-pefelista e a parte do antigo “campo majoritário” do PT não interessa revelar os verdadeiros financiadores do esquema corrupto de arrecadação, que originou a atual crise. É certo que os próprios esquemas de financiamento do PSDB e do PFL estariam em risco. Tentam desviar o foco das investigações apontando ora Cuba, ora a FARC e depois o desvio de dinheiro público como manobra para esconder os reais financiadores do caixa dois. Outro fator que mostra o caráter de classe dessa crise é que, desde o início, Roberto Jefferson já bradava “este é um esquema socialista para perpetuar uma ideologia no poder”, juntamente com a raiva incontida de Jorge Bornhausen desejando “varrer essa raça por pelo menos 30 anos”, o que mostra todo o rancor da direita brasileira.

29. Esta crise bloqueou a conjuntura, mergulhando o governo Lula, o PT e a própria oposição em uma generalizada troca de acusações.

30. Diante da crise, o governo manteve-se estático no que diz respeito a urgência de respostas contundentes para superá-la. Fazia parte da campanha eleitoral um programa vigoroso de combate à corrupção. E este não foi posto em prática. Manteve-se a opção de governar com o Congresso, seguindo os antigos métodos, em detrimento da relação com os movimentos sociais. As respostas à crise foram apoiadas

nos aspectos mais conservadores do governo, enfatizando os “avanços” econômicos “conquistados” por Antônio Palocci e Henrique Meirelles – mesmo que pesassem sobre eles várias acusações de corrupção. Ao mesmo tempo, ampliou a ala conservadora no governo, ao substituir nomes do PT como Olívio Dutra e Humberto Costa para acomodar o PMDB e o PP de Severino Cavalcanti.

31. A crise política teve pelo menos um desdobramento positivo: reabriu o debate político no campo democrático e popular. Esse é o momento em que estamos e que desafiará a XIII Plenária da Fenajufe. Ainda estamos dentro do ciclo que levou Lula ao governo em 2002. Mas os impasses da opção feita pelo governo nesse período ficaram evidentes. O papel dos movimentos sociais é o de buscar desbloquear a correlação de forças na sociedade e fazer sentir isso no terreno institucional.

32. Para darmos conta dessa tarefa, no próximo período, defendemos eixos centrais de ação, por meio dos quais possamos:

- a. reorganizar o campo democrático e popular;
- b. ter capacidade de influenciar os rumos das disputas econômicas e sociais do país;
- c. organizar o conjunto da classe trabalhadora, tendo como referência a CUT.

33. A XIII Plenária da Fenajufe deve defender uma plataforma que expresse as necessidades da classe trabalhadora do nosso país para avançarmos no projeto democrático e popular, que avaliamos como conquista necessária para modificar a situação de vida do povo trabalhador. Essa disputa é nacional, mas também deve se desdobrar em cada Estado apontando ao mesmo objetivo estratégico.

34. Trata-se de apresentar uma plataforma democrática da classe trabalhadora, que deve conter, no mínimo, os seguintes eixos:

- a. A urgência de um novo padrão de gestão macro-econômica: controle democrático e republicano do Banco Central e das autoridades monetárias; política agressiva de acumulação de reservas e introdução de mecanismos de controle de capitais; redução dos juros e apontar para o

fim do superávit primário; iniciativa no combate a renúncia fiscal e a guerra fiscal e recuperação do papel do planejamento e da regulação para um crescimento harmonioso das diversas regiões do país; mudança no caráter indireto e regressivo do sistema tributário.

- b. Acionamento de um conjunto de políticas pró-desenvolvimento, fundadas nos princípios da sustentabilidade e distribuição de renda: financiamento público para o investimento produtivo e planejado; aumento do orçamento das políticas sociais; valorização do salário mínimo através de projeto de lei e estímulo de maiores pisos regionais nos Estados; desenvolvimento de políticas de inclusão social, preferencialmente através de oferta de geração de trabalho e renda (ex. Redução da Jornada, ampliação do apoio e fomento à economia solidária, etc.); ampliação dos recursos destinados a reforma a agrária e fortalecimento da agricultura familiar e cooperativada; luta contra o latifúndio improdutivo; pela mudança do índice de produtividade que define as terras passíveis de reforma agrária; contra a estratégia de dominação do capital multinacional que busca impor a dominação do agronegócio e os transgênicos; ampliação das políticas públicas nas áreas de infra-estrutura, saneamento e habitação, com ênfase na geração de emprego; políticas de créditos, financiamento e subsídio para a formação de cooperativas de pequenos produtores rurais e de micro e pequenos empresários urbanos. Criação da extensão empresarial e da cooperação de redes de pequenos empresários; regulação e controle sobre grandes empreendimentos, em defesa dos pequenos comerciantes e serviços.
- c. Democracia participativa e mobilização popular: adoção de práticas concretas de Orçamento Participativo na União e estimulá-lo nos Estados e Municípios, e nas instituições públicas federais como as Universidades, por exemplo; adoção sistemática dos mecanismos já previstos na constituição como o plebiscito e o referendo; estímulo e fortalecimento dos Conselhos setoriais em todas as esferas administrativas, visando

ampliar a participação e o controle popular sobre as políticas públicas; democratização e acesso das entidades populares, sindicais e associativas aos meios de comunicação, através de concessões de canais de rádio e TV a essas entidades e associações comunitárias;

d. Política externa soberana e articulada na América Latina: enfrentamento da ordem excludente e unilateral imposta pelo imperialismo dos EUA; trabalhar para o fortalecimento do bloco sul-americano a partir do Mercosul, avançando no sentido da maior integração com a moeda, parlamento e integração das condições de trabalho e previdência;

e. Construção de um programa de montagem de uma nova estrutura do Estado brasileiro, no sentido oposto ao neoliberal, que coloque na agenda a luta por novas condições estratégicas de disputa.

35. Entendemos também que o centro da atuação político-sindical no próximo período deve ser a busca de uma política de valorização do trabalho e de ampliação dos direitos coletivos. Para garantir sucesso nesta direção, é necessário:

a. Apoiar a Campanha Nacional da CUT pela Redução da Jornada de Trabalho, sem redução de salários, e pelo fim das horas extras, como mecanismo de distribuição de renda com capacidade de gerar cerca de 2 milhões de empregos legais e de combate frontal à informalidade;

b. avançar na conquista de reivindicações sociais que mobilizam a classe trabalhadora, com ênfase na luta por uma política nacional de valorização do salário mínimo, de longo prazo e em forma de lei, financiada com a taxação das grandes fortunas; lutar pela preservação do poder de compra dos benefícios dos aposentados e pensionistas que recebem benefícios acima do mínimo;

c. defender políticas de combate à precarização do trabalho defendendo a formalidade dos contratos como mecanismos para garantir proteção social, acabando com a terceirização e qualquer outra forma de contratação precária;

d. avançar na conquista de maiores espaços de liberdade sindical e do direito de organização nos locais

de trabalho, ao mesmo tempo que impedir as demissões dos dirigentes sindicais;

e. ampliar a capacidade de articulação e unificação das campanhas salariais para a conquista de direitos por ramo de atividade.

36. Para além da garantia do direito do acesso à terra, a reforma agrária sintetiza a aspiração e a luta por um novo padrão de desenvolvimento do meio rural, integrado a projetos nacionais soberanos. Universalização do acesso aos direitos fundamentais, valorização dos conhecimentos e das culturas tradicionais, garantia da segurança e da soberania alimentar, promoção da igualdade de gênero, de raças e etnias, e a preservação ambiental integram-se numa agenda com capacidade de democratizar, além da terra, o poder e a renda.

37. A principal iniciativa do Governo Lula no que diz respeito à ruptura com a era neoliberal foi ter paralisado o desmonte do Estado e de sua ação enquanto provedor de políticas públicas. Foram anos de sucateamento e privatização dos serviços públicos, de cortes intensos no orçamento dos gastos sociais e investimentos (educação, saúde, moradia, reforma agrária etc.). Com a eleição de Lula e com a pressão dos movimentos sociais, iniciou-se a derrota da tese do Estado mínimo e da privatização de direitos.

38. Avançar nesta direção é efetivar a derrota dos neoliberais. Portanto, é tarefa do sindicalismo combativo pressionar pelo restabelecimento do Estado enquanto provedor de políticas públicas que garantam o exercício da cidadania plena, com acesso a equipamentos sociais, com participação popular e com distribuição de renda.

39. Não existem políticas públicas de qualidade sem valorização dos servidores públicos. Para além da convocação – encaminhada pelo atual governo – de milhares de servidores públicos por meio de concursos, o movimento sindical tem se organizado em torno da luta por Planos de Carreira. A negociação coletiva por aumento salarial dos servidores públicos deverá ser conquistada na prática, mesmo com a ausência deste direito em forma de lei.

40. Uma pauta que pode incidir com força na conjuntura é a democra-

tização do Estado brasileiro. Isto pode ser impulsionado por uma reforma política que traga mudanças no sistema eleitoral e partidário para combater a corrupção. Mas seria insuficiente se não viesse acompanhada da implementação das consultas nacionais propostas por iniciativa popular. Ao lado disto, a implementação do Orçamento Participativo Nacional como política de governo trará as decisões sobre as prioridades orçamentárias para as mãos da população brasileira.

41. Uma agenda dos trabalhadores para alterar o perfil das políticas públicas em nosso país – além de sua necessária democratização – deve ser baseada na busca de uma política de valorização permanente do salário mínimo; na redução da jornada de trabalho sem redução de salários; na recomposição do orçamento público destinado aos investimentos sociais, como por exemplo a reforma agrária, o combate às diversas formas de opressão e o apóio à economia solidária, com a necessária diminuição do superávit, atendendo aos anseios emergenciais da população.

42. A fragilidade dos direitos sociais, provocada pelos anos de políticas neoliberais em nosso país, será superada com a inversão de prioridades no orçamento público. O contingenciamento dos investimentos públicos, sob o argumento de ampliar o superávit, é o alvo atual da luta de classes. A classe trabalhadora organizada e os movimentos populares lutam para garantir recursos para as políticas sociais e para ampliar os gastos públicos com investimentos voltados para a distribuição de renda. Em outra ponta, os banqueiros e investidores financeiros em geral pressionam o governo para cortar recursos públicos e manter os juros estratosféricos. Assim, conseguem obter os maiores lucros de sua história, com a máxima concentração de renda. Em torno do orçamento público estão em combate a classe trabalhadora versus os capitalistas.

43. A polarização tende a crescer ainda mais, conforme se aprofunda as contradições na experiência deste Governo de origem popular. Ela se dá entre os que defendem que a governabilidade se estabelece pelo cumprimento das exigências do capital financeiro internacional e aqueles

setores que defendem que há que se buscar uma nova governabilidade baseada na participação popular, na mobilização social e no atendimento às necessidades emergenciais do povo brasileiro retirando renda do capital que parasita o Estado.

44. Esta Plataforma Democrática recolhe as propostas da classe trabalhadora para avançar na conjuntura. Deverá ser consensuada com e entre os movimentos sociais do campo democrático e popular, como o MST, a UNE, a Marcha Mundial de Mulheres, a CMP e o conjunto da CMS. Consolida um programa para derrotar o projeto das forças do grande capital nacional e estrangeiro, seus porta-vozes nacionais (CNI, Febraban, CNA, FIESP, Rede Globo, Folha de S.Paulo, Grupo Abril) e internacionais (FMI, Banco Mundial, G-8), que impuseram e pressionam pela continuidade do neoliberalismo.

## **LUTA POR ISONOMIA E MELHORIA DOS BENEFÍCIOS DEVE TER CARÁTER NACIONAL**

### **Participar do debate do orçamento um papel fundamental**

45. A luta para que tenhamos melhoria e isonomia nos benefícios concedidos à categoria é uma das prioridades da pauta dos Sindicatos e da Fenajufe há vários anos. Apesar de avanços obtidos, a isonomia, tendo como parâmetro os maiores valores, ainda não foi atingida. Esta distorção penaliza e indigna principalmente os setores de nossa categoria que recebem os menores benefícios. Como exemplo podemos citar a situação dos servidores em relação ao auxílio-alimentação e à assistência pré-escolar no Rio Grande do Sul. Os colegas da justiça trabalhista detêm - mesmo com os novos patamares definidos no final do ano de 2005 -, os menores valores. Só para ilustrar, um servidor (a) com um filho (a) na justiça do trabalho recebe mensalmente aproximadamente R\$ 514,00 a menos que um colega da justiça militar nas mesmas condições.

46. O Conselho da Justiça Federal

vem uniformizando estes benefícios no âmbito da justiça federal. A criação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho deu os primeiros sinais deste movimento na trabalhista com relação ao auxílio-alimentação. O Conselho Nacional de Justiça, apesar de não ter tomado até o momento nenhuma iniciativa neste tema, independente de nossa posição pode também começar a se manifestar sobre este assunto.

47. É importante que, mesmo com a pauta atual centralizada corretamente no PCS, não deixemos este ponto de lado e reafirmemos nossa cobrança pela isonomia e melhoria dos benefícios, até porque logo se iniciam os encaminhamentos visando à formatação da proposta orçamentária de 2007.

Queremos a isonomia de benefícios, como obtida no final do ano com a indenização de transporte dos oficiais através de decisão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Também queremos a melhoria dos valores fixados, garantindo que sejam atingidos os objetivos com cada programa.

48. Neste sentido, há necessidade de qualificar nossa intervenção quanto à execução e elaboração dos orçamentos dos Tribunais. Assim, entendemos que a Fenajufe, de forma isolada ou em parceria com as entidades de base, deve contratar assessoria nesta área, possibilitando a qualificação de sua intervenção. A análise da questão orçamentária pode, inclusive, a partir de iniciativa e parcerias com alguns sindicatos se espalhar para outras áreas da política dos Tribunais que sejam de interesse dos servidores.

49. Com a nova realidade do Conselho Superior da JT e do Conselho Nacional de Justiça, além do Conselho da Justiça Federal que já existia, entendemos que esta luta, além das negociações locais, também tem um caráter nacional, devendo a Fenajufe discutir e definir encaminhamentos visando avançar nesta reivindicação da categoria.



Fortalecer as organizações dos trabalhadores para garantir nossos direitos.

Natal/RN

# UNIDADE, INDEPENDÊNCIA E LUTA!

No momento em que estamos realizando a XIII Plenária da Fenajufe, se aproxima a realização do 9º. CONCURTO, que dá a esse encontro, a tarefa de discutir os problemas que passam a nossa categoria e debater os rumos do movimento sindical organizado na Fenajufe e na CUT, com base na conjuntura nacional e internacional, diante da política do imperialismo de guerra e exploração. A nossa responsabilidade é procurar saídas para esses ataques sem deixar que o divisionismo impeça o livre debate entre nós. Ao debate!

## CONJUNTURA INTERNACIONAL:

2) 2006, um ano decisivo para o sindicalismo mundial:

3) Em todo o mundo, a política dos capitalistas, das organizações multilaterais (Banco Mundial, FMI, OMC) e governos a seu serviço é a de "reduzir o custo do trabalho". Daí os ataques contra o movimento operário organizado, em particular contra o movimento sindical, visando liquidar direitos trabalhistas e sociais. Daí a política de destruição dos sistemas públicos de Saúde, Educação e de Previdência (aposentadoria), com a privatização de empresas e serviços públicos.

4) Essa ofensiva destruidora é liderada pelo imperialismo dos EUA e ataca a própria existência de nações livres e soberanas. A soberania nacional é assim também alvo dessa política, pois foi e é no quadro das nações que foram inscritos os direitos e conquistas dos trabalhadores.

5) Os instrumentos utilizados vão desde a Guerra (como no Afeganistão e Iraque) e a ocupação militar (como no Haiti), passando pelos Tratados de Livre Comércio, que visam derrubar barreiras para a penetração das multinacionais, até uma política permanente de buscar associar as organizações construídas pelos trabalhadores à "globalização com rosto humano", para neutralizar a resistência dos povos que se manifesta em toda a parte.

6) Mais do que nunca os trabalhadores necessitam de suas próprias organizações num terreno de independência de classe. Independência que a política do imperialismo quer destruir para transformar os sindicatos em acessórios de uma dita "nova governança mundial", propagada aos quatro ventos pelos interessados em manter o mundo sob a dominação do capital.

7) Nesse sentido, é extremamente preocupante a discussão em curso sobre a formação de uma nova "organização sindical mundial unificada", a partir da dissolução das atuais CIOSL e CMT, cujo congresso de fundação está previsto para Viena (Áustria) em 1º de novembro de 2006.

8) Preocupante porque os documentos disponíveis dos últimos congressos da CIOSL (Tóquio) e da CMT (central de origem cristã) sobre a "nova confederação mundial", ignoram os grandes princípios fundadores do internacionalismo operário, a saber: que a sociedade é dividida em classes sociais com interesses opostos, de um lado os exploradores da força de trabalho e de outro, os explorados, obrigados a ven-

dê-la para sobreviver.

9) No projeto de Estatutos da nova "central mundial" vemos que ela deveria "atuar a favor de uma governança democrática da globalização com a finalidade de adequá-la ao objetivo de um caráter econômico e social mais justo, humano e solidário, mediante a reforma, a democratização e a coerência na ação das instituições multilaterais".

10) E para que não restem dúvidas, se afirma necessário: "Promover uma profunda reforma destinada a democratizar as instituições internacionais da ONU, e atuar a favor da transformação do FMI, Banco Mundial e da OMC para que suas políticas busquem o desenvolvimento".

11) Podemos aceitar que o objetivo de uma organização sindical possa ser o de "democratizar" as grandes instituições financeiras do capital internacional?

12) Na verdade essa futura "organização sindical mundial unificada" tem a vocação de ser uma ONG especializada para discutir no interior das instituições da globalização (OMC, FMI, OCDE, etc.), como dar "face humana" à exploração capitalista, ao invés de combatê-la.

13) Esse é o conteúdo concreto da chamada "governança mundial", apregoada em Foros Sociais e Foros Econômicos, que querem fazer das organizações dos trabalhadores, em particular dos sindicatos, "atores" em pé de igualdade com empresários, igrejas, ONGs de todo o tipo, todos dissolvidos na "sociedade civil"!

14) De nossa parte, reafirmamos que a organização sindical se baseia na opo-

sição irredutível entre os interesses dos capitalistas e dos trabalhadores.

15) Desde sua origem, o movimento sindical autêntico, mesmo com toda a diversidade de métodos de ação utilizados, sempre reivindicou o combate com o objetivo de acabar com o regime da propriedade privada dos meios de produção que fundamenta a exploração capitalista.

16) A Fenajufe deve se posicionar contra a filiação da CUT a uma “nova organização sindical mundial”, cujos princípios estejam em aberta contradição com aqueles fixados em nossos Estatutos: independência de classe e o combate contra o capitalismo na perspectiva da emancipação dos trabalhadores de toda a forma de exploração e opressão.

## Plataforma Laboral das Américas

18) Também merece debate a recente publicação da “Plataforma Laboral das Américas”, apresentada pela ORIT/CIOSL, CCSCS e outras coordenadoras e organizações sindicais do continente no final de 2005.

19) Um de seus eixos é “reformular o sistema interamericano de tomada de decisões”. Se pede a “articulação” desse sistema - que hoje é a OEA, com “os processos de integração sub-regionais” - que é como essa plataforma chama os Tratados de Livre Comércio existentes no continente americano (Nafta, Mercosul, Grupo Andino, etc).

20) O outro eixo é o “desenvolvimento sustentável”. Neste ponto se diz que a Dívida Externa “não deve impedir a luta contra a pobreza” (!?), e que uma parte dessa Dívida “é ilegítima” (qual?). A proposta concreta que faz a Plataforma é que a dívida dos “países mais pobres” - e só desses, como aliás já admitem alguns credores - “deve ser anulada”. Ninguém, em sã consciência, pode pretender que entre os “países mais pobres” das Américas esteja o Brasil, a Venezuela ou a Argentina, cuja dívida externa, portanto, não deveria ser anulada, segundo a Plataforma. 21) Ao mesmo tempo se defende “a intervenção dos sindicatos nacionais em todas as fases dos projetos de empréstimos e financiamentos de forma a analisar o impacto social e trabalhista dos programas executados”. Ora, tais “programas”

são os Planos de Ajuste do FMI. Então, deveria os sindicatos associar-se a eles para minorar seus efeitos nocivos?

22) A Plataforma Laboral pede também “a revisão das privatizações”, para eventuais “medidas corretivas”. Ao invés de exigir o Fim das Privatizações e a Renacionalização/Reestatização do que foi privatizado, ela se limita a propor que “os investimentos produtivos em infra-estrutura não sejam computados como gastos correntes para fins de cálculo do superávit primário” (o mesmo que pediu Palocci ao FMI). Quanto às “grandes empresas e empresas multinacionais”, se propõe que estas “devem assumir a sua responsabilidade social” - qual seria a “responsabilidade social” de uma empresa capitalista, senão explorar a mais valia de seus trabalhadores? - com os sindicatos se candidatando a dar “atestados de boa conduta” àquelas empresas que cumprirem determinadas normas e leis.

23) Essa Plataforma Laboral, na verdade, é um instrumento contra a existência de organizações sindicais independentes dos governos e patrões. Ela está a serviço da transformação de sindicatos em ONGs “participativas” em instituições governamentais e supranacionais (no caso dos Tratados de Livre Comércio, por exemplo).

24) Não há nela qualquer menção a combater a ALCA, o Nafta ou Mercosul. Tudo se resume ao “acompanhamento social” das privatizações, do pagamento da Dívida, da política de destruição da soberania nacional e direitos sociais praticada pelas multinacionais e pelo imperialismo.

25) Combater essa orientação que transforma os sindicatos em “parceiros” de governos, multinacionais e instituições multilaterais é uma tarefa urgente que a Fenajufe deve assumir junto ao movimento sindical continental e mundial.

## Independência e combate aos Tratados de Livre Comércio

27) A Fenajufe deve afirmar uma clara posição de combate aos Tratados de Livre Comércio, cujo objetivo é o de abrir mercados para as empresas capitalistas que, nos dias de hoje, ou são multinacionais ou estão direta ou indi-

retamente a elas associadas para obter acesso ao mercado mundial.

28) É fato que a resistência dos povos de Norte a Sul das Américas, vem dificultando a implementação da ALCA, perseguida primeiro por Clinton e agora por Bush. Para contornar esse obstáculo, o imperialismo norte-americano busca, nos marcos da chamada “ALCA Light”, firmar tratados de livre comércio bilaterais (com o Chile, por exemplo) ou regionais (como a Cafta, na América Central).

29) É ilusório e perigoso imaginar que o Mercado Comum do Sul (Mercosul) - que como o próprio nome indica, trata-se de uma integração econômica via mercado capitalista - criado pelo Tratado de Assunção em 1991, para em seguida adotar um Acordo 4 + 1 (que abriria o mercado comum do bloco para os EUA), possa ser uma alternativa à ALCA. Na verdade, como tratado de livre comércio regional, ele não é contraditório à ALCA.

30) As centrais sindicais do Cone Sul, em várias publicações, denunciaram os efeitos nocivos do Mercosul sobre salários e empregos nos países membros, que o intercâmbio comercial dentro do bloco é amplamente controlado pelas multinacionais instaladas nos países membros (cerca de 70% das trocas estão nas suas mãos), que as políticas de privatização e desregulamentação vem marcando a realidade do Mercosul desde os anos 90.

31) Além disso, foi em nome do Mercosul que o governo FHC denunciou a Convenção 158 da OIT (contra as demissões imotivadas), alegando a necessidade de “harmonia nas legislações nacionais”, já que os outros sócios do bloco não a ratificavam. Em várias regiões do Sul do Brasil, a pequena agricultura e a produção leiteira tem sido liquidada com a penetração de multinacionais no setor, se aproveitando do “livre comércio” do Mercosul.

32) A recente entrada da Venezuela no Mercosul, ao contrário de significar que o bloco vai “à esquerda”, é na verdade um perigo para o desenvolvimento positivo do processo revolucionário no país vizinho.

33) Que o Mercosul é complementar à ALCA, é o que afirmam seus principais protagonistas, a começar pelo governo brasileiro, que em dezembro de 2005, no seu sítio internet Merco-

sul, declarava: “As negociações para a ALCA formam parte de uma tendência mundial à liberalização do comércio e à abertura gradual dos mercados. Sua consolidação também contribui para a idéia de que a formação de blocos regionais é a melhor forma de inserção no mercado global. O Mercosul é o resultado concreto desta tendência (...) O governo brasileiro acompanhou com muito cuidado e atenção as negociações da ALCA, tomando em conta os interesses da sociedade em geral e concedendo prioridade a aprofundar e consolidar o Mercosul. Dessa forma, o processo de negociação da ALCA se faz de forma mais igualitária entre os países, apesar de que entre eles hajam diferenças socioeconômicas”.

34) Além de complementar à ALCA, o Mercosul se “inspira” da União Europeia, a mesma que ataca as conquistas sociais do movimento operário europeu, que privatiza, que através de diretrizes emanadas da burocracia “européia” instalada em Bruxelas, questiona a soberania nacional de cada um dos países membros. Não é casual, assim, que a proposta de “Constituição Europeia” lançada pela EU, foi combatida e rechaçada pelo Não do povo primeiro na França e depois na Holanda, para cuja vitória não foi secundária a tomada de posição de sindicatos e centrais contra sua ratificação.

35) Este ato de submissão à política do imperialismo norte-americano, através da ALCA e do Mercosul, abre a via para a pilhagem das riquezas nacionais do continente e é uma verdadeira traição de todos os compromissos, de todas as aspirações do povo brasileiro que quer viver livre e soberano.

36) Frente à resistência dos povos de todo continente à ALCA, o Mercosul – que como todos os tratados de livre comércio, é um dispositivo do imperialismo para derrubar todas as proteções nacionais, os direitos trabalhistas, considerados como barreiras aos interesses das multinacionais, que é a política da privatização e da entrega das riquezas nacionais, das empresas estatais e serviços públicos à iniciativa privada – surge como uma alternativa para a retomada da ALCA. Lula afirma que quer “reconstruir o Mercosul” integrando novos países. A Fenajufe deve se posicionar contrário a entrada do Brasil no Mercosul.

## Aprofundar a luta unitária contra o imperialismo

38) Os trabalhadores e povos de todo o mundo, como dissemos, resistem através de sua luta contra a ofensiva destruidora do imperialismo. Em particular na América do Sul, onde a mobilização das massas colocou no poder governos com o mandato de romper com o imperialismo, como ocorreu na Argentina, Brasil, Venezuela, Equador e na Bolívia, com Evo Morales. O que esses governos fizeram ou farão com o mandato que o povo lhes deu, já é outra coisa.

39) A Fenajufe, com toda a independência que deve ter uma organização sindical própria dos trabalhadores, deve reforçar seus laços com as centrais sindicais dos países vizinhos – em particular apoiando a consolidação da UNT na Venezuela e apoiando a COB na Bolívia em sua luta pela Nacionalização do Petróleo e Gás. Muitos sindicalistas cutistas participaram do Encontro Continental organizado pela COB e Federação Mineira da Bolívia em La Paz (agosto de 2005).

40) A Fenajufe deve atuar decididamente com uma plataforma de luta anti-imperialista e de defesa dos direitos sindicais e trabalhistas a nível internacional, que incluía:

41) Não pagamento da Dívida Externa, que não é dos povos!

42) Não à ALCA e aos Tratados de Livre Comércio (Nafta, Mercosul, Grupo Andino, Caricom, Cafta)!

43) Ruptura com a política ditada pelo FMI e Banco Mundial!

44) Unidade da luta dos trabalhadores e povos em defesa da soberania nacional e contra qualquer intento de intervenção imperialista na Venezuela, Bolívia ou qualquer outro país da região e do mundo!

## Fora as tropas de ocupação do Iraque e Afeganistão!

46) Retirada imediata das tropas de ocupação do Haiti!

47) Nacionalização sem indenização dos recursos naturais – petróleo, gás, minérios, etc – que pertencem aos povos!

48) Reestatização/renacionalização das empresas que foram privatizadas!

## CONJUNTURA NACIONAL:

50) Brasil: a raiz da crise está nas opções políticas que fez o governo

51) Não há contraste maior entre a festa popular que marcou a posse de Lula na Presidência da República em janeiro de 2003 e a situação atual de decepção de milhões de trabalhadores e jovens que levaram o candidato do PT ao governo!

52) Não é para menos. Os três primeiros anos de governo Lula foram marcados pela continuidade de uma política econômica de subordinação aos interesses do capital financeiro e especulativo que comanda a economia mundial.

53) A nação brasileira ficou prisioneira da “ditadura do superávit primário”, pilotada pelo Ministro Palocci e pelo presidente tucano do Banco Central, Henrique Meirelles. Superávit Primário que significa “economizar” recursos para manter o religioso pagamento das Dívidas externa e interna, desviando assim para o bolso de banqueiros e especuladores bilhões que deixam de ser investidos na recuperação do Salário Mínimo, na Reforma Agrária, nos Serviços Públicos como Educação e Saúde.

54) Esta opção política – que não era obrigatória – assumida por Lula veio acompanhada de alianças com partidos de direita, como o PP de Maluf, o PL de Waldemar da Costa Neto, o PTB de Roberto Jefferson e do PMDB “governista”, cujo modus-operandi sempre foi o “balcão de negócios” no Congresso Nacional. Os ministérios foram repartidos ao sabor das necessidades de se obter maiorias parlamentares, cabendo vários deles aos inimigos de sempre da classe trabalhadora. Basta dar uma olhada nos ministros Furlan, grande empresário exportador, na Indústria e Comércio; Roberto Rodrigues, explorador de bóias frias na região de Ribeirão Preto, na Agricultura, que são representantes orgânicos da classe dominante que, derrotada nas urnas, tomou de assalto, a convite do próprio Lula, esses cargos.

55) Assim, o governo Lula, violando o mandato que recebeu de 53 milhões de brasileiros, entrou de cabeça numa política de colaboração de classes, aceitando com a já batida tese do “pacto social” entre patrões e trabalhadores.

56) E tudo isso numa situação mundial marcada pela política de guerra e rapina da maior potência imperialista representada pelo governo Bush dos EUA. Vale dizer, numa situação em que o imperialismo não deixa qualquer margem de manobra para governos que pretendam o mínimo de soberania para atender as reivindicações urgentes das maiorias exploradas e oprimidas.

57) Para enfrentar essa situação, só com forte apoio na mobilização popular. É o que fez Chávez na Venezuela, que só permanece no poder até hoje porque as massas populares derrotaram uma tentativa de golpe de Estado patrocinada por Bush, derrotaram a sabotagem da indústria petrolífera promovida pela “oposição” pró-imperialista e apóia o governo Chávez quando toma medidas de Reforma Agrária e de expropriação de fábricas.

58) Mas, para se ter apoio na mobilização popular, é preciso, como mínimo, satisfazer algumas das demandas e reivindicações sufocadas por décadas de exploração. É preciso avançar numa verdadeira “guerra ao latifúndio”, para que haja Reforma Agrária, coisa que o ministro Rosseto não faz. É preciso aumentar os salários, garantir os empregos. É preciso investir recursos nos Serviços Públicos! Mas tudo isso é contraditório com a “ditadura do Superávit Primário”, que só em 2005 desviou 95 bilhões de reais para pagar a dívida.

59) Lula, ao contrário, preferiu enviar tropas brasileiras ao Haiti, para sufocar a soberania nacional de um povo irmão, e receber Bush na Granja do Torto para confirmar as “excelentes relações” com o governo dos EUA, inimigo da humanidade.

60) Aí está a raiz e a verdadeira base política da crise do governo Lula e do PT, que ameaça também a CUT e nossos sindicatos!

61) A corrupção, nos dias de hoje, é o combustível que faz andar a máquina de exploração da classe dominante, não só no Brasil, mas em todo o mundo. A crise do “mensalão” foi criada por iniciativa da burguesia, explorada pela oposição PSDB/PFL, aproveitando-se do terreno aberto pela própria política do governo Lula. Afinal foi da “base aliada” do governo, Roberto Jefferson, que surgiu o estopim para a enxurrada de denúncias que não se sabe quando vão terminar!

62) A saída para a crise também é política. Consiste numa mudança de rumos do governo Lula, o que só será possível mediante a pressão organizada das organizações construídas pelo povo trabalhador.

63) A Fenajufe e a CUT não pode ser cabo eleitoral de nenhum governo. Tampouco pode apoiar incondicionalmente um governo, como o atual, que aplicou uma política contrária às posições afirmadas por nossa central historicamente. Devemos, nessa XIII Plenária, adotar uma Plataforma de exigências que condiciona seu apoio a uma eventual candidatura à reeleição de Lula (ver parágrafos...)

## O governo Lula e as contra-reformas:

65) As direções do Movimento sindical de servidores atuou durante o governo Lula, tendo sido colocada diante do desafio de preservar a independência diante das políticas e “reformas” por ele aplicadas. Aliás, se entendemos por “reforma” a melhoria de uma situação existente, na verdade, trataram-se de “contra-reformas”.

66) Primeiro veio a “reforma da Previdência”, a famigerada PEC 40, atacando direitos dos servidores públicos. Justamente um setor majoritariamente cutista e que votou maciçamente em Lula, por ter perdido inúmeros direitos durante a “Era FHC”.

67) Em nome de combater “privilegios do funcionalismo”, o fato de que o servidor se aposentava com 100% de seu salário na ativa, o governo, na verdade, buscou aplicar a política recomendada pelo FMI de abrir espaço para os Fundos de Pensão privados! Isso quando a questão poderia ser invertida: por que não estender aos trabalhadores do setor privado o direito de aposentar-se com base em 100% de seu salário?

68) A polêmica da contra-reforma da Previdência atravessou 2003. Ela foi o centro do 8º Congresso Nacional da CUT, no qual nenhum dos mais de 2 mil delegados defendeu a proposta do governo. Infelizmente a maioria deles, ao invés de exigir a Retirada ou a Suspensão da tramitação da PEC 40, optou por uma política de propor emendas, que, além de ineficaz, foi um fator de divisão no amplo movimento de resis-

tência dos sindicatos de servidores em todo o país!

69) Enfrentando oposição a essa reforma até na bancada petista no Congresso Nacional, o governo e a cúpula do PT, jogaram duro, inclusive com expulsões de parlamentares. Foi o primeiro choque aberto com uma parcela da base social que havia garantido a vitória eleitoral de Lula.

70) No campo da Educação, primeiro com Cristóvam e depois com Tarso Genro no MEC, o governo encaminhou a discussão de uma Reforma Universitária.

71) Sua principal característica, presente nas diversas versões que teve, é pisotear o princípio de “Verbas Públicas só para a Escola Pública”. Mecanismos de transferência de recursos públicos para os tubarões do Ensino Privado vieram embrulhados em demagógicas propostas de “cotas” que, ao contrário de combater o racismo, apenas ampliam a segregação e não tocam na questão fundamental de vagas para todos nas Universidades Públicas!

72) O Ante-Projeto de Reforma da Educação Superior, apresentado em meados deste ano ainda com Tarso como ministro e hoje paralisado, no seu capítulo de disposições gerais introduz a figura das “instituições de ensino superior públicas de direito privado”, ou seja, a fórmula já conhecida das organizações sociais, um passo para a privatização dos serviços.

73) O anteprojeto embaralha a defesa da Autonomia Universitária com a “liberdade” para as instituições públicas gerarem recursos financeiros próprios, desobrigando o Estado do financiamento do ensino superior e questionando o artigo 207 da Constituição que institui a Autonomia Universitária. O que o anteprojeto chama de “pluralidade na concepção de financiamento” é a introdução do sistema de parcerias com a iniciativa privada, como previsto na Lei das PPPs.

74) O projeto regulamenta ainda a existência das “Fundações de Apoio” que, há vários anos, vem sendo instrumento de privatização interna das universidades, atacando a liberdade acadêmica, atrelando a pesquisa universitária às necessidades das empresas privadas parceiras, utilizando as estruturas das instituições públicas para cursos pagos.



75) Sob o argumento de facilitar a admissão de professores, o projeto aponta para a “simplificação” da contratação de professores substitutos e visitantes, o que vai aprofundar a precarização já escandalosa do trabalho docente nas universidades, um dos motivos da greve de mais de 100 dias nas universidades federais neste ano.

76) Estas medidas se apresentam na continuidade da adoção do ProUni, que transfere dinheiro público para as instituições privadas, com um orçamento pouco menor do que o previsto para o funcionamento anual das Instituições Federais, sangrando assim os recursos que poderiam ser usados na expansão do próprio sistema público de educação superior.

77) A Fenajufe deve recusar mais essa contra-reforma e lutar com todos os trabalhadores, por uma verdadeira reforma universitária que: assegure o amplo ingresso e permanência, respeite e garanta a autonomia das instituições, ataque os privilégios do empresariado da educação, defenda a liberdade acadêmica no ensino e na pesquisa e assegure uma carreira digna para os docentes, no contexto de uma universidade com padrão único de qualidade em todo território nacional. Devemos exigir também a revogação do ProUni e do SINAES.

78) Em relação a reforma sindical, dentro do figurino de “pacto social”, o governo criou o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), órgão tripartite (governo/patrões/centrais sindicais), para formular uma proposta de Reforma Sindical. O método utilizado, o do “consenso capital-trabalho, mediado pelo Estado”, por si só atropela uma dos princípios fundadores da CUT: a liberdade e autonomia sindical, com a exigência de ratificação pelo Brasil da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (Estatutos da CUT). Isto é, compete aos trabalhadores, e só a eles, sem qualquer intervenção do Estado ou dos patrões organizar seus sindicatos.

79) As discussões no FNT geraram um “monstro” composto de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) casada com um Projeto de Lei (PL) de 238 artigos.

80) Seus principais aspectos eram: reforçar a intervenção do Estado em toda estrutura e organização sindical, com a criação do Conselho Nacional

de Relações do Trabalho; estabelecer um mecanismo de Negociação Coletiva que dava às cúpulas de Federações e Confederações (pois as centrais não tinham direito de negociação) o poder de impor cláusulas às assembléias de base; abrir a porta para que o “negociado prevaleça sobre a lei”; estabelecer restrições ainda maiores ao exercício do Direito de Greve; maquiagem o imposto sindical de taxa negocial. O único aspecto positivo era o de propor o reconhecimento de Organização no Local de Trabalho, mas isso era vetado pelos patrões no FNT.

81) A enorme reação contra essa proposta no conjunto do sindicalismo, em particular na base da CUT, combinada com o início da crise política do governo Lula neste ano, fizeram com que esta proposta fosse engavetada.

82) Na XIIª Plenária da Fenajufe, em Serra/ES, a maioria aprovou uma “Plataforma Democrática” de 12 pontos, como base para a discussão da reforma sindical, que misturava coisas contraditórias como “defesa da atual estrutura dos sindicatos de base”, vale dizer a “unicidade sindical”, com a “não intervenção do Estado”.

83) A situação atual chega às raias do absurdo. O governo, com o novo ministro Marinho na pasta do Trabalho, chegou a falar em “mini-reforma possível”, que excluía o que não era “consenso”. Chegou a circular uma proposta que retirava todo o capítulo de Organização no Local de Trabalho, pois os patrões não topavam!

84) Mas, na prática, o que tramita na Comissão do Trabalho da Câmara dos Deputados é um substitutivo do deputado Tarcísio Zimmermann (PT-RS), que condensa 14 projetos de Lei apresentados desde 1989 sobre a organização sindical. Como se trata de um Projeto de Lei, não mexe no artigo 8º da Constituição, portanto mantém o princípio da “unicidade sindical” – proibição da existência de mais de um sindicato na mesma base territorial – que a CUT sempre combateu, pois fere o princípio de Liberdade Sindical.

85) Contra este substitutivo de Zimmermann, será apresentado outro, com apoio das confederações pelegas, que também parte da “unicidade” e a estende, junto com o imposto sindical, para o setor público, apresentado em nome do deputado Marcelo Barbieri

(PMDB-SP).

86) Nenhuma das duas propostas contempla as posições de princípio e estatutárias da CUT. Este é o resultado da CUT ter entrado na linha da busca do “consenso” no FNT, ao contrário de exigir do governo Lula, como primeiro passo para acabar com o atrelamento da estrutura sindical brasileira ao Estado. A Fenajufe deve rever a sua posição e se colocar contrária a essas propostas que tramitam no Congresso, levantar junto a CUT a bandeira da ratificação da Convenção 87 da OIT e a retirada dos projetos sobre a reforma sindical.

## Movimento sindical e as Eleições 2006

88) A Fenajufe, como entidade sindical independente de governos e autônoma em relação aos partidos políticos, tem uma responsabilidade enorme com a base social que representa: os trabalhadores do judiciário e MPU. É a eles, e somente a eles, que a Fenajufe deve prestar contas e é em nome dessa base que ela deve se posicionar no cenário político nacional, marcado neste ano de 2006 por eleições presidenciais.

89) Sem dúvida os partidos ligados aos patrões, seja na oposição (PSDB e PFL), seja na base de apoio e em ministérios do governo Lula (PL, PTB, PP, PMDB), entram na disputa para desmoralizar os trabalhadores e seus representantes, se aproveitando dos enormes erros do governo encabeçado pelo PT.

90) Nessa situação, a Fenajufe deve jogar todo o seu peso para cobrar de Lula, numa candidatura à reeleição, o atendimento de compromissos com os trabalhadores do campo e da cidade, o que passa por romper com os interesses de nossos inimigos de classe, os patrões e latifundiários, as multinacionais e as pressões do governo Bush. Assim, devemos se dirigir publicamente a Lula, dizendo:

### “Presidente Lula,

92) A Fenajufe em nome dos trabalhadores do Judiciário e MPU que representa, se dirige a você perguntando: para aplicar qual política você é candidato à reeleição?

93) Para fazer a Reforma Agrária, assentando 1 milhão de famílias e colocar

um fim nos assassinatos dos trabalhadores do campo ou para continuar preservando os interesses do latifúndio?

94) Para dar emprego ou continuar satisfazendo o capital financeiro o que leva à destruição do parque fabril brasileiro?

95) Para atender a reivindicação dos trabalhadores da Cipla, Interfibra, Flaskô e Flakepet, estatizando as fábricas e garantindo os empregos, para reestatizar a Vale do Rio Doce, ou para privatizar estradas, a CBTU, os bancos e continuar os leilões da Petrobrás?

96) Para atender as reivindicações por terra, salário, emprego, serviços públicos, moradia e soberania nacional, ou para continuar a política de acumular superávit primário para pagar a dívida aos tubarões e especuladores?

97) Para a revogação da reforma da Previdência?

98) Para atendimento das reivindicações dos servidores públicos federais, cumprindo os acordos firmados em 2005, implantando PCSs e uma política salarial que acabe com as distorções existentes?

99) Presidente Lula, suas respostas a estas questões urgentes e dramáticas para o nosso povo condicionam a posição que nós vamos devemos tomar diante do processo eleitoral que se abre em 2006.

100) Para a Fenajufe em primeiro lugar estão as necessidades do povo brasileiro, o mesmo que lhe deu um mandato de atendimento das suas mais urgentes reivindicações em 2002, e elas continuam na ordem do dia.

101) A Fenajufe está comprometida com as reivindicações populares e sabe que elas não poderão ser atendidas num governo de aliança com aqueles que vivem da exploração de nosso povo!

## PLANO DE LUTAS

103) Estamos todos chamados a defender nossos sindicatos, a Fenajufe e a própria CUT, seus princípios e bandeiras históricas, numa situação em que só a unidade direta dos trabalhadores do campo e da cidade pode impor ao governo Lula uma mudança radical de política!

104) Em qualquer hipótese, mais do que nunca, diante da ofensiva pa-

tronal e da direita que se aproveita do terreno dado pelo governo Lula, temos que preservar as nossas organizações sindicais.

105) Por isso é criminosa a política de divisão patrocinada por setores como a Conlutas, que em nome de combater a política da maioria da direção da CUT, pregam a desfiliação de sindicatos de nossa central, enfraquecendo uma conquista da classe. Nociva é também a atitude de "boicote branco" adotada por setores que "suspendem" o pagamento de mensalidades à CUT, impossibilitando assim a base de participar do processo congressual da central e interferir nos seus rumos.

106) É preciso unificar por meios das reivindicações sentidas pela categoria, que respeitem as diversidades dos segmentos, sem partidizar as nossas discussões. Deve ser rejeitada toda e qualquer intervenção que jogue um setor contra o outro. Todas as conquistas que tivermos servirá de base para avançarmos em outras lutas.

107) Para nosso Plano de Lutas, no próximo período, desde já podemos indicar:

108) A solidariedade ativa a luta dos trabalhadores e povos pela sua emancipação em todo o mundo, contra a política destruidora do imperialismo;

109) A recusa de uma política de Pacto Social;

110) O centro para o atendimento das reivindicações dos trabalhadores e para a defesa da nação brasileira, é a exigência da ruptura com a política do FMI, portanto de ruptura com a ditadura do superávit primário, feito para pagar a Dívida Externa e interna aos especuladores!

111) Exigir de Lula e seu Ministro Rosseto que façam a Reforma Agrária Já! É a não distribuição de terras aos sem terra que está na base dos assassinatos e da violência cotidiana do latifúndio contra milhões de brasileiros; participar das mobilizações em conjunto com o MST.

112) Exigir do governo a Reestatização da Companhia Vale do Rio Doce;

113) Contra a extinção da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) e exigir do governo a caducidade dos contratos de concessão à iniciativa privada da malha ferroviária!

114) Apoio aos trabalhadores das fábricas ocupadas Cipla, Interfibra (SC),

Flaskô e Flakepet (SP), na sua exigência ao governo de estatização para garantir os empregos e salários!

115) Exigir uma política salarial de ajustes automáticos nos setores público e privado e de verdadeira recuperação do poder de compra do Salário Mínimo – dobra-lo ainda no governo Lula – rumo ao Salário Mínimo do Dieese;

116) Revogação de todas as medidas da reforma da Previdência – Emenda Constitucional 41 – pela Previdência Pública e Solidária para todos os trabalhadores.

117) Garantia no Emprego de todos os trabalhadores!

118) Jornada de Trabalho de 6 horas! Sem redução de trabalho;

119) Isonomia entre as funções dos Chefes de Cartórios do interior e da capital;

120) Discutir um plano de saúde unificado do Judiciário e MPU;

121) Esta contribuição está submetida ao livre debate de todos os companheiros e companheiras que constroem a Fenajufe em todo o Brasil.

122) Seu único objetivo é o de ajudar no fortalecimento da organização própria dos trabalhadores, indispensável para alavancar as transformações econômicas, sociais e políticas que levem à emancipação de toda a forma de exploração e opressão.

## Assinam:

Jacqueline Albuquerque – Coordenadora Executiva da Fenajufe;

Kátia Rosângela Saraiva – Presidente do Sintrajuf/PE;

Macelo Carlini e Paulo Guadagnin – Base do Sintrajuf/RS.



Fortalecer as organizações dos trabalhadores para garantir nossos direitos.

Natal/RN

# POR UMA FENAJUFE DE LUTA E DE OPOSIÇÃO AO GOVERNO LULA

## 1) CONJUNTURA

### Trabalhadores lutam em todo o mundo

1. O sistema capitalista busca a qualquer preço garantir o lucro das grandes empresas e dos bancos. Para que uma minoria (a burguesia) siga sendo privilegiada, a maioria da população (os trabalhadores) é submetida a toda ordem de exploração: destruição de direitos, desemprego e miséria. Na década de 90 houve um "furacão neoliberal", comandado pelos países imperialistas e por suas empresas multinacionais. Em vez de modernidade e bem estar social, esta "nova situação" provocou o aumento da miséria em países dependentes como o Brasil, Argentina, México, Bolívia e restante da América Latina, da Ásia e da África, transformando estes continentes em verdadeiras colônias, só que desta vez dos Estados Unidos e suas empresas. Segundo o Relatório Mundial sobre a Juventude da ONU, publicado no jornal O Estado de SP, "os jovens são 1,2 bilhão de pessoas – 18% da população mundial – e estão em risco. Em idade entre 15 e 24 anos, mais de 515 milhões vivem com menos de us\$ 2 por dia, 88 milhões estão sem emprego e 10 milhões estão com o vírus da Aids."

2. A crise mundial do neoliberalismo traz muita miséria e escândalos de corrupção e atingem de George Bush a Lula. Mas, os explorados do mundo inteiro estão reagindo e entrando em cena para defender seus salários, seus empregos e as riquezas de seus países,

mesmo que tenham que enfrentar o exército de Bush e seus aliados, em sua "guerra preventiva", que não passa de um disfarce para saquear as riquezas naturais destes países, principalmente o petróleo. Foi assim no Equador, onde o povo foi às ruas e acabou derrubando Gutierrez por aplicar os planos de Bush/FMI. O mesmo fizeram os trabalhadores bolivianos, que impediram, com um levante, a privatização do gás. A luta impediu um "golpe" do imperialismo na Venezuela para derrubar Chavez. A população argentina volta às ruas para protestar contra o governo de Kischner. Os trabalhadores da França fazem greve geral para garantir direitos e derrubam o projeto de flexibilização de direitos trabalhistas de Chirac e Villepin.

3. Nós, que defendemos a nossa soberania, nos somamos ao movimento mundial da classe trabalhadora contra a exploração capitalista e pela retirada das tropas americanas do Iraque. Somos solidários ao povo Iraquiano e demais países invadidos pelos "senhores da guerra". Por isso, não aceitamos que Lula mande tropas brasileiras para o Haiti, sob as ordens de George Bush, com o dinheiro do nosso orçamento. O uso desse dinheiro é mais uma demonstração do compromisso de Lula com a política belicista de Bush e o seu desprezo à tragédia do desemprego e do caos social no Brasil

4. A política neoliberal segue sendo aplicada no mundo pelos partidos conservadores de direita (EUA, França, Itália) e também pelos partidos social-democratas, ditos de "esquerda" (Blair,

Lula). Eles tentam retirar conquistas e direitos adquiridos dos operários, de servidores públicos e demais trabalhadores, através das reforma sindical, trabalhista, universitária e previdenciária, em comum acordo com as direções sindicais pelegas européias e americanas e aqui no Brasil, contam com o apoio das centrais governista, CUT e Força Sindical.

5. A luta contra a Alca, as reformas neoliberais e a guerra de Bush, em todo o mundo, está gerando milhares de novos lutadores que descobrem cada vez mais que o seu inimigo não é apenas um ou outro governo, mas o estado e o regime capitalistas.

6. É tarefa dos sindicatos que representam o judiciário federal no país e da Fenajufe empunhar as bandeiras antiimperialistas. Fora a Alca e o FMI! Contra a guerra de Bush aos povos de todo o mundo. Fora do Iraque as tropas imperialistas! Pela retirada das tropas brasileiras no Haiti.

### Lula: um governo de Bush e do FMI

7. Por ser um país capitalista, o Brasil tem sua economia controlada pelos países imperialistas. Atualmente 27 milhões de pessoas estão desempregadas ou na economia informal, sem seguridade social ou direitos trabalhistas. Mais de 20 milhões de famílias vivem com menos de dois salários mínimos mensais. Os banqueiros receberam R\$ 157,145 bilhões de juros só da dívida interna no ano passado. Gastou-se mais em pagamento da dí-

vida nos seis primeiros meses de 2005 do que com educação, saúde e reforma agrária em um ano. Para eleger o presidente da Câmara, o governo deu aos parlamentares um “mensalão” de 1,5 bilhão em emendas. Em três anos de governo Lula, os lucros das grandes empresas que negociam na Bolsa de Valores cresceram 71%. As remessas de lucros e dividendos da multinacionais para suas matrizes no exterior foram de US\$ 12,686 bilhões. Esse valor é o mais alto desde que o Banco Central começou a analisar esses dados, em 1947. O crescimento foi de espantosos 72,9% em relação aos US\$ 7,33 bilhões de 2004. O lucro dos bancos aumentou 49% em relação ao governo entreguista de FHC.

8. Os trabalhadores enfrentaram oito anos de ataques do governo FHC, testa de ferro do FMI e do neoliberalismo. Aquele governo retirou e flexibilizou direitos, promoveu desemprego e arrojou salários para remunerar os banqueiros e grandes empresários internacionais e nacionais.

9. O governo Lula, por sua vez, ao contrário das grandes expectativas que gerou na classe trabalhadora ao ser eleito, revelou-se uma mera continuidade da política de FHC. Manteve as portas abertas para as multinacionais e o capital multinacional (agora premiado com isenção do Imposto de Renda); manteve a política de juros altos e superávits para pagar a dívida externa e interna, e hoje o Brasil é cada vez mais dependente do capital internacional e a política de Lula é cada vez mais pró-americana.

10. Atualmente, no Brasil, cerca de 40 milhões de pessoas vivem com apenas um salário mínimo. São 15,6 milhões de aposentados e pensionistas e 23,7 milhões de trabalhadores. Além disso, muitos outros milhões têm seus salários atrelados diretamente à variação do salário mínimo. Segundo o Dieese, o valor do mínimo deveria estar em R\$ 1.489,33, mais de quatro vezes os R\$ 350,00 dados por Lula, que havia prometido elevar o mínimo para R\$527,00, dobrando o valor real da época de sua posse. Para atender os banqueiros Lula mantém no arrocho mais de 40 milhões de pessoas.

11. A política pró-imperialista, além de não garantir as condições de vida para a população, mantém um cresci-

mento pífio de 2,3% em 2005, o que perpetua o alto índice de desemprego. As políticas de assistencialismo, como Fome Zero e Bolsa Família, são paliativos que não resolvem o problema da miséria e do desemprego em nosso país não só porque atingem somente uma parcela pequena dos mais de 40 milhões que vivem na pobreza, mas principalmente porque perpetuam tal situação. Somente a criação de empregos, a redução da jornada de trabalho e a reforma agrária poderão acabar com tal situação de pobreza e miséria.

12. Outro compromisso de Lula foi o de compensar as perdas impostas por FHC na alíquota do Imposto de Renda. Esse reajuste deveria ser hoje de 57,66% para diminuir o verdadeiro confisco salarial imposto à maioria dos trabalhadores. Entretanto, Lula decretou, com apoio dos pelegos da CUT e da Força Sindical, um reajuste de 8%, o que não repõe sequer as perdas acumuladas em seu governo.

13. A famigerada reforma da Previdência implantada por Lula foi apenas o início dos brutais ataques aos servidores e demais trabalhadores. Com o apoio da CUT e da Força Sindical, o governo tenta impor a reforma Sindical e Trabalhista, que tem o objetivo de arrancar direitos e dar mais poderes aos pelegos da CUT e da Força Sindical, criando os famosos superpelegos. Os escândalos de corrupção apenas escancararam a forma como tais ataques são aprovados, às custas de compra de deputados e gordos mensalões.

## O Super Simples e a reforma Sindical e Trabalhista

14. O Super Simples é mais um golpe do governo Lula aos trabalhadores. Com a desculpa de “facilitar a vida” das pequenas e micro empresas, Lula criou o projeto de lei (PLP 123/04) que introduz a prevalência do “acordado sobre o legislado” com a possibilidade de acordo para reduzir o depósito de FGTS de 8% para 0,5% (vide art. 41, II). O Super Simples nada mais é do que uma das tentativas do governo Lula de fiação e antecipar parte da reforma Sindical e Trabalhista.

15. Com o mesmo objetivo de fiação e antecipar parte da reforma, Lula anuncia um ‘pacote sindical e

trabalhista’ em maio, às vésperas de concorrer à reeleição. Um dos itens já previstos no pacote é a criação do Conselho Nacional das Relações de Trabalho (CNRT), que substitui o Conselho Nacional do Trabalho, criado em 2003, órgão composto por representantes do governo, dos patrões e de centrais sindicais, como CUT e Força Sindical. Outro projeto do pacote visa regulamentar o trabalho aos domingos, algo que já ocorre principalmente em estabelecimentos comerciais, mas que não tinha sido oficializado. Apenas leis municipais versam sobre o assunto atualmente. Consta ainda do rol de ataques o anúncio de que o governo fará ‘consultas públicas’ sobre um projeto que regulamenta a terceirização de mão-de-obra.

16. Apesar do anúncio de medidas que antecipam a reforma, Lula e seu adversário tucano Geraldo Alckmin já declararam que, se eleitos, terão a reforma Sindical e Trabalhista como prioridade. Tudo isso é um importante alerta de que a crise política não derrotou a reforma, apenas a adiou e o que realmente pode derrotá-la são as mobilizações dos trabalhadores. A exemplo dos franceses, é preciso ir à luta para barrar a flexibilização de direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores.

## Revogação da reforma da Previdência

17. A realização da reforma da Previdência feita por Lula no final de 2003/início de 2004 foi um dos maiores ataques sofridos pelos trabalhadores nos últimos anos. Ao invés de garantir aposentadoria integral para todos os trabalhadores, ela retirou o direito dos servidores públicos; ampliou a entrada do capital privado no setor previdenciário, entregando para os banqueiros bilhões em recursos antes controlados pelo Estado.

18. Ao invés de cobrar a dívida ativa que as empresas tinham (e ainda têm) com a Previdência, a qual na época estava em torno de R\$150 bilhões, Lula preferiu atacar o direito de trabalhadores.

19. Hoje sabemos que a aprovação da reforma da Previdência pelo Congresso Nacional se deu em um processo viciado pelo pagamento de

propina aos parlamentares através do esquema do mensalão, conforme demonstrado por amplo noticiário publicado e confirmado pelo relatório final da CPI dos Correios, apesar das poucas cassações e muitas absolvições dos envolvidos.

20. A legitimidade dessa reforma está completamente questionada. Por isso, vários sindicatos do país, junto com a Conlutas, iniciaram uma campanha pela revogação da reforma da Previdência. O Sintrajud/SP é um dos signatários do pedido de anulação da reforma encaminhado ao Ministério Público da União. Essa iniciativa também deve ser abraçada pela Fenajufe e pelos outros sindicatos do judiciário federal.

21. Assim como a reforma da Previdência, a lei das PPP's também foi aprovada no Congresso Nacional em base à roubo de votos e compra de votos do esquema do mensalão, o que nos possibilita uma ampla campanha de questionamento de sua validade. Trata-se de um amplo, geral e irrestrito projeto para acabar de entregar para o setor privado toda a infra-estrutura do país, além de setores como educação e saúde.

22. Esta lei permitiria, um novo tipo de contratação entre o Estado e a iniciativa privada, concedendo a esta o direito de prestar todo tipo de serviço público, evidenciando o caráter privatizante da proposta. Mas as PPPs vão mais longe. O Estado arcaria com todos os riscos do projeto, assegurando ao empresário do setor privado a remuneração do capital investido e da lucratividade, em qualquer circunstância (ainda que isso significasse o Estado priorizar o pagamento a estes "parceiros" antes mesmo de despesas com merenda escolar, por exemplo). Além disso, seria o próprio Estado que asseguraria financiamento, através de Bancos Públicos ou dos Fundos de Pensão. Isto abre concretamente a possibilidade de privatização de estradas, metrô, ferrovias, de usinas hidrelétricas, do saneamento, do fornecimento de água, das universidades, de hospitais, etc.

## Romper com a CUT já e construir uma alternativa

23. A CUT, ao invés de organizar

as lutas, apóia o governo contra os trabalhadores. Apoiou a reforma da Previdência. Apóia as reformas Sindical e Trabalhista e a Universitária, que privatiza a educação pública em prol do ensino pago. A CUT e a Força Sindical apoiaram o "aumento" vergonhoso do salário mínimo para R\$ 350,00. Na última greve dos servidores federais, atuou para dividir a luta da categoria, através do ministro do Trabalho Luiz Marinho (ex-presidente da CUT), com uma política de acordos rebaixados e de aceitação de flexibilização de direitos, reajustes somente em 2006 e a reposição dos dias parados, além do desconto dos salários dos grevistas seguidos de ameaças de processos administrativos, etc, impondo assim uma derrota aos trabalhadores.

24. A CUT se nega hoje a defender a ruptura dos acordos com o FMI e o não pagamento da dívida externa, quando sabe que sem isso não é possível nenhuma mudança na política que está aí. Isso tudo acontece porque a CUT está atrelada ao governo Lula e, por isso, abandona a luta dos trabalhadores e suas bandeiras históricas. Não há como resgatar a CUT. É impossível mudar a CUT por dentro, dado o grau de burocratização em que se encontra a entidade. Alguém tem dúvida de que o bloco majoritário da direção da CUT ganharia qualquer plenária ou Congresso organizado conforme as atuais regras da Central e com o grau de burocratização que ela atingiu?

25. Nas greves do funcionalismo federal, a CUT "chapa branca" esteve dos dois lados nas mesas de negociação. Junto com os setores governistas, se empenharam em salvar o governo Lula e impuseram derrotas aos servidores, aceitando punições, a reposição dos dias parados e reajustes para 2006, condicionado a aprovação do congresso de "mensalões"!

26. E a CUT, além de estar ao lado do governo na condução de reformas neoliberais que atacam direitos históricos dos trabalhadores, agora pretende usar todas as suas forças em 2006 para reeleger Lula para o governo. Os mega-shows de primeiro de maio promovidos pela central foram apenas uma amostra do esforço que a central nessa empreitada.

27. Isso não é à toa. De 2003 para 2005 quase triplicou o dinheiro re-

passado pelo governo Lula para a CUT e a UNE. A CUT recebeu mais de R\$ 31,5 milhões do governo Lula e a UNE embolsou mais de R\$ 2 milhões, de acordo com levantamento feito no Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira). Mesmo antes de o PT assumir o governo, as verbas do governo recebidas pela Central já ultrapassavam o valor que a Central arrecadava através dos repasses de entidades filiadas.

28. Defender a desfiliação da CUT é o mesmo que defender que a Fenajufe e os sindicatos preservem sua independência frente a governos e patrões. A Fenajufe e os sindicatos que representam o judiciário federal nos estados não podem mais respaldar (inclusive financeiramente) uma central que está junto com o governo atacando os trabalhadores. É preciso desfiliar os sindicatos e a federação da CUT, rompendo com esta central "chapa branca" governista. Não alcançaremos nenhuma vitória enquanto estivermos atrelados a esse braço direto do governo e dos patrões no movimento sindical e um entrave na condução da luta dos trabalhadores contra seus exploradores.

29. Quando fundamos a CUT em 1983, também fomos acusados de divisionistas, pois se rompeu o movimento sindical naquele momento, já que as Confederações e a CGT se negavam a participar da CUT. A história mostrou que a acusação de divisionismo servia, na verdade, para defender a velha pelegada, que era um obstáculo à unidade e à luta dos trabalhadores.

30. A CUT hoje, cumpre o mesmo papel dos antigos pelegos e precisa ser substituída por uma nova direção. Por este motivo, vários sindicatos de todo o país, militantes das oposições e ativistas de base deram início à organização da Conlutas, Coordenação Nacional de Lutas, que tem como perspectiva a luta contra o governo e o Congresso, o apoio às mobilizações salariais e a defesa intransigente dos direitos e interesses dos trabalhadores.

31. Não queremos construir uma nova CUT. É preciso avançar para além da experiência representada por esta Central, buscando superar as suas limitações e evitar a repetição de erros. Esta alternativa deve ser sim, um

abrigo para os sindicatos e oposições sindicais que estiverem de acordo com a sua plataforma programática, mas precisa ser muito mais do que isso. No Brasil, mais da metade da classe trabalhadora está fora dos sindicatos. São os milhões de desempregados, os que trabalham na informalidade, terceirizados, precarizados de todo tipo. É preciso trazê-los para a luta, de forma organizada, junto aos trabalhadores que estão no mercado formal. Há inúmeros movimentos e organizações sociais em nosso país que lutam por Reforma Agrária, por Moradia, por Saúde, Educação, Contra a Discriminação Racial, Sexista e Homofóbica, etc. São movimentos e organizações que agrupam trabalhadores e trabalhadoras, empregados e desempregados, jovens, estudantes, que lutam perseguindo os mesmos objetivos que os nossos. Esses devem encontrar nesta alternativa um espaço de unidade e solidariedade, pois a nossa luta, em última instância, é a mesma luta.

32. Além da ruptura com a CUT, é preciso defender a construção de uma alternativa de lutas para a classe trabalhadora, que no momento, se materializa através da Conlutas. Isso porque a luta somente através dos sindicatos e federações é incompleta e desconsidera a necessidade de unidade dos trabalhadores para lutar, por exemplo, contra as reformas neoliberais que atingem toda a classe. É preciso uma entidade que unifique os trabalhadores nacionalmente para as lutas mais gerais. Por isso, propomos que a Fenajufe e os sindicatos do judiciário federal discutam, junto com a desfiliação da CUT, a construção da Conlutas.

33. Diante da análise conjuntural feita, propomos que nossa Plenária aprove os seguintes eixos: Não às reformas Sindical e Trabalhista, Universitária e Fiscal! Cadeia para todos os envolvidos em corrupção e para os corruptores, com confisco de seus bens! Revogação imediata da reforma da Previdência! Revogação da Lei da PPP's (nº 11.079/04) e das outras reformas que foram feitas com esquema do Mensalão. Em defesa do serviço público. Mais verbas públicas para saúde e educação! Aumento real de salário e reposição das perdas. Salário mínimo do Dieese! Contra o "acordo" da CUT e da

Força Sindical sobre o salário mínimo e o IR; Pela reposição dos 57,66% das perdas do IR. Não pagamento das dívidas externa e interna! Pela redução da Jornada de trabalho sem redução dos salários. Reforma agrária já, sob o controle dos trabalhadores! Estatização do sistema financeiro, sob o controle dos trabalhadores! Desfiliação da federação da CUT e construir a Conlutas.

## **2) PLANO DE LUTAS**

### **Por uma campanha salarial unificada em defesa do serviço público e dos servidores**

34. Pode-se afirmar que as campanhas salariais de 2004 e 2005 se repetiram. Ou seja, parte das direções que seguem sob a influência da CUT e do PT, conseguiram impor a fragmentação do movimento e investiram em acordos rebaixados com o governo. Se em 2004 os reajustes salariais, via gratificações, titulações e recomposição de tabelas, significaram migalhas no bolso dos trabalhadores, o ano de 2005 reservou o patético 0,1%, que ninguém recebeu. No entanto, o ano de 2005 trouxe ainda uma outra novidade na campanha salarial: a luta condicionada à disputa pelo orçamento 2006, que produziu uma inédita resignação do movimento em aceitar acordos com incidência apenas para o ano seguinte. Como em outros anos, o governo saiu vitorioso e agradecido às direções governistas que impediram a unificação do funcionalismo em uma forte greve. O mais grave é que, em 2005, essa divisão se deu em meio à maior crise política do governo Lula, e, conseqüentemente, do PT e da CUT. Embora não tenha se produzido uma rebelião, tais direções enfrentam hoje um profundo desgaste em suas bases.

35. No último período, várias dessas direções conseguiram se superar, assumindo uma política vergonhosamente governista. Em plena crise do governo Lula, provocaram a divisão da CNESF – Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais, fragmentando as greves e fechando uma série de acordos rebaixados, na maioria das vezes sem consulta às bases.

36. Como alertamos no começo da campanha salarial de 2005, a falta de unidade e ausência de uma pauta única do funcionalismo, que levou a lutas isoladas, fez com que o governo saísse vitorioso das greves, consolidando a implantação de seu reajuste de 0,1%. Contribuiu para isso, não só a política das direções governistas - de parte das entidades dos SPFs - mas também a estratégia equivocada de setores da esquerda em nosso movimento, ao acreditar que poderiam arrancar do governo reivindicações específicas com greves apenas setoriais. Neste sentido, ao optarem pela ruptura da unidade e fortalecimento da luta no específico, ambos contribuíram, com um papel determinante, na derrota do funcionalismo. A realidade foi dura e, infelizmente, mostrou que estávamos certos, ou seja, a possibilidade de ganhos com esse governo dependia de mudanças no orçamento – no próprio ano, não no próximo - e, estas, para serem efetuadas, precisavam, necessariamente, de uma poderosa mobilização unificada e calçada em uma pauta unitária. Não foi o que aconteceu e o resultado é que o governo saiu vitorioso, impondo pequenos ajustes salariais para 2006 – ainda não pagos - apesar de toda crise que atravessou, e ainda atravessa.

37. Por outro lado, se avaliarmos que o segundo semestre do ano passado foi marcado do início ao fim por greves – primeiro a CONDSEF e FENASPS, depois ASSIBGE e, em seguida, ANDES, FASUBRA e SINASEFE – temos a confirmação de que era possível construir um movimento forte e unificado, no qual a possibilidade de derrotar o governo e alcançar vitórias para o funcionalismo era uma perspectiva bastante real. No entanto, nenhuma das greves conseguiu entusiasmar. Assim, as ações de rua (atos, passeatas, marchas, etc.) não atingiram amplitudes de massa, restringindo-se a grupos de 100, 200 ou 400 trabalhadores, dependendo da região e da atividade desenvolvida. Mesmo o acampamento e a marcha à Brasília (de 20 a 23/06) não contaram com mais de duas mil pessoas.

38. Como se explica uma situação como esta, em um momento em que o governo Lula estava mergulhado num verdadeiro mar de lama e a ca-

tegoria “agraciada” com um reajuste de 0,1%? É claro que os servidores, que votaram maciçamente em Lula, passaram por um atordoamento muito grande frente a toda podridão que viveu, naquele momento e ainda vive hoje, o governo Lula. Este atordoamento produziu uma compreensão: o governo Lula é igual aos outros e tudo em que acreditavam foi por água abaixo. Todavia, ao não verem unidade nas direções e, ao mesmo tempo, perceberem que essa falta de unidade é fruto da ação do governo no movimento, são tomadas pelo ceticismo e, embora tenham disposição de luta, não se dispõem a tomar as ruas em protesto, porque desconfiam de suas direções. Nesse sentido, como explicar o chamado à participação dos trabalhadores em greve contra o governo em um ato, como o de Brasília em 16 de junho, notadamente em defesa de Lula e do PT?

39. Em meio a tudo isso, os acordos salariais com o funcionalismo seguem sem solução e o governo lava as mãos, atribuindo a responsabilidade, pelo não cumprimento dos mesmos, ao Congresso Nacional e à oposição burguesa que não haviam aprovado o orçamento de 2006 até o dia 17 de abril.

40. Entretanto, o simples cumprimento dos acordos firmados pelo governo com diversas categorias em 2005, que é possível após a aprovação do orçamento, não é suficiente. Esses mesmo acordos já eram insuficientes, pois de fato não houve reajuste linear nos salários do conjunto do funcionalismo. Além disso, este já é outro ano e as perdas se acumularam ainda mais. Por isso, é preciso construir uma campanha salarial neste ano, que não só faça cumprir os acordos de 2005, mas esteja calçada na reposição das perdas do governo Lula.

41. Defendemos o calendário e os eixos da Campanha Salarial-2006, aprovados na Plenária Nacional dos SPFs em 2 de abril. É preciso cumprir os objetivos e apostar tudo na campanha unificada e reconstituir as Coordenações Estaduais de SPFs, que terão o importante papel de unificar todos os setores e garantir as ações de luta do funcionalismo federal, passando por cima da direções governistas e dos setores vacilantes.

## A luta pelo PCS e por um Plano de Carreira

42. Como foi dito, nos últimos anos, o funcionalismo público federal vem sofrendo um crescente arrocho salarial. Desde 1995, passando pelos governos de FHC e de Lula, são 10 anos de acúmulo de perdas. No judiciário, tais perdas foram amenizadas pelas vitórias específicas na conquista do Plano de Cargos e Salários e sua revisão.

43. O primeiro PCS foi implantado em janeiro de 1997. Cinco anos depois, em 2002, a categoria novamente se mobilizou numa histórica greve nacional de 47 dias que abalou o Judiciário e conquistou a revisão do plano de cargos, corrigindo distorções que foram criadas com o primeiro projeto e valorizando os vencimentos básicos em relação às funções comissionadas. Parcelas salariais que antes eram variáveis – como a APJ (adicional do Poder Judiciário) – foram incorporadas aos salários, favorecendo uma remuneração fixa mais digna. Além disso, uma das maiores conquistas do funcionalismo público na era FHC, a revisão do plano garantiu isonomia entre servidores aposentados e ativos.

44. Agora, a categoria luta novamente para aprovar nova revisão no PCS, que tramita atualmente na Câmara. Esta luta ocorre desde o ano passado e certamente o PCS-3 só se concretizará se houver intensa mobilização da categoria nacionalmente. O governo já aprovou o orçamento e afirma que não há verbas para garantir o projeto que revisa o PCS. Portanto, sem greve não haverá PCS-3! Além disso, é preciso impedir que tal argumento de insuficiência orçamentária sirva para o governo parcelar o PCS em muitas e suaves prestações, o que diluiria os ganhos da categoria através da inflação do próximo período.

45. Entretanto, mesmo que seja aprovado o PCS-3, e será uma vitória da categoria caso seja, ainda é preciso debater a necessidade de uma luta por um Plano de Carreira do Judiciário Federal. Esta é uma tarefa da maior importância para viabilizar condições dignas de trabalho para a categoria. Um plano de carreira garantiria aos servidores saber, de imediato, logo que é empossado como será sua vida profissional e possibilidade de

ascensão a longo prazo, cerca de 10, 15 anos.

46. Os PCSs foram importantíssimos para corrigir distorções salariais, mas a categoria precisa de maior estabilidade e segurança para progredir profissionalmente e não ficar submetida a desvios de função e ao constante ataque do assédio moral. Num plano de carreira, os critérios para o crescimento profissional são mais objetivos, menos sujeitos a pressões individuais e critérios políticos. Uma das propostas do projeto que foi construído em São Paulo no ano passado, por exemplo, é que a designação das funções comissionadas obedeça a critérios objetivos como o tempo de serviço, sendo parte da carreira judiciária.

47. Por isso, propomos que, além da necessária luta que estamos travando hoje pela aprovação imediata do projeto de revisão do PCS, é de fundamental importância fazer o debate sobre Plano de Carreira com o conjunto dos servidores nacionalmente. Esta deve ser uma das principais tarefas da Fenajufe no próximo período.

## Assinam:

**Ana Luiza de Figueiredo Gomes** – servidora do TRF-3 e coordenadora geral da Fenajufe;

**Cláudio Antônio Klein** – servidor do TRF-3 e coordenador geral do Sintrajud/SP;

**Cléber Aguiar** – servidor do TRF-3 e diretor de base;

**Cleide Navas Ventura** – servidora do TRF-3 e diretora de base;

**Eliseu da Silva Trindade** – servidor do TRF-3 e coordenador geral do Sintrajud/SP;

**José Carlos Sanches** – servidor da JF/Franca e coordenador executivo do Sintrajud/SP;

**Ronald Fumagali** – servidor da JT/São Carlos e coordenador executivo do Sintrajud/SP;

**Acácio Henrique de Aguiar** – base do Sisejufe/RJ;

**David Landau** – base do Sintrajufe/RS;

**Sérgio Murilo** – base do Sintrajusc/SC.

## tese 4



Fortalecer as organizações dos trabalhadores para garantir nossos direitos.

Natal/RN

# FENAJUFE COMBATIVA, DESATRELADA DO GOVERNO LULA E FORA DA CUT

## I - DIREITA E ESQUERDA: ONDE ESTÁ O PODER DO TRABALHADOR OU O TRABALHADOR NO PODER.

### A retomada da esquerda em alguns países da América Latina e Europa.

1. A primeira vista parece que a esquerda avançou em alguns países: Brasil, Bolívia, Venezuela, Itália, Chile. Nada mais enganoso.

2. Assim como no Brasil a esquerda em quase todos esses países nada mais que um grande acordo entre a esquerda e centro e, como, no Brasil, até com a direita. Com o acesso da esquerda ao poder, o que temos visto são metas alcançadas pela esquerda, onde a direita, às vezes, não conseguiu chegar lá.

3. Exceto Chavez, na Venezuela, que não fez acordo com a direita, nos outros países a elite econômica continua a nadar de braçada, livre e solta. Mas mesmo Chavez está mais para populista do que para esquerdista. Mas de todos, sem dúvida, ainda é o que mais se destaca pela ousadia. Ousadia de enfrentar os estadunidenses e os grandes monopólios econômicos. Quanto a Evo Morales, só o tempo dirá até onde chegará.

4. Na Itália, no máximo, será um grande centrão. Nada de novo na Roma Antiga.

5. Mas mesmo não sendo os traba-

lhadores que tomaram o poder, não se pode desprezar esse avanço que pode impulsionar novos desafios de luta dos trabalhadores na América Latina e em outros países. Mas afirmar que com o poder do trabalhador, o trabalhador está no poder, é uma grande mentira. Aqui e nos outros países elencados.

### Lula - CUT e o grande acordo com a direita no Brasil

6. Quando o presidente da CUT deixa a Central e vai para o Ministério do Trabalho e Emprego, a CUT assina a sua rendição ao poder.

7. Lula se aliou à direita, assim como o PSDB se aliou à ultra-direita do PFL. Portanto Lula não representa há muito tempo os trabalhadores. A corrupção, outrora desdenhada pelo PT, tornou-se mancha diária sobre o Governo Federal.

8. E a Central Única dos Trabalhadores, outrora lutadora, se tornou chapa branca. A CUT nada mais representa que o próprio governo. Assim como a CUT não lutou ao lado dos trabalhadores no serviço público contra a previdência, deixou de representar os trabalhadores na mesma proporção geométrica que defende o Governo Lula do PT-PL-PMDB-PTB.

9. Quanto às outras Centrais, nada de novo, pois sabemos que a pelegagem ainda é a tônica.

10. E nesse ambiente de ALCA, intervenções e invasões estadunidenses em vários países, que o Governo Lula se coloca. Como mero capacho dos caprichos do FMI, dos banqueiros, dos latifundiários e dos opressores dos tra-

balhadores no mundo, em que pese a aparente defesa dos trabalhadores.

11. Como consequência somente uma Entidade de integração das lutas dos trabalhadores pode ocupar esse espaço de defesa verdadeira dos trabalhadores: a CONLUTAS.

12. Não pode mais a FENAJUFE financiar uma CUT que com nosso dinheiro vai utilizar esse dinheiro para tirar direitos de nós, trabalhadores no serviço público.

13. Somente a CONLUTAS tem essa disposição, nesse momento, de representar verdadeiramente a classe trabalhadora. Uma entidade, outra lutadora, e agora pelega como a CUT não pode mais ter nosso respeito enquanto trabalhadores no serviço público. Pelo menos enquanto mantiver a defesa desse governo que não representa os trabalhadores.

14. E por isso, a FENAJUFE deve ir para a CONLUTAS. Nada de financiamento para a CUT nos esmagar com o nosso próprio dinheiro. E a FENAJUFE deve desfiliar-se imediatamente da CUT, que não nos representa, senão o próprio governo do PT-PL-PMDB-PTB.

15. A CNESF deve ser mais valorizada pela FENAJUFE e pelos trabalhadores no serviço público. Pelo fortalecimento da CNESF.

### O Trabalhador no Brasil no Governo Lula

16. As empregadas domésticas, último resquício de escravidão no Brasil (além dos trabalhos escravos genuínos) continuam com 20 de férias.



17. Os Sindicatos de Trabalhadores no Serviço Público da União continuam sem o pagamento do Mandato Classista e com intervenção direta do Estado quando insere na Lei as questões sobre os Sindicatos, em especial, sobre quem, quantos e como pode ser dar o mandato classista, desrespeitando a Convenção 87 da OIT.

18. Não desapropriou os latifúndios improdutivos para assentar os trabalhadores do campo que foram expulsos da terra. Fingiu fazer uma reforma agrária. Aliás, reforma agrária improdutiva.

19. Com a corrupção no Governo fragilizou Entidades Públicas como os Correios, que nas pesquisas de opinião sempre esteve no topo da unanimidade nacional como paradigma de coisa pública, foram enlameadas com a corrupção dentro do Governo.

20. Pagou ao FMI aquilo que sonegou aos pobres. Mesmo a distribuição de renda do pró-uni, bolsa família e outros do gênero não receberam tanta bondade.

21. Desarticulou os trabalhadores utilizando a CUT pelega chapa branca.

22. Não mexeu em nenhuma estrutura a fundo e a concentração de renda ainda continua.

23. Com as parcerias público-privadas, joga-se o Serviço Público nas mãos dos urubus.

24. Não alterou a lei dos Cooperatistas (Cooperativas de Trabalho, que na maioria só precarizam as condições de trabalho).

25. Sendo assim nada mais justo que larguemos a CUT ao Governo e nos livremos dela o quanto antes, unindo-nos à CONLUTAS para contrabalançar aos ataques desse Governo aos direitos dos trabalhadores no Brasil, especialmente dos trabalhadores no Serviço Público.

## Trabalhadores no Serviço Público do Judiciário da União

26. Cada vez mais os trabalhadores no Serviço Público do Judiciário da União são obrigados a suportar uma carga de trabalho semanal quase escravagista, a ponto de um TRT ser denunciado por trabalho escravo pelo Sindicato dos Trabalhadores e a denúncia foi levado ao Ministério Pú-

blico do Trabalho.

27. Funções que são ocupadas sem nenhum critério técnico. Pessoas que se eternizam na mesma função, sem o menor pudor. Funções distribuídas aos amigos do Rei.

28. A ditadura dentro dos Tribunais, a falta de transparência, os colegiados de fachada, dão o tom em muitos Tribunais.

29. Pelo aumento de poder dos trabalhadores no Serviço Público do Judiciário da União. Não somos peças acessórias. Somos nós que carregamos o Judiciário nas costas.

30. A corrupção denunciada nos jornais e na imprensa dá a entender que falta muito ainda para chegarmos a um judiciário honesto.

31. O trabalhador ainda é um cidadão desconhecido no judiciário, que, na maioria só o frequenta como parte no criminal ou como parte no Judiciário Trabalhista onde um patrão o roubou, deixando de pagar o seu direito trabalhista.

32. As decisões dentro dos Tribunais ainda são tomadas sem levar em conta o sentimento e a opinião dos trabalhadores que carregam o judiciário nas costas. É hora de reverter esse quadro.

## II - PLANO DE LUTAS

### Propostas para a XIII Plenária da FENAJUFE:

33. Em defesa dos direitos dos trabalhadores no Serviço Público e no Setor Privado.

34. Pelo fim do modelo de superávits primários, pois aqui entregamos todo nosso ouro de colônia ao explorador, deixando nosso povo às minguas e com os ossos do banquete.

35. Pelo fim das negociações do Brasil com a ALCA

36. A dívida externa já foi paga e, na maior parte, foi emprestada para financiar os próprios concentradores de renda no Brasil. Fim do pagamento, já.

37. Apoiar o TCU no estudo sobre a Vale. Pela nulidade da "compra" da Vale. FHC-PSDB-PFL presentearam os amigos com a Vale e ludibriaram o povo brasileiro. Pela condenação criminal de improbidade a Fernando

Henrique Cardoso.

38. Fim das contratações temporárias e de estagiários (escravos disfarçados) no Serviço Público.

39. Fim das terceirizações e do regime celetista no Serviço Público

40. Reajustes lineares, conforme manda a norma, e não enganações aos trabalhadores.

41. 36 horas semanais para os trabalhadores no Judiciário da União.

42. Fim da intromissão do Estado nas Entidades Sindicais, em especial, sobre o mandato classista. Imediato pagamento dos diretores classistas pelo Órgão de origem. Os juízes são liberados e pagos pelo Tesouro e nem entidades Sindicais possuem. São Associações. Tratamento isonômico imediato.

43. Pelo pagamento dos quintos incorporados, juros e demais direitos dos trabalhadores no Judiciário da União.

44. Mais respeito dos Tribunais aos trabalhadores no Serviço Público do Judiciário da União.

45. Pelo fim do trabalho escravo nos Tribunais.

46. Pelo fim da regulamentação do Conselho da Justiça Federal sobre a greve dos trabalhadores no Serviço Público da Justiça Federal.

47. Pelo fim da intromissão do Ministério Público do Trabalho na declaração de greve ilegal.

48. Desfiliação da CUT pelega chapa branca.

49. Adesão da FENAJUFE à CONLUTAS.

50. Pela independência da FENAJUFE em relação ao Governo Lula. Uma FENAJUFE independente, transparente e com coragem de enfrentar o Governo Lula ou qualquer Governo que se apresente.

### Assina:

Pedro Aparecido de Souza

*Diretor Executivo da FENAJUFE*

*Diretor de Comunicação do SINDJUFE – MATO GROSSO*

*Oficial de Justiça Avaliador Federal no TRT 23ª Região – MT*

*Trabalhador no Serviço Público desde 1984.*

*pedroaparecido@pedroaparecido.com*

## tese 5



Fortalecer as organizações dos trabalhadores para garantir nossos direitos.

Natal/RN

# 'SOFTWARE LIVRE': A REVOLUÇÃO SILENCIOSA

## I – OBJETIVO GERAL

1. O presente trabalho tem por objetivo apresentar a experiência e investimentos realizados pelo Sitraemg – Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de MG – para a implantação dos chamados 'softwares livres' nos computadores de sua rede.

## II – JUSTIFICATIVA

2. A liberdade pressupõe a possibilidade de se fazer escolhas. E uma pessoa é verdadeiramente livre na medida em que ela percebe e age como se suas escolhas e atitudes fossem determinantes para a realização ou concretização de determinado ideal ou proposta.

3. Por exemplo, se consideramos a honestidade como indispensável para a construção de uma nova sociedade, então, independentemente da opção ou atitudes de terceiros, devemos agir honestamente em todas as situações que nos são apresentadas. Se me considero um defensor da ecologia e compreendo que a utilização de papel reciclado pode reduzir o índice de desmatamento, então vou procurar utilizá-lo em minha instituição, mesmo que essa atitude, sozinha, não resolva todo o problema.

4. Quando, na década de 1980, o computata estadunidense Richard Stalman percebeu que os programas de computador poderiam se tornar uma ferramenta privilegiada para a

democratização de conhecimento e informação, ele tomou uma atitude de profunda sensibilidade. Ao invés de seguir o paradigma de sucesso e dinheiro ditado pela sociedade capitalista, ele, num gesto de profunda liberdade, apresentou, para a sociedade, a idéia do chamado 'software livre'.

5. Para Stalman, "software livre" se refere à liberdade dos usuários executarem, copiarem, distribuírem, estudarem, modificarem e aperfeiçoarem o software. Mais precisamente, ele se refere a quatro tipos de liberdade, para os usuários do software:

6. A liberdade de executar o programa, para qualquer propósito (liberdade no. 0)

7. A liberdade de estudar como o programa funciona, e adaptá-lo para as suas necessidades (liberdade no. 1). Acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade.

8. A liberdade de redistribuir cópias de modo que você possa ajudar ao seu próximo (liberdade no. 2).

9. A liberdade de aperfeiçoar o programa, e liberar os seus aperfeiçoamentos, de modo que toda a comunidade se beneficie (liberdade no. 3). Acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade.

10. A liberdade de utilizar um programa significa a liberdade para qualquer tipo de pessoa física ou jurídica utilizar o software em qualquer tipo de sistema computacional, para qualquer tipo de trabalho ou atividade, sem que seja necessário comunicar ao desenvolvedor ou a qualquer outra entidade em especial. Essa liberdade implica,

inclusive, na possibilidade de realizar as alterações e adaptações necessárias para sua implantação. Tal liberdade só é possível quando se tem acesso ao chamado código-fonte.

11. O acesso ao código-fonte é instrumento de garantias pessoais contra a vigilância incansável das agências de governos e empresas manipuladoras de informação, ao garantir que o usuário pode saber exatamente qual o sistema que está processando seus dados e sendo assim pode defender seu direito a privacidade e escolha individual.

12. Certos tipos de regras sobre a maneira de distribuir software livre são aceitáveis, quando elas não entram em conflito com as liberdades principais. Por exemplo, o 'copyleft' (apresentado de forma bem simples) é a regra de que, quando redistribuindo um programa, o programador não pode adicionar restrições para negar para outras pessoas as liberdades principais. Esta regra não entra em conflito com as liberdades; na verdade, ela as protege.

13. "Software Livre" não significa "não-comercial". Um programa livre pode estar disponível para uso comercial, desenvolvimento comercial, e distribuição comercial. O desenvolvimento comercial de software livre não é incomum. Tais softwares livres comerciais são muito importantes para a divulgação do conceito por trás da proposta inovadora. Entretanto, a liberdade de copiar e modificar o software tem de estar sempre resguardada.

### III. METODOLOGIA

13. O primeiro passo para a implantação da filosofia de 'software livre' na instituição diz respeito a um posicionamento profundamente político. A decisão implica em transformar em atitudes concretas uma concepção de mundo na qual se crê. Ou opta-se por um mundo onde a concentração de informação, conhecimento e renda é cada vez maior ou escolhe-se o caminho da democratização, liberdade e solidariedade.

14. O segundo passo implica na definição da distribuição a ser utilizada para os servidores e computadores de mesa (desktops). Um computador (a máquina) sozinho não tem condições de realizar uma operação sequer. Ele necessita, em primeira instância, de um programa de computador que recebe o nome de 'sistema operacional'. No mundo dos 'softwares livres', o sistema operacional mais utilizado é conhecido como GNU/Linux. Como há, sempre, a liberdade do sistema ser modificado por qualquer programador interessado, várias versões do GNU/Linux estão disponíveis para a comunidade. Cada uma dessas versões é identificada com sendo uma 'distribuição'.

15. São várias as distribuições disponíveis através da Internet: Debian, Knoppix, Redhat, Suse, etc. Qualquer que seja a distribuição selecionada, faz-se imprescindível o treinamento do profissional da área de informática, de forma que ele domine as ferramentas disponíveis. Isso pode ser feito através de matrícula em cursos oferecidos por empresas especializadas e/ou pela contratação de consultorias que, através de profissionais experientes e habilitados, prestem uma assessoria para a migração dos serviços.

16. Sugerimos que a migração se dê, em primeiro lugar, para os computadores do CPD, visto que o responsável por esse setor é um profissional que possui os requisitos básicos para a assimilação de novas ferramentas de trabalho com o mínimo de trauma possível para a entidade. Superado esse momento, passa-se à fase de escolha da distribuição que vai rodar nos computadores de mesa da instituição.

17. A opção do Sitraemg foi pela utilização do 'Kurumin', derivado do 'Knoppix', por sua vez derivado do 'Debian'.

Isso porque a distribuição é nacional e tem tido uma frequência de atualizações que permite a correção de problemas encontrados pela comunidade de usuários em um tempo limitado.

18. Superada essa fase, passa-se ao momento mais importante do processo: o do convencimento dos diretores e funcionários sobre a importância de se utilizar os softwares livres. Como a resistência quanto à sua utilização é mais do que natural – uma vez que há uma proposta de se mudar o paradigma do mundo da informática (Windows) – é imprescindível a elaboração de um planejamento com as fases para a adaptação da instituição à nova realidade.

19. Em primeiro lugar, é importante apresentar os fundamentos políticos para a utilização dessa nova filosofia. Nesse ponto, deve-se salientar que a opção da instituição não é, prioritariamente, financeira. Ao invés, vale a pena dizer que nós estamos vivendo um momento da humanidade onde o conhecimento nunca foi tão valorizado. Quem detém conhecimento e informação detém poder, haja vista a acirrada disputa por que passa nosso país no tocante à definição do padrão para a televisão digital por parte de nosso governo. Mesmo com toda fundamentação política, não podemos deixar de considerar as possibilidades de resistência quanto à sua implantação. A novidade mexe com rotinas já estabelecidas, introduz novos elementos em nosso cotidiano e implica em readaptações. É importante deixar claro que isso não ocorre tão naturalmente quando desejaríamos. Contudo, como minimizar as resistências e manter firme a proposta da adoção de um novo padrão 'cultural' no ambiente de informática da instituição?

20. A substituição do sistema operacional Windows deve ser feita tranquilamente, sem rupturas radicais, de forma a minimizar a resistência por parte dos usuários.

21. Após a realização de uma reunião onde os porquês da opção política pela adoção dos SLs é debatido entre os usuários e diretores, faz-se necessário estabelecer um cronograma para a migração dos computadores. Sugere-se a substituição de um computador de cada vez, para que haja a possibilidade de um acompanhamento mais personalizado dos problemas e dúvidas decorrentes da substituição. Esse pro-

cedimento deve ser repetido até que todos (ou quase todos) os computadores tenham sido incorporados ao 'novo mundo possível'.

23. É importante salientar que, no decorrer de todo o processo, provavelmente surgirão problemas pertinentes à configuração dos 'softwares'. O responsável não poderá fazer com que isso provoque um retrocesso que venha a macular a imagem no conceito 'software livre' na instituição. Os problemas têm de ser solucionados com a maior rapidez possível, de forma a tornar o processo de migração o mais tranquilo possível.

### IV. CONCLUSÃO

22. A adoção dos chamados 'softwares livres' pelos sindicatos e movimentos sociais tem de ser encarada como prioridade estratégica. Em primeiro lugar, porque diz respeito a uma bandeira sempre defendida pelos militantes e defensores de um outro mundo possível – a liberdade. Segundo, porque implica, principalmente para os países periféricos, na possibilidade de uma verdadeira autonomia científico-tecnológica das nações do primeiro mundo. Terceiro, porque toca no calcanhar de aquiles do sistema capitalista moderno: o domínio do sistema de informação mundial. Não há como uma única empresa ter o domínio absoluto de uma área estratégica para o desenvolvimento e autonomia das nações. Se, de fato, acreditamos que 'um outro mundo é possível', já é passada a hora de tornarmos nossas crenças e esperanças algo realmente concreto e revolucionário: a adoção dos 'softwares livres'.

25. A revolução silenciosa (dos SLs) é uma idéia extremamente inteligente. Utilizando-se de conceitos criados a partir de uma perspectiva capitalista (por exemplo, o 'copyright'), ela inverte sua lógica ('copyleft') e possibilita que novas atitudes sejam tomadas para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

### Assinam:

Carlos Antônio Ferreira,  
Gisele Machado Faria,  
Rubens Pinheiro da Cruz,  
José Francisco Rodrigues

## tese 6



Fortalecer as organizações dos trabalhadores para garantir nossos direitos.

Natal/RN

# TELESUL: ROMPENDO O CERCO DO IMPÉRIO DO NORTE

1. O dia 24 de junho entrou para a história da América Latina. Nesta data foi ao ar, em caráter experimental, o sinal de satélite do canal de TV Telesul — Telesul em português —, uma multi-estatal administrada por Venezuela, Argentina e Uruguai. O lançamento oficial ocorreu no domingo, 24 de julho, data em que se comemora o nascimento do libertador Simón Bolívar. A TV Comunitária de Brasília transmitiu a entrada no ar da Telesul.

2. A Telesul ou Telesur, em castelhano, é um canal televisivo que “nasce de uma evidente necessidade latino-americana: contar com um canal que permita a todos os habitantes desta vasta região difundir seus próprios valores, divulgar sua própria imagem, debater suas próprias idéias e transmitir seus próprios conteúdos, livre e equitativamente”.

3. A Telesul é uma iniciativa do Presidente Hugo Chávez, da Venezuela, junto aos governos de Cuba, Argentina e Bolívia, que visa dar uma alternativa comunicacional para toda a América Latina e Caribe, em resposta à hegemonia das grandes corporações estadunidenses, como a CNN.

4. O novo canal possui correspondentes em Buenos Aires, La Paz, Havana, Brasília, Cidade do México, Montevidéu, Bogotá e Nova Iorque. A cobertura do canal atingirá toda a América, Europa Ocidental e norte da África, através do satélite NSS (New Skies Satellite) 806. O acesso a programação, que hoje é de 4 horas diárias, é apenas por canal fechado.

5. A Telesul ainda está em processo

de amadurecimento, mas já enfrentou represálias por parte do congresso norte-americano, que entrou com uma proposta para intervir na programação da Telesul, através do congressista Espaço democrático Connie Mack. O objetivo é evitar uma suposta propagação do antiamericanismo que seria proporcionada pelo canal.

6. A Telesul é um projeto de mais alta importância para a integração dos povos latino-americanos. É, sem dúvida, o sonho de todos os que lutam por um continente integrado e com um sistema de comunicação fora do controle de grupos econômicos. Ou seja, a partir de agora, para os latino-americanos se com Espaço democrático hecerem melhor e acompanharem as informações sobre os mais diversos países, não será necessária a CNN, que, como demonstra sua cobertura diária, não prima pela informação isenta, muito pelo contrário.

7. Ou seja, a idéia não é incentivar um enfrentamento com nenhum país, mas sim dizer a verdade, pois há muitos meios que só manifestam parte da mesma. “Queremos”, diz o comunicado de lançamento da emissora, “conhecer verdadeiramente o que ocorre com a luta dos irmãos zapatistas no México, do nosso povo irmão explorado dos EUA, queremos uma televisão sem baixarias, sem culto ao consumismo ou à violência”.

8. O novo canal, cuja sede é em Caracas, será bilíngüe — espanhol e português — e, segundo explicou um dos diretores da emissora, o jornalista brasileiro Beto Almeida, estimulará a

participação de comunicadores populares e dos movimentos sociais.

9. Vale assinalar ainda que cerca de 40% da programação da Telesul é composta de jornalísticos (noticiários, entrevistas e reportagens). Os outros 60% exibem material de produtores independentes, de emissoras regionais, comunitárias e universitárias e de organizações sociais. Produções de cinema latino-americano também têm espaço garantido.

## Contra a hegemonia

10. O autor da idéia, o Presidente Hugo Chávez Frias, que enfrentou em diversas ocasiões o conservadorismo e a manipulação da mídia tradicional, disse que o objetivo do novo canal é mostrar a cultura, as lutas e as visões dos povos do Sul. Segundo Chávez, “é preciso questionar a hegemonia audiovisual dos valores do Norte, isto é, do imperialismo norte-americano, cujas empresas de comunicação controlam 85% dos fluxos informativos (notícias, TV, rádio, foto, filme, disco etc.)”.

11. A Telesul, como rede latino-americana, já com Espaço democrático eça a alcançar parte da Europa, o norte da África, e até os Estados Unidos, com seus 45 milhões de latinos. A informação é do responsável pela nova Televisão do Sul do Brasil, Beto Almeida, numa entrevista ao jornal Hora do Povo.

## Espaço democrático

12. Em suma, querendo ou não a

SIP e os demais defensores da liberdade de empresa — não de imprensa —, o continente latino-americano entra em uma fase de se conhecer melhor, sem a influência das grandes corporações internacionais que têm por objetivo primordial defender interesses econômicos próprios, o que, na prática, se choca com a liberdade de imprensa.

12. A Telesul é, sem dúvida, um projeto revolucionário em termos de comunicação e possibilita aos latino-americanos terem acesso à informação sem as deturpações tão comuns na mídia conservadora.

13. Órgãos de imprensa da América Latina, inclusive do Brasil, já fizeram críticas ao projeto antes mesmo de ele se tornar uma realidade. Os grandes proprietários do setor, agrupados na Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), manifestaram-se com argumentos que não resistem à menor análise. Ao contrário do que dizem os barões da mídia, a Telesul é, de fato, uma proposta que amplia a liberdade de imprensa e tem o objetivo de fortalecer o processo de integração do continente.

14. Não é à toa que volta e meia a grande imprensa conservadora e colunistas amestrados fazem críticas ao projeto. É assim que procedem toda vez que se sentem ameaçados por parte da mídia pública.

15. Por entender que os sindicatos combativos, que apóiam as lutas dos movimentos sociais e que almejam um aprimoramento do espaço democrático informativo não podem ficar de fora dessa nova empreitada democrática, o Sitraemg, o Sinjus, o Sindecon e o Sindaúde definimos como um eixo de luta em nossa agenda comum a luta pela democratização da comunicação, democratização da produção e do acesso à informação.

16. A comunicação social, exercida em liberdade e com meios que assegurem a efetiva participação popular, é um instrumento insubstituível para o conhecimento, equacionamento e resolução dos problemas de uma sociedade. Desta forma, as comunidades têm interesse não somente de ser informadas mas, sobretudo, desejam dispor de meios próprios de comunicação social, especialmente de radiodifusão, e lutam pela superação das normas legais que, em nome do poder econômico, trans-

formam o direito à comunicação, um bem público, em monopólio privado.

17. Assim pensamos por entendermos que a informação é um os pilares fundamentais para construção de uma sociedade democrática, pois compreendemos que não há sociedade livre sem liberdade de comunicação.

18. “Esta é a proposta: assumirmos o desafio de encontrar, através da nossa consciência, nossa solidariedade, nossas iniciativas talentosas e inteligentes, as formas para conseguir os recursos para fazermos a rebelião das antenas, instalar o maior número possível de antenas parabólicas - seja nas tvs comunitárias, mas também nos sindicatos, entidades culturais, associações, cooperativas, assentamentos rurais, universidades, escolas de jornalismo, etc. Que escapemos do cerco da CNN, das grandes empresas de mídia...” , diz Beto Almeida.

## Como ter acesso à Telesul

20. Como ter acesso ao canal latino-americano que tem como um dos objetivos fazer com que os povos da região se conheçam melhor?

19. Para que a TV Sul chegue ao maior número de lares possível no Brasil e em toda a América Latina, estão sendo mantidas conversações com operadoras de cabo e também com tvs comunitárias, universitárias, educativas, públicas e regionais.

20. Mas, também, com a instalação de um equipamento simples - um receptor digital de satélite e uma antena parabólica - o sinal da TV Sul poderá ser captado e retransmitido, gratuitamente.

21. É simples. Todos que quiserem se conectar poderão fazê-lo por um custo bastante acessível. Em moeda brasileira, a antena /equipamentos necessários custam aproximadamente R\$ 1.200,00 e podem ser instalados por um profissional especializado.

22. Quem não quiser ou não tiver condições de instalar antena e se conectar à Telesul pode acompanhar sua programação pela Internet. Para isso, basta acessar o seguinte endereço: [www.telesurtv.com](http://www.telesurtv.com).

## Conclusão

23. A comunicação social, exercida

em liberdade e com meios que assegurem a efetiva participação popular, é um instrumento insubstituível para o conhecimento, equacionamento e resolução dos problemas de uma sociedade. Por isso, carecemos não somente de ser informados mas, sobretudo, precisamos dispor de meios próprios de comunicação, sob controle social; e precisamos, também, lutar pela superação das normas legais que, em nome do poder econômico, transformam o direito à comunicação, um bem público, em monopólio privado.

24. Com a Telesul, querendo ou não os defensores da liberdade de empresa — não de imprensa —, nasce um projeto revolucionário, em termos de comunicação, que possibilita aos latino-americanos acesso à informação sem as deturpações tão comuns na mídia conservadora.

25. Com a Telesul, o continente latino-americano entra em uma fase de se conhecer melhor, sem a influência das grandes corporações internacionais que têm por objetivo primordial defender interesses econômicos próprios, o que, na prática, se choca com a liberdade de imprensa.

26. Os sindicatos combativos, que apóiam as lutas dos movimentos sociais e que almejam um aprimoramento do espaço democrático informativo não podem ficar de fora dessa nova empreitada democrática: a consolidação da Telesul como instrumento de integração cultural e político-democrática dos nossos povos latino-americanos.

27. Com a instalação da antena na Sede do Sitraemg, a recepção do sinal da TELESUL e a realização dessa Oficina pretende-se ampliar a base de apoio à nossa Luta pela Democratização da Comunicação, incentivando iniciativas práticas voltadas para à extensão do sinal da Telesul.

25. Numa verdadeira revolução das Antenas busca-se, como objetivo imediato, a consolidação da Telesul como instrumento de integração política e cultural dos nossos povos latino-americanos.

## Assinam:

Carlos Antônio Ferreira,  
Gisele Machado Faria,  
Rubens Pinheiro da Cruz,  
José Francisco Rodrigues



Fortalecer as organizações dos trabalhadores para garantir nossos direitos.

Natal/RN

# TÉCNICOS DE TRANSPORTE: HISTÓRIA DE LUTA

1. Os Técnicos de Transporte têm atribuições diferenciadas dos demais servidores do MPU. Na execução do seu trabalho, existem muitas dificuldades, pois o motorista acaba acumulando funções de Oficial de Justiça e Agente de Segurança, existentes no judiciário federal. A seguir vamos abordar rapidamente os maiores problemas enfrentados pelos técnicos de transporte do MPU.

2. Falta de horário definido – ocorre em todo país uma carga de trabalho demasiada. Além disso, os motoristas na maioria das vezes ficam sem almoço e para agravar ainda mais a situação do MPU não paga as horas-extras.

3. Falta de manutenção dos veículos oficiais – Está virando rotina o amadorismo administrativo. Por diversas vezes em diligências longas, em que há maior desgaste do veículo, ocorre muitas quebras por não haver manutenção preventiva. Some-se a isso a falta de um sistema de guincho/reboque quando uma viatura quebra e que provoca ainda mais transtorno ao já precário sistema.

4. Condições inadequadas das instalações – Em regra, independente se o prédio é próprio ou alugado, os motoristas ficam instalados em locais insalubres, sem as mínimas condições sanitárias, geralmente no subsolo. Respirando o monóxido de carbono, pois a dispersão dos poluentes é precária. Além disso, falta de telefones e computadores nas instalações dos motoristas em relação aos demais servidores da instituição.

5. Inexistência de cursos de forma-

ção – O MPU não tem preocupação em capacitar, qualificar ou treinar os técnicos de transporte, mesmo sendo eles os responsáveis em transportar autoridades, servidores, processos e outros documentos tão vitais para instituição.

6. Desconhecimento das chefias imediatas sobre a realidade dos motoristas – Há tantos problemas e complexidades nas rotinas do setor, que de tão específicas precisaria que houvesse boa vontade das chefias em pelo menos debater e discutir formas de melhorar a qualidade. Entretanto, os critérios de nomeação dessas chefias são políticos, não levando em conta a qualificação técnica ou experiência na área, ocorre total falta de sintonia entre as chefias e os técnicos de transporte.

7. Exposição ao trânsito violento – As estatísticas de acidentes de trânsito no Brasil mostram que a quantidade mortos e feridos é comparável aos países em guerra. As estradas e avenidas parecem verdadeiros campos de batalha, onde as pessoas se sentem poderosas com suas máquinas possantes. Outro fator que torna o trânsito mais violento são as condições precárias das vias, gerando aumento do risco de acidentes.

8. Falta de seguro dos veículos oficiais – Esse é um dos principais fatores de insegurança no trabalho para os técnicos de transporte. Qualquer dano que ocorra com o veículo oficial, desde um simples risco até a perda total do veículo, toda a responsabilidade recai sobre as costas dos motoristas. Além

disso, os técnicos de transporte também são responsáveis pelos documentos e processos transportados, muitas vezes de valor inestimável.

9. Risco de vida – ao transportar procuradores e servidores em investigações sigilosas ou que envolvam o crime organizado.

10. Plantão permanente – Diferente dos demais servidores, o motorista está constantemente de sobreaviso, pois a qualquer momento o motorista pode ser acionado para atender um procurador.

11. Desorganização – Imprevisibilidade das saídas e falta de tempo para planejar uma rota segura, especialmente em cidades caóticas como São Paulo, Belo Horizonte ou Rio de Janeiro. Falta de definição de prioridades para execução das tarefas. Conflito permanente dentro da estrutura, pois os técnicos de transporte têm conexão com todos os setores do órgão.

12. Entrega de documentos – Intimações, processos, notificações que deveriam ser entregues por um técnico administrativo ou alguém do setor envolvido, ficam muitas vezes na responsabilidade do motorista, que foge à sua atribuição.

13. Discriminação e preconceito em relação aos demais servidores – Muitos técnicos de transporte são tratados como servidores de segunda classe. Não há uma preocupação em motivar os técnicos de transporte para a atividade que exercem. E também de mostrar para os demais servidores a importância dos motoristas dentro da estrutura do MPU.

14. Diferença das frotas no país – Muitas vezes comissões de licitação sequer se atentam ao básico – como consultar os principais usuários (motoristas e procuradores), que usam os veículos cotidianamente para a execução de suas tarefas. Acabam adquirindo carros de marcas e tipos inadequados às tarefas e atribuições daquela unidade. Enquanto a PGR tem uma frota zero quilômetro, a primeira instância – que mais trabalha – fica com os carros mais velhos e cheios de problemas.

15. Determinação de tarefas no vencimento do prazo processual – Infelizmente, essa prática é muito comum dentro do MPU. Um processo vence um prazo às 18 horas e o gabinete solicita o carro e o motorista em cima da hora, ficando toda a responsabilidade para o motorista, que ainda tem que correr contra o tempo. Também ocorre o famoso pedido de aumentar a velocidade por parte das autoridades quando estão atrasadas para os seus compromissos, que vai desde a sessão no Tribunal até a ida ao aeroporto.

16. Execução constante de trabalhos particulares – Também é comum transporte de familiares ou em lugares que não tem relação com o trabalho institucional.

17. Sindicâncias e processos administrativos – Os técnicos de transporte têm sido vítimas freqüentes de processos administrativos e sindicâncias, na maioria das vezes políticos, sem a menor garantia do contraditório e da ampla defesa.

18. Diante de tantas dificuldades, os técnicos de transporte sempre buscaram, ainda que de forma isolada, resolver os seus problemas, porém, sem nunca terem avançado.

## Assassinato de Unai-MG

19. Depois do triste e revoltante episódio de Unai - MG, onde quatro trabalhadores (três auditores fiscais do Ministério do Trabalho e o motorista), no exercício de suas funções institucionais, foram brutalmente assassinados.

20. Esse fato fez com que os motoristas do serviço público em geral, passassem a se preocupar e debater ainda mais a questão da segurança no exercício do trabalho.

21. Vale lembrar que o motorista foi a primeira vítima dos assassinos.

## A mudança: novas perspectivas

22. A partir de agosto de 2005, em uma assembléia unificada das entidades do MPU (Sindjus, Sinasempu e associações), os técnicos de transporte pleitearam isonomia com o Judiciário, ou seja, que fosse incluído no PCS do MPU uma gratificação específica para os técnicos de transporte nos mesmos moldes do artigo 18 do PCS do Judiciário.

“Art. 18. Fica instituída a Gratificação de Atividade de Segurança – GAS, devida exclusivamente aos ocupantes dos cargos de Analista Judiciário e de Técnico Judiciário referidos no § 2º do art. 4º.”

## OLT: organização por local de trabalho

23. Um grupo de motoristas da PGR, cansado do descaso das entidades e da Administração, resolveu se organizar para incluir a gratificação dos técnicos de transporte no PCS do MPU.

24. O primeiro passo foi a participação nas assembléias promovidas pelas entidades. Em todas as reuniões os motoristas da PGR reivindicaram a inclusão do pleito no PCS. No entanto, o que ocorreu foi que os representantes das entidades subestimaram o pedido dos motoristas e sequer deram um retorno.

25. Com isso, os motoristas da PGR decidiram se organizar por conta própria e passaram a fazer reuniões diárias e assembléias semanais no setor. Ao mesmo tempo, não deixaram de participar das assembléias e atos convocados pelas entidades.

26. Ao constatarem que as entidades não encaminhariam o pleito, os motoristas decidiram fazer um abaixo-assinado nacional solicitando cursos de capacitação, qualificação e treinamento e enviaram a todas as instâncias administrativas e aos subprocuradores-gerais da República.

27. Depois do abaixo-assinado, os técnicos de transporte passaram a fazer audiências no Brasil inteiro com os procuradores-chefes sobre as deman-

das dos motoristas e respaldados pelo abaixo-assinado e por outros coletivos de motoristas que vieram a se somar à organização iniciada em Brasília.

28. Cada procurador chefe encaminhou à Brasília expediente com as propostas de melhorias para o setor em sua unidade para Administração do MPU.

29. Com o material em mãos fizeram um dossiê completo sobre as condições de trabalho dos técnicos de transporte do MPU.

30. Esse trabalho deveria ter sido feito pelos sindicatos da categoria que preferiram se omitir na origem do processo.

31. Com o dossiê e a minuta do PCS do Judiciário os técnicos de transporte foram até a administração e formalizaram o pedido de isonomia com o Judiciário, que foi atendido na última minuta.

## Protesto

32. No último ato público de 2005, chamado pelas entidades representativas do MPU, os técnicos de transporte decidiram não participar.

33. A abstenção dos motoristas no ato de novembro de 2005 foi uma forma de protesto devido a incoerência dos representantes das entidades, pois cada um defendia uma coisa diferente, o que gerava desunião e confusão de entendimento por parte dos participantes da assembléia.

34. A atitude foi alvo de duras críticas e ataques, tanto das entidades como de algumas lideranças, que não compreenderam a atitude dos motoristas.

35. Abstenção ocorreu por vários motivos: falta de unidade das entidades, que ora estavam juntas, ora separadas; incoerência nos slogans das faixas afixadas pelas entidades e dos discursos dos dirigentes.

36. Naquele momento e diante das inconsistências das entidades, os motoristas decidiram em assembléia não participar.

## Assttra – MP

37. Ao perceberem que as entidades não havia se sensibilizado para as questões específicas, não só dos técnicos de transporte, mas de outros

cargos como peritos e seguranças os motoristas decidiram criar uma entidade própria.

38. Primeiro, foi pensado em montar um sindicato estadual, no entanto, para criar um sindicato era necessário que mais setores estivessem envolvidos para que fosse plural.

39. Um sindicato tem que ter outras visões, não apenas uma visão específica.

40. Optou-se, então pela criação de uma associação de classe, para tratar principalmente dos assuntos específicos dos motoristas e seguranças – ASSTTRA-MP Associação dos Servidores Seguranças e Técnicos de Transporte – Ministério Público.

## Considerações finais

41. A ASSTTRA-MP poderia não ter sido criada se as entidades representativas se dispusessem a discutir e encaminhar as questões específicas dos motoristas.

42. Hoje, os sindicatos e associações do MPU estão desconectados com as questões específicas da categoria.

43. As entidades trabalham sob a ótica do atacado (caminhão de melancia) e esquecem do varejo (questões de carreira).

44. Por fim, propomos que a FENAJUFE realize um Encontro Nacional dos Técnicos de Transporte do MPU e Judiciário para discutir os problemas e buscar melhorias para essa parcela importante da categoria.

## Assina:

**Laercio Bernardes dos Reis** – *Filiado ao Sindjus-DF, Coordenador de Formação e Relações Sindicais da ASSTTRA-MP, servidor do MPF-MPU/DF.*

**XIII Plenária Nacional da Fenajufe**

**SÓ A LUTA TRAZ CONQUISTAS**

Fortalecer as organizações dos trabalhadores para garantir nossos direitos.





Fortalecer as organizações dos trabalhadores para garantir nossos direitos.

Natal/RN

## COTA PARA GÊNERO

### Introdução

1. Para embasar teoricamente esta tese, abaixo citaremos algumas definições de gênero, que poderão contribuir para um melhor entendimento.

2. Nos ensina Costa, que:

o termo gênero foi um conceito construído socialmente buscando compreender as relações estabelecidas entre os homens e as mulheres, os papéis que cada um assume na sociedade e as relações de poder estabelecidas entre eles.

3. Portanto, gênero é uma ferramenta analítica para dar significados às relações desiguais entre mulheres e homens, marcadas pela nossa cultura, política e história.

Histórico da Luta das Mulheres no Mundo e no Brasil

4. O Dia Internacional da Mulher é comemorado devido ao incêndio havido na indústria têxtil em Nova Iorque, onde trabalhadoras perderam suas vidas, já que estavam impossibilitadas de sair porque as portas estavam trancadas.

5. A revolução industrial incorporou o trabalho da mulher no mundo da fábrica, separou o trabalho doméstico do trabalho remunerado fora do lar. A mulher foi incorporada subalternamente ao trabalho fabril. Em fases de ampliação da produção se incorporava a mão de obra feminina junto à masculina, nas fases de crise substituíam-se o trabalho masculino pelo trabalho da mulher, porque o trabalho da mulher era mais barato. As lutas entre homens e mulheres trabalhadoras es-

tão presentes em todo o processo da revolução industrial. Os homens substituídos pelas mulheres na produção fabril acusavam-nas de roubar seus postos de trabalho. A luta contra o sistema capitalista de produção aparecia permeada pela questão de gênero. A questão de gênero colocava-se como um ponto de impasse na consciência de classe do trabalhador.

6. Assim, nasceu a luta das mulheres por melhores condições de trabalho. Já no século XIX havia movimento de mulheres reivindicando direitos trabalhistas, igualdade de jornada de trabalho para homens e mulheres e o direito de voto.

7. Ao ser incorporada ao mundo do trabalho fabril a mulher passou a ter uma dupla jornada de trabalho. A dificuldade de cuidar da prole levou as mulheres a reivindicarem por escolas, creches e pelo direito da maternidade.

8. No século XX as mulheres começaram uma luta organizada em defesa de seus direitos. A luta das mulheres contra as formas de opressão a que eram submetidas foi denominada de feminismo e a organização das mulheres em prol de melhorias na infraestrutura social foi conhecida como movimento de mulheres.

9. Após a década de 1940 cresceu a incorporação da força de trabalho feminina no mercado de trabalho, havendo uma diversificação do tipo de ocupações assumidas pelas mulheres. Porém, no Brasil, foi na década de 1970 que a mulher passou a ingressar de forma mais acentuada no mercado

de trabalho. A mulher ainda ocupa as atividades relacionadas aos serviços de cuidar (nos hospitais, a maioria das mulheres são enfermeiras e atendentes, são professoras, educadoras em creches), serviços domésticos (ser doméstica), comerciárias e uma pequena parcela na indústria e na agricultura. No final dos anos 1970 surgem movimentos sindicais e movimentos feministas no Brasil. A desigualdade de classe juntou os dois sexos na luta por melhores condições de vida. O movimento sindical começou a assumir a luta pelos direitos da mulher.

10. A luta pela democratização das relações de gênero persistiu e com a Constituição Federal de 1988 a mulher conquistou a igualdade jurídica. O homem deixou de ser o chefe da família e a mulher passou a ser considerada um ser com capacidade igual do homem.

11. Na década de 1990, no Brasil, a classe trabalhadora enfrentou o problema da destruturação do mercado de trabalho, da redução do salário e da precarização do emprego. As mulheres foram as mais atingidas pela precarização do trabalho e pela gravidade da falta de investimentos em equipamentos sociais (creches, escolas, hospitais). A mulher passou a ter um nível educacional igual e muitas vezes, até superior ao do homem, porque como enfrenta o preconceito no mundo do trabalho, ela deve se mostrar mais preparada e com maior escolarização para ocupar cargos que ainda são subalternos.

12. No Brasil, as relações de gênero

ainda estão sustentadas por uma divisão sexual do trabalho desigual, pelo controle do corpo e da sexualidade das mulheres, pela violência sexual e doméstica, pela exclusão das mulheres dos lugares de poder e de tomada de decisão, pela obrigatoriedade do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos e a família.

## A importância das ações afirmativas

13. São denominadas ações afirmativas as políticas que têm como meta corrigir antigas e novas discriminações.

14. Podem ser citadas, algumas experiências de ações afirmativas para que se saiba qual a importância destas para a inclusão de cotas para mulheres na Fenajufe.

15. Em 1997 houve o seminário internacional As mulheres no mundo do trabalho: experiências internacionais de ações afirmativas, realizado no Brasil de 14 a 19 de abril, organizado pela Fundação Friedrich Ebert-Ildes (FES-Ildes), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Elisabeth Lobo Assessoria (Elas), e Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), com apoio de diversas instituições internacionais e nacionais (sindicais, empresariais, governamentais e não governamentais).

16. O Seminário teve por objetivo o de possibilitar o contato do público brasileiro com experiências consolidadas de ação afirmativa que revelassem: (1) a viabilidade da medida como um caminho para a construção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no trabalho; (2) a participação dos diferentes atores sociais na construção e na implementação das experiências; (3) o arcabouço legal no qual se inserem as ações afirmativas; (4) as dificuldades e os desafios da implementação das propostas em cada realidade.

17. No seminário acima citado, foram discutidas ações afirmativas desenvolvidas pela União Européia, França, Itália, Estados Unidos e finalmente, apresentadas linhas de reflexão sobre as mudanças nos mercados de trabalho latino-americanos e as condições das mulheres.

18. O desafio pragmático da globali-

zação da economia, com suas exigências no que diz respeito à adequação das organizações produtivas, foi o cenário que estimulou alguns agentes econômicos, a aderirem a esse tipo de estratégia com o intuito de experimentar uma aliança entre a rentabilidade dos negócios e o êxito de novas estratégias de recursos humanos que promovessem a igualdade de oportunidades. Nesse sentido, são levantadas as batalhas ganhas desde a sanção da Constituição de 1988 pelos diferentes setores e atores interessados (governamental, parlamentares, movimento de mulheres, sindicatos, organizações empresariais, etc.), como sinais de um processo de mudanças em direção a uma abertura maior para formular políticas de igualdade de oportunidades no Brasil.

19. Na última década do século passado, a comunidade mundial desenvolveu diversas iniciativas com a finalidade de disseminar e debater estes conhecimentos, entre elas, a realização de seminários e conferências, a consolidação e a circulação da informação, o financiamento de projetos de pesquisa, o apoio a projetos inovadores de ação afirmativa, o estabelecimento de redes para a implementação de programas específicos.

20. A IV Conferência das Nações Unidas para a Mulher realizada em Pequim em 1995, é um exemplo dessas conferências, na maior conferência da história das Nações Unidas. Como resultado, 189 nações se comprometeram a avançar em direção ao empoderamento da mulher através da Plataforma de Ação de Pequim.

21. A Plataforma é uma agenda de ações que tem por objetivo a remoção dos obstáculos à participação ativa da mulher em todas as esferas da vida pública e privada, através da participação igualitária e completa nos processos de tomada de decisões políticas, econômicas, sociais e culturais. Como programa de ação, a Plataforma aponta para a promoção e proteção do pleno exercício de todos os direitos humanos e das liberdades fundamentais de todas as mulheres, ao longo de suas vidas.

## Machismo no movimento sindical

22. As mulheres têm mais dificul-

dades de estarem nas direções, de serem profissionalizadas pelos sindicatos e de incorporarem as questões relativas à discriminação das mulheres no trabalho. Como fazer atividades no sindicato que não tenham somente a lógica masculina?

23. As poucas mudanças que houve na vida das mulheres ao longo da história foram fruto exclusivo das lutas das mulheres, assim como as mulheres também sempre estiveram a frente das grandes lutas da classe trabalhadora, há que se lembrar que a organização sindical foi inventada por uma mulher. As mulheres sempre lutaram para incorporar suas reivindicações nas pautas sindicais. Os sindicalistas sempre viram as mulheres com a visão conservadora de que as mulheres estão ocupando um espaço que não é delas. No início do século passado, quando o sindicalismo começou se organizar no Brasil, embora as mulheres fossem grande parte da classe trabalhadora, elas eram tão rechaçadas pelos homens nos sindicatos que propuseram criar sindicatos femininos.

24. Na década de 1970, com o aumento da força de trabalho feminino, houve também um significativo aumento das mulheres sindicalizadas que era superior ao aumento da sua participação no mercado de trabalho.

25. A partir da experiência que elas vinham desenvolvendo com encontros de mulheres de várias categorias somando-se a relação e a participação no movimento feminista, isto contribuiu para dar visibilidade às reivindicações das mulheres no mercado de trabalho, assim como enfrentar a reprodução do machismo dentro dos sindicatos.

26. Em nossa sociedade existe uma ideologia machista que é dominante e de alguma forma a maioria dos movimentos seja sindical, popular ou em partidos políticos, reproduzem essa ideologia.

27. Os homens são machistas porque têm poder na sociedade e exercem esse poder sobre as mulheres. Os homens ganham com o machismo porque eles exercem domínio sobre a sexualidade das mulheres, sobre o tempo das mulheres enquanto garantem para si mais tempo de lazer e ócio, exercem a violência contra as

mulheres, ocupam a maioria dos espaços de poder, trabalham menos que as mulheres e ganham mais.

## Inclusão de cotas para mulheres nos estatutos da Fenajufe e sindicatos

28. A cota é uma política afirmativa que cumpre um papel importante de criar condições para as mulheres ocuparem espaços de decisões. Relato de mulheres trabalhadoras rurais do norte do Brasil explica que se não fossem pelas cotas muito dificilmente elas teriam saído da roça para serem hoje dirigentes de seus sindicatos e federações.

29. Muitas entidades sindicais, federações, confederações e centrais sindicais têm seus estatutos e documentos cota de 30% (trinta por cento) para mulheres, os quais significam o reconhecimento do trabalho que as mulheres vêm desenvolvendo ao longo dos anos para que seja incorporada a questão do gênero no mundo do trabalho e dos sindicatos.

30. A questão das cotas chama a atenção de todos para a discussão da questão das mulheres. A partir do reconhecimento da discriminação e da necessidade de ações afirmativas para superar essa discriminação, as cotas foram adotadas em várias entidades sindicais.

31. Com experiências e vivências diferentes, a participação de 30% (trinta por cento) de mulheres vai ser um elemento impulsionador de novos padrões de relações. Portanto, se faz necessário a implementação da cota para mulheres na eleição dos cargos de direção, delegados de congressos e plenárias da Fenajufe, bem como, se faz necessário também a implementação dessa cota na eleição dos cargos diretos e delegados sindicais dos sindicatos filiados à Federação.

## Criação de uma Secretaria da Mulher na Fenajufe

32. Uma estratégia que as mulheres construíram para sua auto-organização e para intervir na correlação de forças nos sindicatos foi, a partir de 1986, formar comissões ou secretarias de mulheres nas centrais e sindicatos.

33. O que se quer é uma Secretaria da Mulher na Fenajufe, integralmente comprometida com o fortalecimento da luta das mulheres no interior da Federação e fora dela, com engajamento destas na construção de um novo futuro para o Brasil, onde a mulher tenha direitos e deveres iguais do homem, bem como, a realização freqüente de seminários e encontros sobre questão de gênero nas categorias do Judiciário e no MPU.

## Bibliografia consultada

34. BESSA, Karla Adriana Martins (ORG). *Trajetórias do Gênero, masculinidades. Cadernos PAGU. Núcleo de Estudos de Gênero. UNICAMP. Campinas, São Paulo. 1998.*

35. COSTA, Lúcia Cortes da. *Gênero: Uma Questão Feminina?* Disponível em: <<http://www.uepg.br/nupes/genero.htm>>. Acesso em: 29 abr. 2006.

36. DELGADO, Dídice, CAPELLIN, Paola & SOARES, Vera (orgs.). *Mulher e Trabalho: experiências de ação afirmativa, São Paulo: ELAS/Boitempo Editorial, 2000. 144p.*

37. MURARO, Rose Marie. *Sexualidade da mulher brasileira. Corpo e Classe social no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.*

38. KEHL, Maria Rita. *Mulheres sindicalistas. T&D Disponível em: <[http://www.fpabramo.org.br/td/nova\\_td/td21/td21\\_comportamento.htm](http://www.fpabramo.org.br/td/nova_td/td21/td21_comportamento.htm)>. Acesso em: 29 abr. 2006.*

## Assinam:

Célia Maria Lopes Tosta e Laércio Bernardes dos Reis – servidores do Ministério Público Federal / MPU- DF.



Fortalecer as organizações dos trabalhadores para garantir nossos direitos.

Natal/RN

# LICENÇA PARA MANDATO CLASSISTA DE SERVIDORES

## Introdução

1. No dia 23 de julho de 2004, o Sintrajufe/MA pleiteou a licença classista do seu diretor Saulo Costa Arcangeli, servidor da Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região, para representar os servidores do Judiciário e MPU do Maranhão.

2. A Lei 8.112/90, mesmo com as modificações impostas pelo governo FHC, assegura o direito a licença classista para servidor a saber:

“ Licença para o Desempenho de Mandato Classista:

Art. 92. É assegurado ao servidor o direito à licença sem remuneração para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional, sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão ou, ainda, para participar de gerência ou administração em sociedade cooperativa constituída por servidores públicos para prestar serviços a seus membros, observado o disposto na alínea c do inciso VIII do art. 102 desta Lei, conforme disposto em regulamento e observados os seguintes limites: (Redação dada pela Lei nº 11.094, de 2005) (Regulamento)

I - para entidades com até 5.000 associados, um servidor; (Inciso incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

II - para entidades com 5.001 a 30.000 associados, dois servidores; (Inciso incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

III - para entidades com mais de 30.000 associados, três servidores.

(Inciso incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§ 1º Somente poderão ser licenciados servidores eleitos para cargos de direção ou representação nas referidas entidades, desde que cadastradas no Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§ 2º A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada, no caso de reeleição, e por uma única vez.”

3. A procuradora-geral do Trabalho, Sandra Lia Simon, com base no parecer da assessora jurídica do Diretor Geral do MPT, Cláudia Nassif Jaber, que também é diretora jurídica do Sinasempu, rejeitou o pedido do Sintrajufe/MA. O argumento usado foi que o Sinasempu seria o “legítimo” representante dos servidores da Procuradoria Regional do Trabalho, e também que já havia um servidor do MPT liberado para mandato classista, à época, Laércio Bernardes dos Reis.

4. Inconformado com a decisão, no dia 30 de setembro de 2004, o Sintrajufe/MA entrou com pedido de reconsideração, tendo a procuradora-geral do Trabalho mantido a decisão pelo indeferimento do pedido.

5. Diante da negativa do pedido de reconsideração, o Sintrajufe/MA recorreu ao Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho-CSMPT, na tentativa de rever o ato da procuradora-geral. No entanto, o CSMPT sequer reconheceu o direito ao recur-

so do Sintrajufe/MA, alegando que o Conselho não teria competência para rever atos da procuradora-geral nos casos que envolvam gestão de pessoal. O pedido foi tratado como se fosse uma questão apenas do servidor e não do sindicato unificado daquele estado, das categorias do Judiciário e MPU.

6. O recurso do Sintrajufe/MA foi discutido no CSMPT em cinco sessões. Na penúltima sessão, o advogado do sindicato solicitou reiteradas vezes, uma sustentação oral em defesa do recurso. A procuradora-geral do Trabalho, num comportamento não condizente com seu cargo, na presença de todos, ameaçou de expulsão o advogado do Sintrajufe/MA.

7. Em uma das sessões do CSMPT, todos os pedidos de liberação de cursos e licenças para Membros foram concedidos, enquanto que os pedidos de servidores não foram nem conhecidos. Quando culminou na última sessão, onde o Conselho Superior do MPT não considerou o direito do servidor recorrer a este, ou seja, para a maioria dos membros do CSMPT, o servidor não tem direito de recurso estando sujeito à vontade do procurador geral.

## Qual deve ser o papel do Ministério Público do Trabalho?

8. O Ministério Público do Trabalho, como os demais ramos do MPU, sofreu profundas alterações com a Constituição de 1988. Ganhou autonomia e ampliou suas atribuições. Hoje, o MPT

tem o dever de defender os direitos indisponíveis dos trabalhadores. Em tese, o MPT também deve combater as práticas discriminatórias nas relações de trabalho, o trabalho escravo e o trabalho infantil.

9. O MPT também tem como atribuição fazer cumprir as normas internacionais ratificadas pelo Brasil nas convenções da Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA) e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

## Ministério Público do Trabalho e a Organização Internacional do Trabalho

10. O MPT é membro da OIT com direito a voz e voto. Como tal, deveria seguir os seus princípios, mobilizando o Legislativo Brasileiro ratificar as Convenções ainda não ratificadas, como por exemplo, a Convenção 87 concernente ao princípio da liberdade sindical.

11. A Convenção nº. 87, aprovada em 1948, em conferência realizada em São Francisco, na Califórnia, consagrou os princípios da liberdade sindical. Em seu art 2º determina:

12. Os trabalhadores e os empregadores, sem distinção de qualquer espécie, têm o direito, sem autorização prévia, de constituir organizações de sua escolha, assim como o de se filiar a estas organizações, à condição única de se conformarem com os estatutos destas últimas.

13. O referido artigo consagra a liberdade sindical individual e a coletiva, além de garantir ao grupo organizador do sindicato o direito de estruturá-lo livremente.

## Incoerência do Ministério Público do Trabalho

14. A incoerência do Ministério Público do Trabalho, reside no fato de propagar na sociedade o seu papel institucional garantido na Constituição de 1988 e na Lei Complementar nº 75, inclusive com defesas incontestes em audiências públicas, realização de audiências de mediação com a aplicação de TAC – Termos de Ajustes de Conduta, participação na OIT – Organização Internacional do Trabalho, pro-

moções de inquéritos civis públicos, dentre outras representações judiciais na defesa do trabalhador, e dentro do próprio Ministério Público do Trabalho, não reconhece o direito do servidor público como um trabalhador e um cidadão, que dentro da sociedade brasileira, também tem seus direitos garantidos na Constituição Federal de 1988 e na Lei 8.112/1990, dentre eles o de pedir e recorrer de arbitrariedades de autoridade superior. O entendimento dentro do MPT é que a última instância reside na figura do procurador geral, e que após decisão deste, o servidor fica refém de determinação do mesmo.

15. Outra incoerência, está no fato do MPT defender a liberdade sindical para todos os trabalhadores, como o fez no Fórum Nacional do Trabalho nas diversas conferências havidas pelo país e também nas reuniões gerais do referido fórum, e dentro do Ministério Público do Trabalho, na prática, defende a unicidade sindical, quando a procuradora geral decide contra a licença de servidores para mandato classista, só porque estes não são diretores do SINASEMPU.

16. Do todo acima citado, deduz-se que o MPT está na contramão da história, pois a proposta da reforma sindical que membros deste ajudaram a elaborar, tem artigos que trata da organização sindical, dentre eles, o do plurisindicalismo em substituição à unicidade .

## A Liberdade Sindical

17. Para embasar teoricamente esta tese, abaixo citaremos algumas definições de liberdade sindical de alguns autores, que poderão contribuir para um melhor entendimento.

18. O sindicalismo surge como um movimento de lutas, de conquista de direitos para a classe operária, pressupõe-se que este movimento deve ser sustentado, mantido, pela liberdade.

19. Nos ensina Druck (2003), que: a liberdade sindical é um princípio fundamental nas sociedades democráticas. Isto significa que os trabalhadores devem ter o direito de se organizarem em sindicatos, de acordo com os seus interesses, motivados pela necessidade de uma ação coletiva e organizada, de tal forma que lhes

garanta união e solidariedade para a defesa de suas reivindicações.

20. Concluindo que:

[...] a discussão sobre as possíveis diferentes concepções acerca da liberdade sindical precisa levar em conta o contexto histórico atual, no país e no âmbito mundial. Assegurar a liberdade de organização sindical significa garantir a liberdade de lutar e de agir coletivamente sem o poder repressivo do estado no sentido de cercar o funcionamento dos sindicatos e de penalizar os dirigentes sindicais.

21. Brito Filho, citado por Viegas, afirma que:

liberdade sindical consiste no direito de trabalhadores (em sentido genérico) e empregadores de constituir as organizações sindicais que reputarem convenientes, na forma que desejarem, ditando suas regras de funcionamento e ações que devam ser empreendidas, podendo nelas ingressar ou não, permanecendo enquanto for sua vontade.

22. A liberdade sindical pode ser vista sob alguns aspectos, quais sejam, a liberdade individual e a liberdade coletiva.

23. Sússekind , citado por Viegas, diz que

a liberdade sindical individual é o direito de cada trabalhador ou empresário filiar-se ao sindicato de sua preferência, representativo do grupo a que pertence e dele desligar-se,

24. enquanto que a coletiva

corresponde ao direito dos grupos de empresários e de trabalhadores, vinculados por uma atividade comum, similar ou conexa, de constituir o sindicato de sua escolha, com a estruturação que lhes convier.

Sinasempu X Liberdade Sindical

25. Sabe-se que o Sinasempu foi criado depois da criação dos sindicatos unificados do Maranhão, Alagoas e Distrito Federal, no entanto, estes sindicatos por princípios, não questionaram direitos, nem questionaram a base dos servidores do MPU.

26. O Sinasempu por sua vez, impetrou ações judiciais contra os sindicatos unificados do Maranhão e Alagoas quanto à questão da carta sindical, carta esta que por princípios, ambos os sindicatos nunca pleitearam. Também o fez administrativamente contra

o Sindjusdf no Ministério do Trabalho. O Sinasempu sempre usou de expediente judicial para intimidar outras entidades.

27. A Diretora Jurídica do Sinasempu Sra. Cláudia Nassif Jaber, é Assessora do Diretor Geral do MPT e usa de influência de seu cargo para prejudicar interesse legítimo de uma entidade sindical. A mesma, violenta o código de ética da administração pública, bem como o ordenamento jurídico brasileiro, ao emitir parecer jurídico para assinatura do Diretor Geral do MPT. Para que o código de ética fosse respeitado, a Sra. Diretora Jurídica do Sinasempu deveria se dar por impedida ou suspeita.

28. Para piorar a infeliz conduta, ela traz aos autos da solicitação de licença para mandato classista pleiteado pelo Sintrajufe/MA, duas informações que nada tem haver com o requerido pelo Sintrajufe/MA. Primeiro, ela justifica o indeferimento alegando haver ação judicial de disputa de base entre o Sinasempu e o Sintrajufe/MA tramitando no judiciário do Maranhão. Segundo, alega que já há um liberado na base do MPT, o ex-diretor de mobilização política e formação sindical do Sinasempu, Laércio Bernardes dos Reis, informação essa incorreta, haja vista que o mesmo deixou de ser liberado desde dezembro de 2004.

29. A Sra. Assessora do Diretor Geral do MPT e Diretora Jurídica do Sinasempu, Cláudia Nassif Jaber, teve a iniciativa de interromper a licença de mandato classista através de revogação, do ex-diretor de mobilização política e formação sindical do Sinasempu, e não se preocupou de alterar tal informação nos autos do processo de solicitação de licença para mandato classista do Sintrajufe/MA. A falta dessa informação ensejou o arquivamento dos referidos autos.

## O que se quer da Fenajufe?

30. A Fenajufe é uma federação composta por diversos sindicatos do judiciário e MPU. Cabe à federação, a defesa dos trabalhadores do judiciário e do MPU e fortalecimento das entidades filiadas, incentivando a organização independente desses trabalhadores.

31. A Fenajufe têm como membro o Sintrajufe/MA, que é uma das partes na lide existente no Ministério Público do Trabalho. É necessário que a Fenajufe forneça o apoio político, administrativo e jurídico para a defesa do interesse legítimo do Sintrajufe/MA e atue com mecanismos de proteção das entidades membros, especialmente neste caso de liberação para mandato classista.

32. Que a Fenajufe denuncie o Ministério Público do Trabalho na OIT – Organização Internacional do Trabalho e em outros organismos de defesa dos trabalhadores, tendo em vista a atuação interna da instituição, em desacordo com os princípios constitucionais.

33. Além disso, divulgar nos meios de comunicação, essa atitude arbitrária do MPT de não reconhecer o direito ao servidor de recorrer de decisão do procurador geral e de afirmar através da figura do seu vice-procurador, de que o servidor não tem direito de segundo grau de jurisdição, por não haver nenhum precedente dentro da administração pública.

## Bibliografia consultada

34. BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. *Direito sindical: análise do modelo brasileiro de relações coletivas de trabalho à luz do direito comparado e da doutrina da OIT ...* São Paulo: LTr, 2000.

35. DRUCK, Graça. *Alguns pontos para reflexão sobre liberdade sindical*. [s.l.]: [s.n.t.], 2003. (texto digitado)

36. OIT (Genebra). *Convenção nº 87: Convenção Relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito de Sindicalização*. Disponível em: <[http://www.mj.gov.br/sedh/dpdh/gpdh/ddh\\_bib\\_inter\\_oit87.htm](http://www.mj.gov.br/sedh/dpdh/gpdh/ddh_bib_inter_oit87.htm)>. Acesso em: 23 nov. 2004.

37. TOSTA, Célia Maria Lopes. *Liberdade e Autonomia Sindical*, 2004. (texto digitado apresentado em palestra sobre Liberdade Sindical, ministrada na XV Semana Interna de Prevenção de Acidente da empresa Braswey S/A Indústria e Comércio, no estado da Bahia, representando o Ministério Público do Trabalho, acordo protocolado na Justiça do Trabalho sob o nº 4531 datado de 23/0/2004).

38. VIEGAS, Weverson. *Liberdade*

de sindical. *Jus Navigandi, Teresina*, v. 7, n. 65, maio 2003. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=4063>>. Acesso em: 23 nov. 2004.

## Assinam:

Célia Maria Lopes Tosta, Cristine Barbosa Maia e Laércio Bernardes dos Reis – servidores do Ministério Público Federal / MPU-DF.



Fortalecer as organizações dos trabalhadores para garantir nossos direitos.

Natal/RN

## A FENAJUFE E OS AGENTES DE SEGURANÇA

1. Durante anos, os Agentes de Segurança do Judiciário Federal, cuja função é vital para o bem estar de todo um corpo de Juizes, servidores e usuários da justiça, estiveram (e continuam, na prática) à margem da valorização profissional. Tal descaso vai desde a falta de capacitação, instrumentalização e perspectivas de ascensão profissional até a extinção e privatização de suas funções em alguns tribunais.

2. Alguns agentes, porém, reuniram forças para iniciar, há alguns anos, uma até agora vitoriosa caminhada em busca de respeito e valorização, calcados na valorização do segmento através da evolução de sua estruturação orgânica.

3. Somaram-se à estes mais e mais Agentes e o movimento tomou corpo, por sua justeza e transparência, por sua capacidade de debater os problemas levantados olho no olho da categoria. Os apoios dos demais servidores vieram naturalmente, num claro reconhecimento da importância da segurança orgânica, institucional, patrimonial, pessoal e dignitária dentro do Judiciário Federal.

4. Durante o 5º Congrejufe, em 2004, cerca de 80 delegados representaram este segmento, a maior representatividade que se tem notícia na história da federação. Naquele Congresso, além da participação massiva dos Agentes em todos os assuntos de interesse da categoria ali discutidos, um Manifesto de Apoio assinado por 195 delegados e entregue à mesa exigia da Fenajufe que, imediatamente, garantisse o acompanhamento e pro-

movesse a ampla discussão sobre a estruturação de uma Polícia Judicial, a partir da implantação de uma Comissão de Estudos da Situação da Segurança no Judiciário, bem como com a reiterada promoção de seminários e palestras sobre o tema nos diversos sindicatos filiados.

5. Merece o reconhecimento positivo dos Agentes, inicialmente, a atuação da Fenajufe nas negociações que culminaram nas evoluções do 3º PCS, em especial no que dizem respeito aos Agentes de Segurança, por referirem-se às mais antigas reivindicações de valorização e combate aos desvios de função no segmento, as quais também estão umbilicalmente ligadas à mobilização e ao reconhecimento da importância do Agente de Segurança dentro do quadro dos servidores do Judiciário Federal.

6. Ao mesmo tempo, sem acreditar ou, ainda, sem querer esperar pela movimentação administrativa da federação com esta importante minoria, no que diz respeito às deliberações do último congresso, fortalecia-se a idéia de uma associação nacional, entidade já em funcionamento, criada para representar nacionalmente o segmento e para defender suas demandas mais urgentes, tendo em vista principalmente as discussões em pauta à época sobre reforma do judiciário e desarmamento, que não podiam esperar pela inércia dos Agentes, diretamente atingidos pelas medidas a serem eventualmente tomadas e com posição absolutamente firme e consolidada sobre ambos os temas.

7. Dois anos após aquele congresso, nenhuma outra ação prática da federação se fez sentir entre os Agentes no sentido de valorização do segmento. Esta inércia pontual da Federação em cumprir as determinações emanadas em seu congresso criou um vácuo rapidamente preenchido pela legitimidade, coerência e mobilização da Associação Nacional, que tomou a frente das reivindicações dos Agentes de Segurança, defendendo seus interesses em todas as instâncias de representação dos três poderes da União. A AGEPOLJUS passou de dezenas para centenas de associados e consolidou-se recentemente com a primeira administração eleita pelo voto direto de seus pares. Assuntos como terceirização, porte de arma, polícia judicial, capacitação, instrumentalização, entre outros tabus que a federação se furta em pôr abertamente na pauta de seus debates, vêm sendo bem resolvidos, na medida de suas possibilidades, pela organização dos Agentes fora do contexto sindical.

8. Neste Contexto, torna-se ainda mais urgente que a FENAJUFE promova com urgência a execução das deliberações tomadas no último congresso: criação de uma Comissão de Estudos da Situação da Segurança no Judiciário Federal, capaz de incluir nas pautas de discussão da Federação os assuntos de interesse dos Agentes de Segurança; capaz de promover a criação e funcionamento de núcleos estaduais junto aos sindicatos filiados; capaz de desmistificar o assunto a trazer à luz as discussões, promovendo

seminários e palestras sobre os mais polêmicos assuntos da área; capaz, enfim, de fazer valer a importância e a força desse segmento, trazendo toda sua garra, responsabilidade e mobilização para dentro do contexto sindical, pois a nossa união, como bem sabemos, é nossa maior arma para atingirmos os objetivos de valorização, em todos os sentidos, dos servidores e do serviço público.

9. Imperioso, finalmente, dado o momento em que nos encontramos, de quase paralisia dos debates dentro da federação e de total efervescência dos debates e ações dentro da associação nacional, que a mesma, não só como representante legítima dos Agentes fora do contexto sindical, mas também pelo conhecimento de causa que acumulou nesses anos de luta e representação, seja convidada para compor ou auxiliar nos trabalhos da referida comissão, o que certamente colaborará para o rápido sucesso de suas ações, compondo forças que, além de não antagônicas, objetivam comumente a valorização dos Agentes de Segurança do Judiciário Federal.

## Assinam:

Sergio Amorim dos Santos – *Agente de Segurança*;  
Cláudio Azevedo – *Agente de Segurança*.

## XIII Plenária Nacional da Fenajufe



**SÓ A LUTA TRAZ  
CONQUISTAS**

Fortalecer as organizações dos trabalhadores para garantir nossos direitos.





Fortalecer as organizações dos trabalhadores para garantir nossos direitos.

Natal/RN

# UMA NOVA IMAGEM PARA O SERVIDOR PÚBLICO

1 - Durante as últimas décadas, o Servidor Público foi alvo, por parte da mídia, de um processo deliberado de formação de uma caricatura, que transformou sua imagem no estereótipo do cidadão que trabalha pouco, ganha muito, não pode ser demitido e é invariavelmente malandro e corrupto. Com raríssimas exceções, presentes aliás em qualquer profissão ou ramo social, sabemos que tal imagem é falsa e ardidamente mentirosa.

2 - Sabemos também que é difícil contrapor, mesmo com argumentos verdadeiros e inteligentes, a tantos anos de bem feita propaganda negativa pela mídia. Essa verdadeira lavagem cerebral é levada a cabo a mando de segmentos sociais privilegiados, que sentem-se prejudicados em não poder exercer plenamente os desmandos do capital e do poder. O bloqueio das ingerências dessa classe dominante dá-se, visivelmente, por conta do heroísmo das diversas instituições do poder público e seus servidores, as quais somente conduzidas e representadas por servidores públicos estáveis, capacitados e bem remunerados, podem refutar os ataques subversivos da alternância do poder e do crescimento e concentração do capital.

3 - Assim urge necessária uma nova estratégia, permanente e progressiva, de esclarecimento da sociedade civil, a fim de desmistificar a função pública, mostrando o porquê de sua existência e necessidade, o porquê de sua necessária e constante valorização.

4 - O cidadão, mesmo bem atendido por um servidor público, o que sa-

bemos que é a regra, embora só sejam divulgadas as exceções, não consegue sustentar uma boa imagem do serviço e do servidor públicos, pois a mídia e o estereótipo negativo por ela criado tratam logo de desmanchar a boa impressão, convencendo o cidadão, em seu íntimo, de que aquele bom atendimento recebido fora, quem sabe, sorte.

5 - O convencimento da opinião pública através da mídia é uma prática política e social largamente utilizada por quase todos os setores sociais, a fim de defender seus interesses e promover sua reivindicações. Infelizmente tal ação é praticada, principalmente as de maior poder de penetração social, para defesa de interesses puramente econômicos. Raras são as campanhas de mídia e tentativas de convencimento e formação de opinião pública que defendem o interesse coletivo, estas geralmente patrocinadas por organizações não governamentais de defesa da infância, do meio-ambiente, sindicatos, entre outras.

6 - Não estamos falando aqui de campanhas milionárias de marketing. Vemos diariamente na mídia esses setores sociais organizados praticando seus lobbies, influenciando nas pautas dos Jornais e Telejornais, dos programas de auditório e dominicais e até na criação das telenovelas, trazendo à tona não a discussão sobre o tema, mas o seu próprio posicionamento, a fim de influir a opinião pública, induzindo a sociedade a pensar dessa ou daquela maneira. Senhores respeitáveis, críticos de revistas, jornais e noticiários de

televisão, moldam o pensamento popular ao bel prazer de seus endinheirados anunciantes, em clara oposição ao interesse público.

7 - A estratégia aqui rascunhada, para obter resultados satisfatórios, deve ser implementada, necessariamente, em caráter permanente e de longo prazo, já que desmistificar um estereótipo social é sabidamente uma tarefa de paciência e que demanda, principalmente, tempo.

8 - Para o sucesso de uma campanha institucional deste porte é imprescindível a continuidade das ações, sob pena de os valiosos e dispendiosos esforços depreendidos na conquista de posições favoráveis à imagem do Servidor Público percam-se em uma breve interrupção das ações institucionais, pois os ataques da mídia ao serviço público certamente não cessarão. Essa continuidade de ações, por seu tempo, depende de garantia por parte dos sindicatos, federações e até das confederações e coordenações nacionais, se possível de forma estatutária, dos recursos necessários, humanos e financeiros, de modo que se possa tornar tal campanha institucional como uma rubrica indispensável nos orçamentos e planejamentos das administrações sindicais.

9 - Muitas idéias simples, baratas e de fácil implementação, para positivar a imagem do servidor público e acabar com o estereótipo do paletó na cadeira, pipocam por este país, nos mais diversos setores do serviço público. Porém, são ações que, de forma isolada, dificilmente surtiriam algum efeito

positivo, o que as faz se dissiparem antes mesmo de postas em prática.

10 - O que faz falta é a canalização e aprimoramento desses assuntos por uma equipe multidisciplinar, a fim de transformarem-se idéias em iniciativas positivas e, na prática, de forma lenta, sistemática e contínua, através da utilização dos vários mecanismos de convencimento e de mídia, iniciar o processo que resultará numa sociedade na qual se possa defender o servidor público como um esteio das instituições democráticas, primordiais para a soberania, liberdade e defesa dos direitos mais elementares.

11 - Por menores e mais demorados que sejam os resultados, serão sempre satisfatórios e de longa duração, pois desde sempre a impopularidade do serviço público só cresce e, a estagnação ou o recuo deste quadro de impopularidade serão vitórias demoradas mas imprescindíveis para alavancar e facilitar as demais conquistas almejadas por esses valorosos cidadãos brasileiros: os servidores públicos municipais, estaduais e federais das três esferas de poder.

## Assina:

**Sergio Amorim dos Santos** – *Membro da Diretoria Colegiada do Sintrajufe/RS.*

## XIII Plenária Nacional da Fenajufe



**SÓ A LUTA TRAZ CONQUISTAS**

Fortalecer as organizações dos trabalhadores para garantir nossos direitos.



Fortalecer as organizações dos trabalhadores para garantir nossos direitos.

Natal/RN

# DATA-BASE

## 1 – Introdução

1.1 – Trata-se de um estudo sobre a falta de lei específica para determinar o reajuste anual na remuneração do servidor público, a chamada Data-Base. Esta visa assegurar ao servidor público o equilíbrio de sua situação financeira, evitando a perda do poder aquisitivo de seus vencimentos.

1.2 – A Data-base do servidor deverá ser instituída por lei específica e privativa do Presidente da República, em todo mês de janeiro de cada ano, fato que não vem ocorrendo nos últimos tempos, inclusive no presente ano, o que demonstra a omissão de nosso Presidente.

1.3 – Nesse caso, além de exercer pressão política e grevista, cabem medidas judiciais contra tal omissão, como uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, com a finalidade de forçar o Presidente da República a elaborar a lei da Data-base, que é de sua competência e obrigação.

1.4 – Para isso, resta imperiosa a presença de uma federação nacional representativa dos servidores públicos federais, do porte da FENAJUFE, possuidora da competência necessária para ajuizar tal ADI, como demonstraremos a seguir.

## 2 – Fundamentação jurídica

2.1 – A Data-base do servidor público federal está assegurada no art. 37, inciso X, da Constituição Federal,

e regulamentada no art. 1º da Lei nº 10.331/01, senão vejamos:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

(...)

*X – a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (grifo nosso).*

*Art. 1º. As remunerações e os subsídios dos servidores públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, serão revistos, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição, no mês de janeiro, sem distinção de índices, extensivos aos proventos da inatividade e às pensões. (grifo nosso).*

2.2 – Nota-se, portanto, que a Lei Maior assegura ao servidor um reajuste anual de sua remuneração em todo mês de janeiro, mediante lei específica, de autoria privativa do Presidente da República, como previsto no art. 61, §1º, inciso II, letra a, da Constituição Federal, in verbis:

*Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal,*

*aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

*§1º. São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:*

(...)

*II – disponham sobre:*

*a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração; (grifos nossos).*

2.3 – Até o presente momento, o Presidente da República não editou tal norma específica, o que caracteriza grave omissão, passível de ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão contra o Chefe do Poder Executivo.

2.4 – A autoria dessa ação, no que tange aos servidores públicos federais, caberia à FENAJUFE, por ser entidade de classe de âmbito nacional, encaixando-se no que preconiza o art. 103, inciso IX, da Constituição Federal, senão vejamos:

*Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:*

(...)

*IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional. (grifo nosso).*

## 3 – Direito

3.1 – Os servidores públicos federais têm sua remuneração percebida por meio de vencimentos mensais em seu valor básico, sobre o qual incidem

eventuais vantagens e gratificações.

3.2 – Porém, desde 01/01/2006 não receberam qualquer reajuste que lhes assegurasse, nos vencimentos, o valor correspondente às perdas inflacionárias da moeda, correspondente aos índices publicados pela própria União, relativos ao ano de 2005. Em 01/01/2006, por meio do Projeto de Lei nº 4.825/2005, o Presidente da República propôs à Câmara dos Deputados um reajuste de 0,1%, índice absolutamente irrisório face à inflação havida no ano de 2005.

3.3 – Desde a implantação da nova moeda, o Real, em junho de 1994, os servidores não receberam mais quaisquer reajustes de seus salários e vencimentos, a título de reposição das perdas inflacionárias, embora o Governo tenha publicado índices oficiais mensais que atestam tais perdas.

3.4 – Os servidores obtiveram, destarte, alguns reajustes concedidos a outros títulos, decorrentes de reestruturação de cargos ou de ações judiciais específicas, como, por exemplo, o da diferença gerada pela conversão dos vencimentos em URV (Lei nº 8.880/94), e o da isonomia (Leis nº 8.216/91, 8.460/92, 8.627/93, MPs nº 583/94 e 746/94).

3.5 – Em janeiro de 1995, cumprindo a determinação do Art. 28 da Lei nº 8.880/94, foi-lhes concedido um reajuste de 22,07%, inferior às perdas inflacionárias, sendo o último concedido a título de revisão geral.

3.6 – No entanto, no mesmo ano, justamente sob o mesmo argumento de defasagem entre o valor real dos vencimentos e seu poder de compra, a União elevou os vencimentos dos servidores do Executivo, providos em cargos em comissão e função de confiança do segundo e terceiro escalões, com reajuste que variam de 190% a 224%. Ministros, Deputados Federais e Senadores, assim como o Presidente da República e Ministros do STF foram contemplados, na mesma data, com reajuste de 96% (Deputados, Senadores e Ministros do STF) e 144% (Presidente).

3.7 – Com o advento da Emenda Constitucional nº 19/98, que deu nova redação ao já citado art. 37, inciso X, da Constituição Federal, ficou clara a obrigação de lei específica para assegurar, a par de isonomia, a revisão geral anual dos vencimentos.

3.8 – O direito à reposição salarial, entretanto, ficou ainda dependente da iniciativa de Sua Excelência, o Sr. Presidente da República, de remeter ao Congresso Nacional o projeto de lei específico que assegurasse a previsão orçamentária do reajuste anual. Essa periodicidade assentou-se na Lei nº 7.706/88, que instituiu o mês de janeiro como data-base.

3.9 – Mas o Presidente não o fez na época, criando um conflito, primeiro com a ordem constitucional e depois com os diretamente interessados, os servidores públicos federais. Face à sua flagrante omissão, tal conflito veio a sintetizar-se junto ao Judiciário, por meio do ajuizamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade, intentada por dois partidos políticos, junto ao Supremo Tribunal Federal (ADIn nº 2.061-7), relatada pelo Ministro Ilmar Galvão, com a finalidade de obter a declaração de inconstitucionalidade por omissão do Chefe do Poder Executivo, pelo descumprimento e falta de emissão da norma regulamentadora citada pelo art. 37, inciso X, da Carta Maior.

3.10 – Segue abaixo a ementa da decisão da apontada ADI nº 2.061-7 DF, publicada no DJ de 29/06/01:

*EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO. ART. 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (REDAÇÃO DA EC Nº 19, DE 4 DE JUNHO DE 1998).*

*Norma constitucional que impõe ao Presidente da República o dever de desencadear o processo de elaboração da lei anual de revisão geral da remuneração dos servidores da União, prevista no dispositivo constitucional em destaque, na qualidade de titular exclusivo da competência para iniciativa da espécie, na forma prevista no art. 61, § 1º, II, a, da CF.*

*Mora que, no caso, se tem por verificada, quanto à observância do preceito constitucional, desde junho/1999, quando transcorridos os primeiros doze meses da data da edição da referida EC nº 19/98.*

*Não se compreende, a providência, nas atribuições de natureza administrativa do Chefe do Poder Executivo, não havendo cogitar, por isso, da aplicação, no caso, da norma do art. 103, § 2º, in fine, que prevê a fixação de prazo para o mister.*

*Procedência parcial da ação.*

3.11 – Assim, devemos lutar pelo ajuizamento da ADI e sua posterior procedência, para condenar o Presidente/União a pagar, aos servidores, o reajuste salarial correspondente ao acúmulo das perdas inflacionárias de 01/01 a 31/12/2005, a partir de 01/01/2006 e incidentes sobre a remuneração desse mês, compensando-se o percentual concedido em tutela antecipada.

3.12 – Deve-se pedir, também, os reflexos dessa diferença no 13º salário, férias, adicional constitucional, vantagens e adicionais, cuja base de cálculo varie segundo o valor dos vencimentos. Tudo com juros e correção monetária.

## 4 – Conclusão

4.1 – Diante do exposto, o Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região, SINDIQUINZE, defende a presença da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União, FENAJUFE, nas ações contra o Presidente da República, não só no campo das manifestações políticas e grevistas, mas em ações judiciais, principalmente no ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão. Tudo para que os servidores públicos federais possam garantir o que lhes cabem por direito, no caso o correto reajuste anual de seus vencimentos: a famigerada e atrasada Data-base.

Fontes:

- Processo nº 2006.61.05.004532-8 – 2ª Vara Federal de Campinas/SP
- ADI nº 3303/DF – Relator Min. Carlos Britto – Autor: PSDB.
- ADI nº 2061-7/DF – Relator Min. Ilmar Galvão – Autor: PDT e PT.

## Assina:

Sindiquinze/SP,  
por Mário Henrique Trigglio – Advogado



Fortalecer as organizações dos trabalhadores para garantir nossos direitos.

Natal/RN

# REDUZIR A JORNADA PARA PROLONGAR A VIDA

1- A grande vitória da FENAJUFE no CNJ abre a possibilidade de uma guerra de guerrilhas dos sindicatos a favor da redução da jornada de trabalho. Devemos lutar para que, já na regulamentação do nosso PCS, a jornada de trabalho de 6 horas diária seja implementada.

Esta, todavia é uma luta que transcende o Judiciário, deve ser uma luta geral, pela redução de jornada como caminho para emancipação da classe trabalhadora, ao negar a alienação do homem no processo de trabalho.

Remeto então estes estudos sobre o tema como contribuição individual à tese da plenária da FENAJUFE.

Seis Horas de Trabalho Semanal  
Uma Luta Fundamental

## Jornada semanal de 30 horas, diária de 6 horas já

2- Nos últimos anos vimos assistindo a uma perda generalizada de direitos trabalhistas. A um avanço do trabalho Informal sobre o formal, a uma perda dos direitos dos trabalhadores sem que estes consigam se organizar efetivamente para defender seus direitos. Os sindicatos estão na defensiva, as duas únicas lutas que efetivamente conseguem organizar são a luta pela manutenção do emprego (que chega ao ponto de acordos reacionários como a dos metalúrgicos de São Paulo que aceitou a diminuição salarial) e reposição de perdas salariais (que todavia sempre perde para a inflação). Uma conjun-

tura desfavorável de desemprego em massa favorecido pela automação, que aumenta a participação do capital constante (maquinário e matérias primas) sobre o capital variável (força de trabalho humana viva) tem aumentado o exército industrial de reserva. Temos um fenômeno novo no capitalismo, pela primeira vez o Capital não consegue reorganizar após uma evolução tecnológica. Não consegue reorganizar a produção de maneira tal que os desempregados pela necessária concorrência intercapitalista mediada pela evolução tecnológica voltem a seus postos de trabalho após a implementação das transformações técnicas. Temos agora o fenômeno da ELIMINAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO, com a conseqüente disponibilização em massa de imensos contingentes humanos que simplesmente não conseguem ser realocados no sistema produtivo. Temos vários exemplos disto, do campo à cidade: Desde o Sindicato dos Cortadores de Cana de Ribeirão Preto (que já foi o maior sindicato agrícola da América Latina com 40 mil filiados) e que foi extinto por as lavouras mecanizadas prescindirem dos bóias-frias, até a diminuição de trabalhadores nos bancos (com a automatização dos saques, pagamentos de conta, contabilidade, etc) e a diminuição da mão de obra empregada até no ABC paulista, com a redefinição da linha de montagem das montadoras, onde máquinas de múltiplas funções substituem dezenas de milhares de trabalhadores. Atô-

nitos diante desta modificação qualitativa nas relações de produção capitalista, muitos sindicatos passaram à defensiva. A Jornada de Trabalho de 30 horas Semanais joga os sindicatos de novo na ofensiva.

3- É uma Reforma do Trabalho Progressista (ainda dentro dos marcos do capitalismo) e tem o condão de diminuir o desemprego e obrigar as empresas a contratar mais. Toda a produção de uma empresa é calculada em cima da jornada de trabalho de seus trabalhadores. Empresas do ramo produtivo direito (indústrias), que geralmente funcionam dia e noite, trabalham com três turnos de trabalho e se necessário hora extra. Para reproduzir um capital por ano, elas sabem que terão que produzir uma certa quantidade y de mercadorias aptas a pagar o desembolso para a compra de materiais, aluguel do espaço ou deterioração do imóvel, maquinário e mão de obra e ainda reembolsar seu lucro. Se uma empresa determinada desembolsa um capital de 500 mil reais, 400 mil em maquinária, matérias primas, imóvel (capital constante) e 100 mil em salário por ano, ela sabe que terá que produzir uma determinada quantidade de mercadorias que além de pagar o Capital empregado ainda remunere o investimento inicial. Mas como? Como fazer 500 mil virar por exemplo 1 milhão? O segredo está na exploração da mão-de-obra. O capitalista não compra o trabalho do trabalhador. Ele compra a mão de

obra. Ele obtém integralmente a função produtiva do trabalhador. Digamos que este trabalhador tenha sua mão de obra comprada a 500 reais por mês e ele trabalha oito horas por dia. Na verdade, o salário, que tende a ser o mínimo indispensável para a reprodução deste trabalhador, equivale a apenas uma parte da jornada de trabalho do indivíduo. Como este trabalho não visa a ser um trabalho teórico extenso, não vou entrar em pormenores na teoria da mais valia. Basta a nós saber que, por exemplo, nas modernas condições de produção em massa, 2 das oito horas de trabalho deste operário são capazes de pagar seu salário. O trabalhador trabalha as outras seis horas de graça para o patrão. Daí advém todo o lucro. Mas, falamos de operários. E nos setores de serviço? Tal processo também se dá? Os setores de serviço são vitais à manutenção do Capital e produção de mercadorias, sem eles não haveria a circulação do valor na sociedade (por exemplo sem os bancos, sem a Justiça que mantém em ordem as relações de propriedade) e portanto são setores cuja "conta" entra na contabilidade da produção. Assim, a diminuição da Jornada de Trabalho, desde o Século XIX, sempre foi um dos enfrentamentos mais ferozes que os trabalhadores tiveram com os patrões, de todo o tipo. De um lado os patrões querem explorar ao máximo a ferramenta que têm, a mão de obra humana viva, tirando a máxima lucratividade dela. De outro, os trabalhadores explorados, sempre lutaram para diminuir o grau de explorar e se apossar de uma parcela maior de sua vida, tomada pelos patrões nas extenuantes jornadas de trabalho. Jornadas de trabalho que já foram de 16, 8 horas e que foram sendo reduzidas para 14, 12, 10, até chegarmos à configuração atual prevalente de 8 horas de trabalho.

4- Toda a vez que os trabalhadores organizaram-se para lutar por uma jornada de trabalho menor, sofreram impiedosa oposição patronal que usando da polícia, sabotagem, chantagem, demissões em massa, tentaram quebrar a espinha da organização laborativa de protesto. Só

que, historicamente, a luta de classes em ascensão, conseguiu sempre pôr o patronato na defensiva. A cada vitória do proletariado (chamo de proletariado os trabalhadores despossuídos de outro bem que não sua própria força de trabalho alienada de uma só vez ao patrão os patrões também ganharam. Com a racionalização da produção, com um menor cansaço físico e mental, na diminuição das jornadas de trabalho viu-se que um trabalhador poderia produzir em dez horas a mesma quantidade que em 16 horas, sem os mesmos acidentes e problemas e sem as mesmas revoltas. Hoje em dia, com o desemprego em massa passamos por um período de informalidade das relações produtivas, onde os trabalhadores vão perdendo direitos em massa e temos uma volta à barbárie. Trabalhadores sem carteira em empregos informais sequer tem direito à Jornada de Trabalho. A diminuição da Jornada de Trabalho não tem efeito somente em relação aos trabalhadores empregados, tem efeito junto à imensa massa de desempregados. Nos setores produtivos direitos, para que as máquinas continuem funcionando, os capitalistas serão obrigados a contratar mais trabalhadores, o que diminuirá a taxa de exploração relativa a cada trabalhador (mais que aumentará o lucro total por outro lado, devido a haver então uma massa maior de pessoas empregadas retornando ao sistema produtivo e voltando a ter poder aquisitivo. O que levará a uma maior rotação do capital). Nos setores de serviço, a diminuição da jornada de trabalho deve estar atrelada a uma bandeira de NÃO DIMINUIÇÃO DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO, o que levará, principalmente nas empresas públicas, à necessidade de uma contratação maior de funcionários.

5- Com a diminuição da jornada de trabalho a massa salarial aumentará consideravelmente, tendo em vista não só a participação de um maior contingente da população no setor produtivo formal, como também o pagamento de horas-extras para jornadas menores de trabalho (hoje o trabalhador que trabalhar 7

horas não receberia hora extra, com a mudança da jornada de trabalho isto já entraria na contabilidade como hora extraordinária trabalhada). Até o patronato, que reacionariamente luta para aumentar o grau de exploração do trabalhador, será beneficiado com a diminuição da jornada de trabalho, devido ao aumento do número de empregados levar a uma massa salarial maior que é gasta geralmente diretamente em produtos de subsistência, o que levaria a um crescimento imediato da produção. Esta deve ser uma bandeira imediata, estratégica e necessária para efetivamente diminuir o empobrecimento e o desemprego (muito mais eficaz inclusive que o populista programa de escolas chamado fome zero).

6- A diminuição da Jornada de Trabalho também leva a uma reificação maior do homem e a possibilidade de lutar de forma melhor contra sua alienação, mas este é um assunto para um próximo texto.

**30 HORAS DE TRABALHO SEMANAL JÁ!  
E QUE COMECEMOS ESTA LUTA!**

Abaixo, uma pequena análise teórica sobre a questão.

## **Seis Horas de Trabalho Diário Uma Luta Fundamental**

7- A luta pelas seis horas de trabalho é fundamental para todos os trabalhadores, não só os do Judiciário, mas para os empregados em todos os setores produtivos, assim como para os desempregados.

8- É uma luta que, de um lado cria condições para melhoria das condições de vida dos que estão trabalhando, de outro lado possibilita a entrada no mercado de trabalho de um imenso contingente de trabalhadores desempregados.

9- A redução da jornada de trabalho é, acima de tudo, UMA LUTA HUMANISTA PELO DIREITO DO SER HUMANO A SE LIBERTAR DO PROCESSO ALIENANTE DE PRODUÇÃO DENTRO DA SOCIEDADE CAPITALISTA, um passo pequeno, é verdade, na busca da libertação do homem do processo de alienação. Mas só o colocar em discussão a diminuição da jornada de trabalho como um caminho para o

desfrute, para que o homem se ocupe nas outras horas da totalidade de sua vida, já começa a discutir o cerne da dominação do capital sobre as relações humanas, discute A FETICHAÇÃO DA HUMANIDADE DIANTE DA FORMA VALOR.

9- Sobre dizer a diminuição da jornada de trabalho é sem diminuição da remuneração (o que nos leva a uma terceira razão por qual defendemos a diminuição da jornada, o aumento relativo do valor da remuneração da força de trabalho).

## Pequeno Histórico e Análise da Luta dos Trabalhadores

### Pela Diminuição da Jornada de Trabalho

10- Vamos a um pequeno histórico da luta dos trabalhadores em todo o mundo pela diminuição da jornada de trabalho, para ilustrar e corroborar nossa teoria em defesa da luta pelas 30 horas semanais. O sistema capitalista se consolida como sistema dominante mundial após a Revolução Industrial. Foi a força motriz à vapor, e depois à carvão que assinalou o fim do período das manufaturas e do sistema gremial (possibilitou o surgimento da grande indústria produzindo em série). Agora, um único capitalista, empregando uma quantidade grande de trabalhadores tinha um lucro incrivelmente maior. O trabalhador perdeu sua especialização. No sistema gremial cada um trabalhador dominava completamente seu trabalho. O grêmio era a organização que na indústria correspondia ao feudalismo. Mestres, Oficiais e Aprendizes dominavam completamente um determinado ramo da indústria. Um aprendiz tinha a aspiração de se tornar Oficial e Mestre. Cada grêmio de um determinado setor da indústria tinha o monopólio da produção e guardava a sete chaves seu know how. Algum membro de um grêmio que traísse sua corporação e revelasse segredos era punido até com a morte. Seu poder dentro das cidades era grandíssimo, a ponto de proibir a instalação de concorrentes em seus burgos.

11- O capitalismo comercial, com

a implementação de domínios sobre áreas cada vez mais extensas, com o lucro advindo do tráfico internacional (inclusive o de escravos) e do colonialismo criou uma acumulação de capital e uma necessidade de comércio que transcendia a capacidade de produção dos grêmios. O desenvolvimento da produção em massa era tolhido por suas regras feudais de limitação de produção e de proteção de ramos de indústria. Inicialmente os capitalistas comerciais lutaram contra o monopólio dos grêmios através da indústria doméstica, pagando a artesãos independentes para produzir individualmente produtos fora dos grêmios. Todavia, nesta fase, ainda não era dado o golpe de morte na produção gremial.

12- Com o advento do tear movido a vapor criou-se a possibilidade de vários operários ao mesmo tempo produzirem numa velocidade maior que a do operário isolado. A indústria artesanal foi sendo substituída por grandes fábricas onde havia pela primeira vez a divisão do trabalho. Nesta indústria, dez operários trabalhados juntos cooperando com uma máquina, passaram a produzir muito mais do que dez artesãos trabalhando isoladamente e controlando a produção do início ao fim. Se antes, um único operário fazia um alfinete, moldava o corpo, fazia o furo, batia na bigorna a cabeça; vários operários distintos faziam operações separadas que no fim davam o mesmo resultado com muito mais facilidade.

13- Cada operário trabalhava numa fase. Um derretia o ferro, o outro carregava a massa líquida para o forno. Um terceiro a esfriava e desenhava, um quarto moldava a cabeça enquanto um quinto fazia o furo. Por fim, um sexto operário embalava os alfinetes e o expedia.

14- Foi uma tremenda revolução na produção. A indústria artesanal, ferida de morte não durou muito. O orgulhoso artesão que controlava todas as fases de seu trabalho agora se transformava no operário especializado em apenas uma ínfima operação do produto que estava completamente alienado do trabalho final.

15- O primeiro resultado da divisão do trabalho na fábrica foi a alienação do homem em relação ao

produto do seu trabalho. Se antes o artesão controlava toda a produção e se personificava como pessoa dentro do seu próprio trabalho, reproduzia sua vida de forma íntegra no seu trabalho; agora o operário apenas transmitia a máquina um movimento repetitivo e monótono que tornava seu trabalho insuportável.

16- Citando Marx: "A máquina é uma reunião dos instrumentos de trabalho e de modo algum uma combinação de tarefas para o próprio operário. Quando pela divisão do trabalho, cada operação particular tiver sido reduzida ao emprego de um instrumento simples, a reunião de todos estes instrumentos, postos em ação por um só motor, forma - uma máquina. Instrumentos de trabalho simples, instrumentos compostos, movimentação de um instrumento composto por um só motor manual, pelo bem do homem, movimentação desses instrumentos pelas forças naturais, máquina, sistema de máquinas com um só motor, sistema de máquinas com um autômato por motor - é esse o caminho das máquinas.

17- A concentração dos instrumentos de produção e a divisão do trabalho são tão inseparáveis uma da outra, como o são, no regime político a concentração dos poderes públicos e a divisão dos interesses privados. A Inglaterra, com a concentração das terras, esses instrumentos do trabalho agrícola, tem igualmente a divisão do trabalho agrícola e a mecânica aplicada à exploração da terra. A França, que tem a divisão dos instrumentos, o regime parcelar, não tem em geral nem divisão do trabalho agrícola, nem aplicação das máquinas à terra." (Carlos Marx, A Miséria da Filosofia - 1847-, Editora Centauro, São Paulo, 2001).

18- Esta transformação só foi possível porque os capitalistas enriquecidos pelo tráfico das colônias encontraram mão-de-obra em abundância devido ao cerceamento dos campos (que foram transformados em pastagem para produzir lã, valiosíssimo artigo de exportação). O fim do feudalismo assistiu a uma vagabundagem geral e ilimitada que vai fornecer a mão-de-obra barata indispensável à instalação das novas fábricas.

19- Se nas corporações tudo era

regulamentado, e o trabalho, ainda que duro, era suportável e digno, nas novas fábricas se dava todo o contrário. A simplificação das tarefas a movimentos mecânicos repetitivos levou os industriais a empregarem crianças e mulheres. Para não morrer de fome, em condições extremamente miseráveis, os trabalhadores trabalhavam praticamente sem descanso. A Jornada de trabalho praticamente inexistia. Muitos dormiam (ou cochilavam na própria fábrica) e não era incomum jornada de trabalho de 16, 18 horas para ganhar apenas o suficiente para não morrer de fome.

20- É o momento que o trabalho visto como VALOR, como mercadoria, estende-se como forma geral para toda a sociedade. Este movimento não foi feito de uma vez para sempre, nem foi lento, gradual, aceito sem lutas. O trabalho visto por toda a sociedade como parcela de valor, foi um fato que teve de se incorporar a toda a sociedade. Só numa sociedade em que de um lado se impusesse um classe detentora dos meios de produção (BURGUESIA) e do outro, uma imensa massa desprovida de qualquer meio de sobrevivência (PROLETARIADO) poderia efetivamente impor esta norma à vida cotidiana a todos. O proletariado, em verdade, não tinha condições de vida superiores aos servos da idade média. Trabalhava mais, em piores ambientes, recebia salários miseráveis, estava proibido de se sindicalizar, não tinha direito a uma jornada de trabalho. Seus filhos passaram a ser empregados como escravos do capitalista e suas mulheres passaram a fazer parte também da engrenagem industrial e do comércio sexual hipertrofiado pelo aburguesamento de todos os valores (transformação de todos os valores no VALOR).

21- A transformação de toda a atividade humana em VALOR, a redução de todo e qualquer trabalho a uma partícula ínfima de trabalho social corporificado em valor, transformou toda a vida humana, toda ética, até a vida sexual das pessoas. O corolário ético da revolução industrial foi a revolução protestante, a criação de uma couraça sobre os sentimentos e a criação de uma família compulsiva, célula da atividade econômica.

Toda a atividade humana que não fosse destinada a PRODUZIR VALOR, tinha que ser atacada e controlada pela sociedade.

22- É interessante o estudo que Michel Foucault faz sobre isto ao demonstrar que o interesse do controle da loucura, a Moral Vitoriana purista, o crescente controle e criminalização de todos os atos sociais tem um mesmo objetivo e uma mesma raiz. O controle total sobre o trabalho, o controle direto, objetivo sobre a vida humana, com o firme princípio de reduzir o organismo humano a produzir. Assim, a loucura é perseguida não por objetivos humanos de defesa da sociedade, mas para efetivamente reduzir a possibilidade de seres humanos que não sejam PRODUTIVOS. Foucault comparou a sociedade capitalista ao grande presídio idealizado por Bentham, o Panopticon, onde, de uma sala central seria possível controlar o movimento de todos os seres humanos. Temática que foi retomada por Orson Wells em seu admirável 1984, que muitos, de forma míope, acharam que era um livro que apenas criticava o Estado Soviético, sem se dar conta como estamos absorvidos em nossa vida, em nossa existência, por um mecanismo de produção de valor que absorve a melhor e maior parte do nosso dia.

23- Ainda hoje vemos que a sociedade moderna não se livrou e sequer se deu conta desta paranóia da produção. Os conceitos de ética, moral, bem e mal estão diretamente relacionados ao homem encaixar-se ou não como uma engrenagem, como um parafuso na máquina produtiva. E aqueles que não se encaixam nelas são efetivamente perseguidos, marginalizados e fustigados como proscritos por não darem sua quota-parte na produção de valor.

24- A redução de toda atividade humana à produção de valor, a redução da consciência humana, de sua felicidade e existência à busca da produção do valor, Marx chamou de FETICHE DA MERCADORIA. Fetiche, francês, vêm do nosso vernáculo feitiço, e na verdade quer dizer a mesmíssima coisa. O complexo de inferioridade brasileira transformou fetiche numa palavra INTRADUZÍVEL. Qualquer dicionário Francês portu-

guês mostra a etimologia da palavra, do português Feitiço. Seria o poder que as coisas, que o valor das coisas assumiriam sobre as pessoas, as pessoas vivendo, consumindo-se, trabalhando apenas e tão somente para possuir. A ética pessoal sendo transpassada pela figura da propriedade e o ato de possuir tornando-se a essência da vida. E a mesa que ganha vida e dança na frente do proprietário, com uma essência própria que reifica o homem. O homem absorvido como mecanismo da máquina, retoma sua essência invertida como numa câmera fotográfica, despindo-se do seu conteúdo humano e transformando-se em reles detentor de coisas.

25- Marx, o mais genial crítico do Capital, mostrou-nos claramente que a ideologia (consciência social) dominante de uma determinada sociedade é a Ideologia da Classe Dominante, ele assim expressa esta passagem de uma sociedade baseada no costume para uma sociedade assentada no valor: "A burguesia, onde ascendeu ao poder, destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Rasgou sem compunção todos os variegados laços feudais que prendiam o homem aos seus superiores naturais e não deixou outro laço entre homem e homem que não o do interesse nu, o do insensível "pagamento em dinheiro". Afogou a sagrada reverência da exaltação devota, do fervor cavalheiresco, da melancolia sentimental do burguês, filistino, na água gelada do cálculo egoísta. Resolveu a dignidade pessoal no valor de troca de um sem número de liberdades legítimas estatuídas colocou a liberdade única, sem escrúpulos, do comércio. Numa palavra, no lugar da exploração encoberta com ilusões políticas e religiosas, colocou a exploração seca, direta, despudorada, aberta.

26- A burguesia despiu todas as atividades até aqui veneráveis e estimadas com piedosa reverência da sua aparência sagrada. Transformou o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência em trabalhadores assalariados pagos por ela. A burguesia arrancou à relação familiar o seu comovente véu sentimental e reduziu-a a uma mera relação de dinheiro." (Carlos Marx, O Manifesto do Partido Comunista, Edições Progress-



so, Moscou, 1987).

27 - Wilhelm Reich, para terminar a caracterização da sociedade do valor, mostrou como a sexualidade compulsiva e anti-natural é efetivamente necessária para a realização de uma sociedade alienada e de exploração. Uma sociedade onde o corpo reduzido ao parafuso de uma engrenagem tem de ser negado e controlado e os efetivos resultados disto. Moralismo sexual fascista, paranóia, esquizofrenia, neuroses de todo o tipo. O homem tendo sua satisfação e sua saúde, sua felicidade estrangulada por uma sociedade assentada no trabalho compulsivo e na produção continuada do valor. O homem como número. Uma moral de uma sociedade desumana só pode ser imposta com controle rígido sobre a natureza de equilíbrio do homem, desnaturando-a e convertendo-a em negação da satisfação de seus desejos mais íntimos. A felicidade assim se vê desnaturada e só pode ser conseguida numa competição brutal, onde o sorriso "Colgate" dos vitoriosos e a desumana alienação das vítimas de um processo de miséria brutal, onde esta felicidade do valor se baseia na escravidão assalariada, miséria, dor, infelicidade e vida sub-humana da esmagadora maioria.

28- É nesse contexto que surge a luta pela diminuição da Jornada de Trabalho. A fábrica aproximou os trabalhadores que se constituíram em classe no seu trabalho de produção e reprodução da vida diária, com interesses antagônicos aos do patronato em geral.

Ocorreu primeiro o movimento ludista, com quebra das máquinas e destruição de fábricas inteiras. Estes movimentos se davam porque os trabalhadores viam na máquina um mal, que causava desemprego e escravidão. Queriam retornar à era feudal. Como não é possível fazer rodar para trás a roda da história, logo, com muitas execuções e prisões o movimento ludista foi se extinguindo (mas não a resistência da classe trabalhadora).

29- No lugar do movimento ludista surgiram os movimentos cartistas e trade-unionista inglês e socialista operário francês. A luta do movimento cartista (que iria desembocar na criação das primeiras trade-unions,

os sindicatos operários) era por melhorias nas miseráveis condições de vida da classe operária (que àquela época ia se transformando paulatinamente na grande maioria da população inglesa). O movimento trade-unionista inglês criou o cartismo. Onde as aspirações da classe operária inglesa foram sendo traduzidas numa luta parlamentar, com a cooptação, prisão e até eliminação física dos elementos mais revolucionários para controle efetivo da sociedade sobre o movimento de protesto.

Ainda assim, o movimento trade-unionista inglês conseguiu as primeiras vitórias decisivas contra as jornadas de trabalho ilimitada.

### **As Mentiras sobre a Redução da Jornada de Trabalho**

30- Carlos Marx, criador do Socialismo científico, é criador e criatura de uma época. Na práxis de sua constituição como teórico, além de uma sólida formação científica, imprescindível foi seu contato com o movimento operário. Ele foi contemporâneo do movimento trade-unionista inglês e do nascente movimento socialista francês. Combatente da linha de frente, ele produziu vários textos onde combateu as mentiras contra a redução da jornada de trabalho.

31- Os teóricos burgueses, filistinos assalariados pelos patrões, diziam que se houvesse a redução da jornada de trabalho toda a sociedade desmoronaria. Isto porque o trabalhador produziria para o capitalista apenas na sua última hora de trabalho, todo o trabalho restante seria apenas para a reprodução do salário do próprio operário. O Valor, a produção do valor na produção estava completamente envolvido em completa obscuridade. Com esta propaganda em toda a imprensa burguesa da época os patrões obstinavam-se em lutar contra qualquer melhoria das condições do operário. Na verdade queriam apenas explorar ao máximo seu moderno escravo assalariado sobre as mais extremas condições.

32- Episódios como os mártires assassinados em Chicago no dia 1º de maio, que se transformou na data

internacional de luta dos trabalhadores, são demonstrações cabais de como se dava na prática este enfrentamento. O proletariado ia tomando consciência de classe exatamente nos seus embates onde os seus interesses antagônicos aos da burguesia iam se clarificando. Em cada derrota a grande vitória do proletariado era exatamente a tomada de consciência da sua força como classe e do antagonismo inconciliável de seus interesses com relação aos da burguesia.

33- Marx, na teoria teve que desenvolver a forma do valor para explicitar que era uma falácia, uma farsa a história do lucro do capitalista estar apenas na última hora de trabalho. Para começar começou a mostrar que o valor de uma mercadoria está relacionado à quantidade de trabalho SOCIALMENTE NECESSÁRIO despendido nela. Assim, uma mercadoria na qual haja um dispêndio maior do que aquele que seria socialmente necessário para produzi-la em determinado ramo, acabaria por ser vendida abaixo dos seus custos de produção. Que os custos de produção estão relacionados ao grau de desenvolvimento das forças produtivas e da competição intercapitalista, onde as indústrias menos evoluídas, onde as novas invenções que revolucionam as relações produtivas não estejam sendo aplicadas acabam por sucumbir na competição com as indústrias mais avançadas. E que os ramos onde a competição faça o preço descer abaixo dos custos de produção termina por produzir falências em série, com estas falências em série, diminui-se a produção num determinado setor e através do equilíbrio posterior entre a oferta e a procura, os preços sobem acima dos seus custos de produção.

34 - Isto, ao contrário da propaganda liberal, não é uma demonstração da crença no equilíbrio do mercado, no sentido de um equilíbrio harmônico, mas a demonstração da anarquia da produção e do mercado, onde o equilíbrio se dá por crises de super-produção onde só se alcança a estabilidade mediante a destruição de uma quantidade imensa de forças produtivas. Onde este equilíbrio, esta estabilidade, é apenas uma fase de calma que prepara as condições

para a futura crise de super-produção onde todo o alicerce da sociedade se vê ameaçado.

35 - Já vimos que o valor de uma mercadoria está relacionado ao trabalho, à quantidade de trabalho socialmente necessário despendido na produção de determinado produto. Mas a representação deste valor se dá numa relação com outras mercadorias. Um quilo de carne = três litros de leite = cinco caixas de alfinete = 1/5 de um pneu... e a lista continuaria ininterruptamente ad infinitum, para mostrar a correlação de valores que só é possível numa sociedade onde o mercado esteja completamente estabelecido e onde todo o trabalho exista para a produção de valor. No feudalismo, onde os pagamentos são em espécie e onde o servo não trabalha para o mercado, mas sim para si mesmo e uma parte do tempo para seu patrão, esta correlação não está plenamente desenvolvida. A quantidade de produtos produzidos é ínfima e a troca de mercadorias ainda é incipiente. Só numa sociedade onde todo o trabalho pode ser objetivado como valor de troca, onde toda a atividade humana seja transformada direta ou indiretamente (a atividade teórica, por exemplo) em produção de valor, em trabalho assalariado, é possível este intercâmbio ininterrupto do valor. À concentração da produção corresponde a concentração da população nas grandes cidades, a criação de grandes mercados, o rompimento das barreiras feudais ao intercâmbio, a necessidade da troca ininterrupta, pois para se apropriar do valor o capitalista necessita que toda a sociedade tome uma forma que possibilite o intercâmbio.

36 - Assim, a moeda, como expressão de valor intercambiável entre todas as mercadorias só se torna forma de pagamento realmente universal com o total desenvolvimento da produção capitalista, ela corresponde a um determinado desenvolvimento das relações de produção onde toda atividade humana reduz-se à forma VALOR da mercadoria e onde todas as mercadorias tem de ser levadas ao mercado para aí serem postas em CIRCULAÇÃO e resolverem sua dupla vida, de valor de troca para seus produtores transformarem-se em valor

de uso para seus consumido e assim receberem seu valor determinado pelo mercado. É a CIRCULAÇÃO, o MERCADO, que na verdade está condicionado tão mais que condiciona a produção, que ai determinar em última instância o VALOR SOCIAL, a necessidade, o preço final de uma determinada mercadoria.

37 - Mas, até agora avançamos muito pouco na questão do valor. Sabemos que o valor de uma determinada mercadoria se dá pela quantidade de TRABALHO SOCIALMENTE NECESSÁRIO INCORPORADO NELA, que esta determinação se dá pela CIRCULAÇÃO, pela troca constante, incessante, ininterrupta entre todas as mercadorias que vai determinar que uma determinada mercadoria receba X de valor, a outra 2 X e assim por diante, de acordo com a oferta e a procura delas, determinada todavia pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas da própria sociedade. A produção não produz só as mercadorias, produz o mercado para estas mercadorias, produz necessidades e condicionamentos novos que ampliam o mercado para esta produção. Por exemplo, vejamos a indústria de fiação, a pioneira no capitalismo, ela não só produziu roupas, ela produziu com a expansão da produção toda uma nova necessidade social por estas roupas, ampliando os gostos, os tipos produzidos, trouxe pessoas que antes não consumiam seus produtos para o mercado. Na verdade a utilidade pela qual se mede a procura de um determinado produto é também uma necessidade social, então, sua procura é última instância produzida socialmente e determinada pelas próprias mudanças na sociedade que a evolução nas forças produtivas e nas relações de produção criam a cada dia.

38 - O produtor necessita levar seu produto ao mercado para que este cria valor para ele. Ele produz sapatos, mas necessita para viver de pão, vinho, cordas, feijão, etc. Necessita então trocar este sapato por toda esta série de produtos. No entanto, ele não vai encontrar no mercado simplesmente quem queira intercambiar pão, vinho, cordas, diretamente com ele. Na verdade, a própria expansão da produção e, consequen-

temente do intercâmbio leva a necessidade da produção de um novo produto que seja a REPRESENTAÇÃO UNIVERSAL DO VALOR. Vemos na história que no início alguns produtos correspondem a esta necessidade, de forma precária, como o sal por exemplo. Os metais preciosos, por sua raridade, maleabilidade, durabilidade, acabam por substituir com vantagem todas as formas anteriores e se transformam no símbolo universal do valor, servindo de intercâmbio e se transformando em moeda.

39 - Deve-se notar que ao fim, os metais preciosos, como o ouro e a prata são mercadorias como outras quaisquer e seu valor está representado também pelo tempo de TRABALHO SOCIALMENTE NECESSÁRIO para a sua produção, por sua utilidade social. Todo o ferro do mundo é muito mais valioso do que todo ouro do mundo. Mas o ouro é muito mais raro que a prata, por esta razão serve como símbolo de valor. Todavia, a correlação do ouro com outros produtos é dado exatamente pelo tempo gasto na sua produção, descoberta, extração, refino. Cada nova descoberta de ouro que coloque em consideração uma quantidade extremamente grande no mercado diminui seu valor. Assim como, a retirada de grandes quantidades do mercado é capaz de aumentar seu valor. Se o ouro pudesse ser produzido numa quantidade tão grande como o ferro, seu valor diminuiria de tal forma que deixaria de ser "precioso"... Sua preciosidade reside necessariamente na sua raridade. Mas não só na sua raridade. Ele necessita da organização da produção de que ele seja a representação do valor, senão, como vimos na Sociedade Inca, seu Valor Monetário será zero. Achado este valor universal, o ouro, a prata na sua função de moeda, já podemos resolver a circulação, a compra e a venda através de um símbolo de valor universal. Assim, nosso produtor lança seu sapato no mercado como mercadoria (valor de troca para ele, que só se realizará na venda) e que se torna valor de uso para seu comprador. A transformação de um valor de uso num valor de troca é a metamorfose necessária para que a mercadoria crie valor para seu proprietário, a compra e a venda da

mercadoria é a relação que resolve a necessidade desta mercadoria para a sociedade. Se a mercadoria colocada no mercado não é comprada, não é absorvida pela circulação ela não é socialmente necessária naquele momento, seu valor de troca não é resolvido num valor de uso ao ser adquirida pelo consumidor. 12- A metamorfose M-D é o momento onde o produtor, ao colocar seu produto num mercado abarrotado pela concorrência verá se consegue realizar seu lucro através da venda, ou se a produção de seu bem lhe acarretará prejuízo, caso não consiga vender suas mercadorias para cobrir seus custos de produção. M-D na verdade se correlaciona com D-M. Toda venda é também uma compra. Se o produtor está no mercado com uma determinada mercadoria, para trocar por dinheiro (que como já vimos também é uma mercadoria (símbolo universal de valor todavia)) o comprador efetua a operação contrária, quer satisfazer através do seu dinheiro uma necessidade humana. Para ele o produto a ser comprado não é uma mercadoria mas um bem tão somente para seu uso. Entretanto, para obter este dinheiro, também o comprador, seja ele um assalariado ou um burguês, teve que em determinado momento vender alguma mercadoria (ainda que seja sua força de trabalho) para a obtenção do dinheiro. Assim, a venda M-D resolvida em seu contrário D-M, está numa correlação ininterrupta M-D-M-D-M, da mesma forma que a compra inicial D-M, resolve-se em D-M-D-M-D. senão com os personagens singulares iniciais, em toda uma série de compras em venda.

40 - Nosso produtor (na verdade, um grande burguês nas condições atuais de vida) não vende apenas para receber dinheiro, gastá-lo todo e deixar de trabalhar. Ele necessita separar uma parte do dinheiro da sua venda para comprar meios de produção para produzir novamente e voltar ininterruptamente ao mercado. Da mesma maneira que nosso singular comprador, que deverá continuar a reproduzir sua vida, necessitará produzir mais dinheiro para si mesmo, de alguma forma, para comprar constantemente os produtos necessários a sua vida.

41 - Bem, já chegamos ao produto que representa o valor universal, já chegamos a circulação M-D-M ou D-M-D. Sabemos que o VALOR de uma determinada mercadoria é representado pelo trabalho socialmente necessário contido nesta mesma mercadoria. Mas, por enquanto andamos em círculo. Se dizemos que o valor de um quilo de açúcar equivale à quantidade de trabalho necessária para produzir um quilo de açúcar, fabricamos uma tautologia. E só podemos efetivamente fazer séries de comparações... Dez quilos de açúcar = 5 quilos de café = 10 quilos de tomate = dois quilos de carne = ½ quilo de ouro = 15 reais..... na verdade a lista seria infinita, e no fundo sempre relacionado ao valor do trabalho. Mas afinal, como saber o VALOR DO TRABALHO? Onde se encontra o trabalho? O trabalho é uma função da força de trabalho humana viva. Então, da mesma maneira que os custos de um determinado produto são os custos para a produção deste produto, o custo do café representam-se pelos gastos necessários na produção e manutenção da lavoura, também o custo da força de trabalho representam-se pelos custos necessários produção e a manutenção da força de trabalho humana viva, ou seja, os custos de manutenção e reprodução do trabalhador. Sujeitos as todas as flutuações que a escassez, a oferta, a procura, representam para os outros produtos.

42 - Agora damos um passo à frente. Na circulação, na produção, até agora não conseguimos surpreender o momento em que se dá o LUCRO. Os nossos capitalistas e sua fração de classe de apaniguados intelectuais nos fazem acreditar que o lucro advém de uma operação de venda acima do valor da mercadoria. Mas como pode ser assim, se a determinação do preço de uma mercadoria se dá numa correlação com toda uma série de outras mercadorias? E, ainda que admitíssimos, que uma mercadoria é vendida acima de seu VALOR, logo que este capitalista realize seu lucro se torna um comprador ele compraria todas as outras mercadorias acima do seu VALOR também... assim, a operação inicial de vantagem seria completamente anulada

pelos compras subsequentes. Não é possível que toda a classe capitalista engane-se entre si.

42 - O capitalista necessita de um produto que através de uma alquimia produza um SOBREVADOR. Ele encontra este produto no mercado, este produto é FORÇA DE TRABALHO HUMANA VIVA. Este conceito é fundamental. Pois, na verdade o capitalista não compra o trabalho do operário, ele compra a FORÇA DE TRABALHO. O trabalhador aliena de uma só vez toda a sua força produtiva para o capitalista. Já vimos que o custo da força de trabalho humana viva é o MÍNIMO INDISPENSÁVEL PARA A MANUTENÇÃO DO TRABALHADOR. Alguns objetaram que muitos ganham abaixo, ou acima deste mínimo necessário, de acordo com a flutuação do mercado, este mínimo deve ser visto como o mínimo para a manutenção e reprodução de toda a classe em si, incluindo-se aí as despesas para a criação dos filhos e para a educação da mão de obra.

43 - Assim, descoberta a pedra filosofal da produção burguesa, sabemos que a maneira que o trabalhador se auto sustenta é ao vender sua força de trabalho para o capitalista e receber um salário. Este salário é condicionado pelo mínimo necessário para a reprodução de sua vida. Digamos que este trabalhador receba, nas condições brasileiras atuais 400 reais. Ele trabalha para produzir este mesmo salário 2 horas por dia.

Então ele pega suas coisas e vai embora para casa descansar com sua família, ler, desenhar, pintar, jogar futebol.

-Epa, alto lá!!!! Grita o nosso capitalista! Eu comprei o trabalho deste trabalhador (nós já sabemos que ele comprou a Força de Trabalho, mas nosso burguês, não) para que ele trabalhe oito horas para mim!!!! Ele tem de trabalhar as outras seis. Estas seis horas de trabalho a mais que o trabalhador entrega graciosamente ao capitalista é o segredo do LUCRO, DO SOBREVADOR.

Esta operação também pode ser representada por peça, aquele trabalhador que trabalha por peça, geralmente trabalha uma para si, para seu auto-sustento e outras duas ou três de graça para o capitalista.

É a MAIS-VALIA

E nesta relação de trabalho não pago que reside todo o lucro do trabalho na sociedade capitalista.

Por esta razão, por não querer reduzir seu lucro é que os capitalistas lançaram a fábula de o lucro do capitalista estar somente na última hora trabalhada. Os burgueses não queriam de um lado que seu lucro diminuísse, de outro não queriam que os operários comessem a interferir na produção como classe, através de sua coesão, ditar normas ao capital diminuir a apropriação que o capitalista tem da vida do moderno escravo.

44 - Isto resultou em pesados choques. Mortes, prisões, repressão violenta do movimento trabalhador. Quase sempre os trabalhadores saíram vencedores (ainda que parcialmente destas lutas), e é assim que a jornada de trabalho veio diminuindo em mais de século e meio de resistência proletária. Das iniciais 18, 16, 14 horas para as atuais 8 horas.

Na verdade, a diminuição da jornada de trabalho também trouxe vantagens ao próprio capitalista. Com as melhorias das condições de vida adjacentes a esta diminuição, uma melhor concentração, uma diminuição no número de acidentes e uma exploração intensiva do trabalho humano que fez com que o trabalhador pudesse produzir em oito horas o mesmo que em 12 ou 14 horas por dia.

As profecias catastróficas dos ideólogos da burguesia que prediziam a ruína da produção com a diminuição da jornada de trabalho nunca se concretizaram, na verdade as benesses da diminuição da jornada de trabalho conseguidas pelas lutas operárias foram apropriadas em benefício da própria burguesia, com uma maior racionalidade da produção e uma diminuição do descontentamento proletário com a redução do grau de exploração.

## A Alienação do Homem no Processo do Trabalho e Sua Reificação

45 - Na produção o operário não se realiza como pessoa. Ao contrário do servo ou do mestre da idade média, ele não controla seus meios

de produção, é controlado por eles. Seus movimentos repetitivos necessários a uma determinada fase da produção o alienam do processo completo de produção. Ele não passa de uma peça de engrenagem que é mais capaz sendo mais castrado, que é melhor sendo mais parcial, que é mais eficiente, sendo menos humano. O processo de produção é já em si também o processo de alienação do trabalhador, que não se dá conta de todo o processo de produção e reprodução, que através da circulação faz parte do processo de produção e reprodução da sociedade.

46 - Com um processo de trabalho alienante, onde ele se vende, todo seu tempo vital ao capitalista, a vida deste operário começa depois da jornada de trabalho, em sua casa, na taberna, ele experimenta a reificação de uma parcela de sua vida. Como o próprio Marx, dizia, numa sociedade castrante e alienada, tão importante quanto a batata para a reprodução e consolidação da classe operária (ao baixar os custos de produção) foi a aguardente, para conseguir conter toda a frustração de uma vida que não tem sentido. Vendido de uma vez para sempre para os capitalistas, e dependendo desta venda para sua sobrevivência, o operário observa o Mercado como uma mão invisível, que num dia de desgraça pode jogá-lo e toda sua família na MAIS ABSOLUTA MISÉRIA. Seu trabalho só vale para ele como produtor de VALOR. O valor que permeia toda a sociedade humanidade cria o FETICHE DA MERCADORIA, na sociedade da forma valor. O trabalho do operário, para ele mesmo, só tem significado enquanto produtor e reproduzidor de valor, no qual ele poderá se encaixar na sociedade, onde ele poderá comprar os bens necessários a sua existência. A sua reificação da existência alienada se dá, na sociedade de valor, na compra e venda de mercadorias, que têm uma existência para além do valor de uso, são símbolos de status e importância, tem todo um FETICHE, uma existência para além de sua significação de produtos, na sociedade do valor. A posse reifica e traduz significado à existência humana.

Toda a luta por uma nova sociedade, onde os homens não estejam

escravizados às coisas, tem de passar pela crítica da Forma Valor. Como observam vários teóricos, vivemos numa sociedade onde os homens estão escravizados a seus produtos e trabalham várias horas, ou a maior parte de suas horas, por uma série de coisas das quais realmente não teriam a mínima sociedade, mas que traduzem as diferenças de STATUS numa sociedade capitalista alienada.

E nesta crítica da alienação do homem no processo produtivo, com a perda de sentido de sua existência individual que Carlos Marx coloca a crítica revolucionária da palavra de ordem de passagem do REINO DA NECESSIDADE para o REINO DA LIBERDADE.

47 - A quantidade de forças produtivas libertas e lançadas ao domínio da humanidade podem, numa sociedade controlada diretamente pelos produtores acabar com a alienação. Em lugar de o homem trabalhar para as coisas e ser escravo do tempo, ser escravo da produção, o homem dominar a produção para libertar seu tempo livre e se tornar senhor de sua própria existência.

48 - Neste trabalho panfletário examinamos (não meticulosamente) as várias vantagens e as várias razões para lutar pela diminuição da jornada de trabalho.

Há ainda uma razão estratégica. Já há mais de uma década que o movimento operário e trabalhador vem correndo como o cachorro atrás do rabo. Sempre com lutas defensivas, para não perder mais direitos. Lutar pela jornada de trabalho de seis horas diárias, 30 semanais, subverte esta lógica. É uma luta ofensiva, que abre a perspectiva de contratação de uma quantidade maior de mão de obra (e com isto se engrossaria até certo ponto - dadas as dificuldades estruturais da crise do Capital - as fileiras dos trabalhadores formais), o aumento real do poder aquisitivo ao traduzir uma mesma remuneração por menos horas trabalhadas e, além de tudo isto, abre a discussão da diminuição da jornada de trabalho na perspectiva socialista de eliminação do trabalho como maldição e da necessidade de lutar por uma sociedade onde a produção seja regulada,

visando o bem-estar geral, onde as pessoas só gastem de seu dia o tempo necessário e indispensável para a manutenção da sociedade na produção e que, aproveitando a evolução das forças produtivas, possam se utilizar da melhor maneira possível e que lhes aprouver (cultura, ócio, esporte, etc) sua vida.

Jogar o movimento dos trabalhadores na ofensiva, questionando a ordem capitalista alienante, brutal e estéril;

Diminuir um pouco o desemprego nesta crise aguda e crônica do sistema capitalista em sua fase final;

Melhorar um pouco as condições de vida dos trabalhadores, liberando mais tempo livre para eles;

Aumentar o salário real efetivo do trabalhador desde que ele tenha o mesmo salário por uma jornada menor;

49 - Todas as razões para que esta luta seja primordial e estratégica no movimento sindical estão aqui expostas. Mas a maior de todas, a fundamental, é o questionamento efetivo da alienação do homem no processo de trabalho, submisso horas e horas por dia, numa labuta que lhe é alheia e que o vai esgotando ano após ano, apenas para que ele tenha condição de ser remunerado para se reproduzir, comprar e produzir mais valor (os setores que não trabalham diretamente na produção: Bancos, Administração Pública, Justiça, Segurança, etc, entram no custo social de produção, posto que são fundamentais na existência do sistema e seus custos entram na contabilidade dos setores produtivos, portanto, também são regidos pela lógica do VALOR), como RAZÃO DE EXISTIR DA HUMANIDADE.

Não é à toa que os burgueses reagem com violência a redução radical da jornada de trabalho. Eles no fundo sabem que a partir do momento que os proletários começarem a questionar a submissão total ao processo produtivo e a cobrar mais tempo para sua existência humana além do funcionamento como parafusos, já está se questionando a razão de existir de todo o Capital. O Capital só sobrevive se houver separação entre a produção e a cadeia de mando, a administração, a produção e a circulação.

Quando os trabalhadores começam a questionar o funcionamento de toda a estrutura produtiva, começam a questionar sua existência de formigas alienadas, dão um passo, pequeno mas efetivo, para começarem a entender e dar o passo final na libertação de todo o processo brutal de trabalho que seja exterior a eles mesmos, no caminho por uma sociedade auto-gerida e controlada em toda sua gênese pelos trabalhadores.

50 - Contra a alienação, o embrutecimento, a perda do sentido de existência humana, 6 horas de trabalho diário, 30 horas de trabalho semanal para toda a sociedade.

Apenas o primeiro passo para um futuro no qual, com certeza, as pessoas não gastarão mais que duas ou três horas nas funções de manutenção da sociedade e terão todo o dia, todos os dias, de toda a sua vida a dispor.

A libertação dos trabalhadores só pode ser fruto da luta dos próprios trabalhadores!

1 - "A Vida deveria ser duas, uma para ser ensaiada, outra para ser vivida". Esta frase escrita em um muro é maravilhosa, mas, infelizmente não é real. A vida é apenas uma. Há uma maldição no gênesis, ganharás tua vida com o suor do teu rosto. Parece que a humanidade levou a sério mesmo o texto, e não se empenha em transformar a terra no Éden, num lugar ideal para se viver (esta aventura única e infelizmente não repetida).

2- Marx em um de seus trabalhos mais brilhantes dizia que sociedade chama de trabalho apenas uma parcela ínfima da vida humana. Reduz assim a possibilidade do homem viver e se realizar. Desde pequenos somos educados para sermos máquinas responsáveis e autômatas que dão respostas eficazes quando acionados para trabalharmos. Não é à toa que o melhor trabalhador é aquele que menos contesta. 3- No item eficiência sempre está pressuposto que o trabalhador mais capaz é aquele que seja menos humano, que não responda às ordens absurdas, que produza, por mais monótono que seja o serviço sem reclamar, que não atrapalhe de nenhuma maneira o sagrado altar da produção.

4- Chaplin em seu maravilhoso

"Tempos Modernos" retrata o trabalhador civilizado quase como um robô. O mesmo magnífico pensador cunhou a frase, não sois máquinas, homens é o que sois. Em nome da eficiência máxima e do lucro total, 50 milhões de pessoas morreram na 2º Grande Guerra, onde eficientes máquinas modernas de matar mostraram a que ponto pode se chegar o descalabro humano de trabalhar sem pensar.

5- Por mais que o trabalhador, por muitas vezes esqueça, ele é, antes de tudo um ser humano. Com anseios, tristezas, privações, alegrias e com uma perspectiva de vida pequena e única que não pode, infelizmente, por razões biológicas, ser renovada.

6- A pergunta que fica é, é necessário e lógico gastar oito horas do dia dentro de um ambiente de trabalho fechado, com o grau de produtividade a que chegou a sociedade capitalista???? E a resposta, vista de qualquer ângulo é sempre não.

7- Por mais que haja trabalhadores doentes e neuróticos capazes de até querer que a jornada seja aumentada para 10, 12 ou 14 horas (pessoas infelizmente vazias, solitárias, sem vida própria e sem alegria), a grande verdade é que a produtividade atual do trabalho nos indica uma jornada máxima de seis horas diária.

8- Em seis horas de trabalho é possível produzir em qualquer ramo que seja, o mesmo que em oito horas e com muito mais eficiência. Embora hoje eu não queira falar para nossos patrões e, ou chefes, então eu não vá explorar a tanto assim a questão da produtividade (que aumenta efetivamente assim como diminuem os acidentes de trabalho, as lesões por esforço repetitivo, diminui a necessidade de descanso durante o expediente, aumenta o poder de concentração), etc.

9- Quero falar é para cada companheiro, que a diminuição da jornada nos dará mais horas de luz do sol, mais horas com a família, mais horas para lazer e estudo e, até para os neuróticos por trabalho, mais horas para eles trabalharem em outro serviço e se esquecerem da vida fria e vazia que estão levando.

10- A diminuição da jornada de trabalho é antes de tudo um passo no

sentido da emancipação com relação ao automatismo de um modo de viver que vai matando aos poucos o ser humano que há em nós (nos transformando em uma peça de mobiliário da seção), já que passamos mais horas no nosso trabalho do que com nossos entes queridos. E não estamos levando em consideração o tempo gasto com condução e alimentação enquanto trabalhadores, que eleva a jornada de trabalho a 10, 12, 13 horas por dia...

11- Diminuição da Jornada de trabalho para 6 horas por dia sem redução de salário. Um direito pelo qual vale à pena lutar. E é bom lembrar que ao lutarmos por esta emancipação de parte de nossa vida do jugo do trabalho compulsivo, estamos lutando também pelos nossos companheiros desempregados, a diminuição da jornada de trabalho obriga as empresas a contratarem mais funcionários para cobrirem seu expediente (principalmente as fábricas e as prestadoras de serviço). Estaremos ao lutar por nosso direito ajudando a diminuir um pouco o impacto do terrível desemprego que assola nosso país (é claro que só isto não vai solucionar este problema).

12- Já que se fala tanto em trabalho escravo, eliminemos a escravidão que existe em nosso dia a dia. Não ao prolongamento inútil e desumano das horas de trabalho, pela jornada humanista de 6 horas diárias!

## **A Sociedade do Fruir e a Sociedade do Trabalho Compulsivo.**

1- Um belo dia seu pai te chama e te diz:

- Filho, você precisa tomar um rumo. Você precisa ser alguém na vida.

Você então descobre que não é nada. Que sua vida até aquele momento nada foi, porque você é ninguém. Mas, como pode? Como será que você, nesta época na adolescência, ou pouco depois dela, não ser nada, não significar como pessoa coisa nenhuma?

Este diálogo muito real e comum revela muito do Fetichismo da Mercadoria da nossa sociedade.

Demonstra que tudo tem que passar pelo buraco de agulha do Valor para ser reificado e incorporado no mundo "real". Enquanto você nada possui, você não é nada. Nem mesmo é humano. Sua humanidade, existência, sentido de existir tem de estar corporificado em alguma função do Valor. Só será reconhecido como máquina reprodutora de valor. Pouco importa sua função. Médico, jurista, professor, motorista, operário, de algum modo você tem de reproduzir a lógica de produção e reprodução do Capital. Vender-se e comprar muito, muito além da própria necessidade de comprar e vender o que é necessário para viver. Na verdade, viver então subsume-se a comprar e vender muito, quando der por conta, você estará empenhado por muitos anos, financiando seu próprio trabalho, com dívidas longuíssimas, que prometem que você será escravo dos produtos que consome durante décadas, até quase à beira da morte, tendo em vista que nossas sociedades agora prolongam a idade limite das pessoas se livrarem da escravidão assalariada, na idéia de que deve se aumentar a "idade produtiva".

2 - Mas, que diabo de idade produtiva é esta? Produtiva como? Para quem e para que? Numa sociedade que parou de se pensar, os indivíduos param de raciocinar, de questionar esta lógica perversa. O trabalho é um fim em si, que nunca jamais pode ser questionado. Engrenagens, peças de uma moenda de triturar seres humanos, aprisionamos, agrilhoamos uns aos outros na lógica irracional de que o TRABALHO DIGNIFICA. Na verdade, o TRABALHO ESCRAVIZA.

3 - Vivemos a contradição de aumentarmos a produtividade num grau jamais imaginado antes pela humanidade e, em lugar de diminuirmos nosso ritmo de trabalho, nosso compromisso, o comprometimento de nossas vidas, de nossas sagradas horas que temos como aventura neste planetinha azul e que jamais se repetirão, o tempo que resta é todo novamente dedicado ao Deus Trabalho que também é o Deus Manon (não é à toa que a grande festa anual de nossa sociedade seja o festejo da Mercadoria). Na cantilena louca, que sem especialização não mais

existe lugar num mercado, que cada vez mais vira um Deus ex Machina e um mito, as horas disponíveis para o desfrute de lazer viram horas de estudo e especialização. Não de estudo de música, língua, artes, dança ou qualquer coisa sem ligação com o valor. Que dê puro e simples prazer, que seja desfrute. Mas estudo que se torne Capital, que seja reconversível em mais salário para necessidades cada vez mais questionáveis, de uma sociedade de homens rendidos, prostrados a Manon, a este Deus Valor que nos diz que trabalhar desgraçadamente, sem pensar, pensando é a razão da vida.

4 - Num mundo onde uma colocação no mercado de trabalho cada vez mais se parece a uma fantasia louca neurótica do que a uma possibilidade real, as pessoas sequer conseguem enxergar que a antiga sociedade do trabalho está ferida de morte. Os trabalhos nos setores produtivos que caracterizavam a sociedade industrial fordista foram e estão sendo substituídos (mas não numa proporção que garanta emprego a todos) por ocupações sem nenhuma especialização, e com um pagamento para lá de ordinário, devido a pressão que o imenso exército de desocupados coloca sobre o salário. Na verdade, o salário tem diminuído, em regra, tanto, que mais se parece com uma esmola. Há uma linha tênue separando quem está desempregado de quem tem um trabalho com salário miserável, e muitas vezes não se sabe muito bem o que rende mais, o emprego miserável ou o desemprego, onde a pessoa sobrevive de bicos ou de ajudas.

5 - Completamente alienados de que não necessitamos viver assim, numa espécie de frenesi e loucura neurótica coletiva, disputamos a tapa os últimos lugares nas senzalas dos senhores de escravos. E a esquerda repete argumentos não muito sérios (e nos quais ela mesmo não acredita) de retomada de crescimento com criação de mais postos de trabalho. No fundo todos sabem que a sociedade do trabalho compulsivo, a sociedade capitalistas, o reino da necessidade está ferido de morte. Só que admitir isto é admitir irracionalidade de nosso modo de vida e fazer uma

crítica de alto a baixo de uma sociedade que precisa reaprender a viver sem a rotina neurótica, compulsiva e louca do trabalho compulsivo.

6 - A ideologia dominante de uma sociedade é a ideologia da Classe Dominante. Para a nossa elite mundial, a burguesia dona das senzalas, dos modernos meios de criar seres parciais neuróticos, escravizados a uma rotina entediante de escravização a seus próprios produtos, há que se falar sempre que criticar a sociedade do trabalho é loucura, "utopia". De outro lado, a esquerda radical entende mais de materialismo histórico do que de dialético. Presa ao trabalho, até o nome de seus partidos carrega em seu seio o nome maldito da escravidão ao Trabalho. Poucos, talvez menos de 1% dos marxistas sequer ouviram falar na teoria marxista da abolição do trabalho, atacam esta palavra de ordem como se fosse "re-*revisionismo reacionário*", quando na verdade é pura dialética marxista.

7 - Não estamos tão longe assim desta abolição do trabalho. Quando Marx elaborou esta tese (deliciosamente defendida por Paul Lafargue em seu *Direito à Preguiça*), ele sabia que a evolução dos meios de produção não permitia ainda este vôo. Mas ele antevia que o Capital libertou forças produtivas poderosas que poderiam realizar por fim a libertação do homem. A libertação do homem não é uma pura e simples repartição social. Marx colocou isto de maneira sarcástica quando num intervenção disse: "eu não sou marxista". Referia-se ao que ele chamou de marxistas vulgares, que viam o reino da liberdade, o comunismo, como uma sociedade de repartição pura e simples, onde todos teriam acessos a mesma quantidade de bens. Marx nunca pretendeu isto. Ele mostrou que esta concepção no fundo é burguesa, um socialismo pequeno burguês, porque o pequeno proprietário não consegue pensar além da sociedade do trabalho, não pode ver um mundo onde as idéias não passem pelo fio condutor do fetiche da mercadoria, não necessitem da reificação do valor. Portanto, não pode abstrair uma sociedade onde a valoração não seja pela quantidade de bens que tem um indivíduo, mas sim como e como ele

pode fruir da vida.

8 - A sociedade do trabalho compulsivo está numa crise crônica e terminal. Não tem mais como se reproduzir e só pode sair de suas crises alargando limites sociais que não são infinitos. O profundo fosso que o sistema cava entre uma humanidade que ainda consegue reproduzir sua existência dentro da forma Valor e a imensa maioria que vai sendo colocado à parte do processo de reprodução de vida através do Capital, não tem saída. Não há resposta, nem resgate para a imensa crise social que o Capital aprofunda dia a dia. Só um imbecil oligofrênico crônico acredita que, com a previsão que o número de favelados, de excluídos, de desempregados duplicará em apenas 30 anos, não terá conseqüências na retomada dramática e violenta dos conflitos sociais. Conflitos sociais que não terão saída, resolução na sociedade capitalista do valor. Por mais que ela invista no conflito, por mais que ela ser arme, por mais que ela aposte na barbárie e no extermínio massivo e indiscriminado de populações inteiras para manter íntegro o status dos donos das modernas senzalas.

9 - Nenhum sistema que perde sua base social sobrevive. Isto é uma verdade comprovada empiricamente em toda história da humanidade. Quando o número de escravos elevou-se de tal modo que tornou impraticável a continuidade do sistema escravista, Roma, que parecia eterna ruiu, e através do colonato chegamos a um novo modo de produção, o feudalismo. Depois, com a evolução das forças produtivas, com o alargamento dos mercados, com a expulsão dos agricultores do campo, o feudalismo foi perdendo a sua base social, e, por mais que a aristocracia usasse da força para manter suas posições, a falta de base social para seu sistema fez com que o Capitalismo tornasse sistema dominante. Hoje vivemos o mesmo processo dentro do Capitalismo. O Capital deixou de ser um estímulo ao avanço das forças produtivas e hoje a extração de mais valor, de mais valia, do ser humano, passou a ser um entrave para a continuação das relações de produção. Com o predomínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo, do capital constante sobre o

capital variável, em níveis cada vez maiores dentro das unidades fabris, o capitalismo vai criando sua cova, a contradição antagônica sem solução dentro dos marcos do sistema do sistema de mercado sem mercados.

10 - Se o capital fordista caracterizava-se pela ocupação intensiva da mão de obra, com uma participação grande do capital produtivo, do capital variável no produto final, com isto os operários financiando o próprio sistema e recebendo benesses desta simbiose, desta troca, contrariando na prática aquele aforismo escrito no Manifesto do Partido Comunista: "os operários nada tem a perder, senão suas cadeias"; o capital da automação, o moderno capital toyotista, caracteriza na predominância cada vez maior do trabalho morto sobre o trabalho vivo, por um desemprego crescente, por criações de válvulas de escape fantasistas, de ocupações artificiais para tentar contornar-se a crise incontornável, pelo ataque às conquistas da fase áurea do movimento operário para se garantir a reprodução ampliada do capital sobre uma base cada vez mais estreita. Gera uma pauperização e marginalização crescente que não pode ser revertida. Não há promessa de emprego, de ocupação para a maioria das pessoas das novas gerações. Serão os "desempregados estruturais", gente sem função, ocupação, sem lugar e sentido num sociedade que valoriza as pessoas exatamente pelo lugar que estas ocupam nesta máquina de moer gente e fazer loucos.

11 - Vamos gerar loucos numa profusão nunca dantes imaginada. Pessoas das quais cobramos que sejam "gente" a partir de suas ocupações dentro do Capital, mas para as quais cada vez, numa maior intensidade, menos haverá ocupações onde reproduzir a vida através do valor. É exatamente por esta razão que o Capital não consegue acabar com as grandes frentes de protesto populares proletárias, armadas ou não. Das FARC's ao Exército Zapatista, passando pelo Movimento dos Sem Terra no Brasil, aos Movimentos Indígenas no Equador e Peru, aos Piqueteiros na Argentina, o que fica claro para estas massas que começam a se movimentar e convulsionar o conti-

nente é que para eles não há saída dentro do Capital. O Capital não pode reproduzir a mais importante ferramenta de trabalho do sistema, o SER HUMANO. Estes proletários paupérrimos, jogados fora do sistema para si são uma classe em si, no sentido que Marx colocava. Eles não têm interesses pessoais que contraditem os interesses de outras classes, não querem benesses, melhorias ou privilégios. Necessitam para sobreviver reorganizar de tal modo a produção de forma que todos tenham acesso aos produtos pertencentes à toda humanidade, sem exclusão, exceção. E isto é impossível dentro dos marcos do Capitalismo.

11 - Esta imensa massa proletária miserável não tem outra saída para sua sobrevivência do que reorganizar de baixo a cima a sociedade, ferindo de morte uma organização social que mata o ser humano para continuar a sua sanha irracional de desbarato de todos os recursos do planeta, de destruição da natureza, da nossa nave espacial em que todos vivemos, só para não perder o controle da senzala.

12 - Por isto, neste momento, novamente se coloca na pauta do dia a ruptura radical visando a uma sociedade do desfrute. Não podemos reproduzir os erros de uma tentativa socialista que colocou como parâmetro de desenvolvimento socialista a taxa de produção de aço. Temos a necessidade de revolucionar o homem de forma humanista. Fazer a crítica revolucionária radical da sociedade capitalista, através de uma classe, o proletariado, que não têm nada a perder senão suas cadeias, tem o novo mundo a ganhar, para inaugurar uma nova era.

13- Se esta classe em si, que não pode se libertar sem libertar toda a sociedade, tomar o poder, não pode repetir a lógica do Valor, do trabalho compulsivo e neurótico, esvaziador do ser humano, se não quiser condenar sua tentativa socialista ao fracasso. A passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade não ocorrerá sem uma crítica QUALITATIVA DA PRODUÇÃO, sem que a humanidade pergunte não somente como produzir mas sim o que produzir e para que produzir. Ao contrário

da lógica do Capital, que pretende manter de forma indefinida o crescimento perdulário da produção em que pese que, por exemplo, o aumento indiscriminado da produção de automóveis possa matar a terra envenenada, a nova sociedade socialista nascida dos escombros do Fetiche da Mercadoria, tem que subsumir a produção à necessidade humana de desfrute da vida.

14 - Abolir o trabalho, este conceito que parece tão complicado, mas é tão simples, tem de ser o objetivo da esquerda radical, que necessita para renascer e incorporar este movimento social de protesto crescente livrar-se da lógica do falso marxismo, ou marxismo vulgar. A questão não é pura e simples de repartição, é de rasgar de alto a baixo o véu que encobre a escravidão burguesa e colocar claramente a atualidade da necessidade de uma transição radical para uma outra sociedade. A retomada da dialética, da teoria dos saltos, de se entender que a acumulação quantitativa tem de levar a saltos qualitativos, a rupturas que criem todo um mundo novo. Que é impossível remendar a roupa velha desta sociedade imprestável, de que o rei Capital está nu, e que agora lhe será impossível enganar muito mais tempo a grande maioria da humanidade condenada a fome, a miséria e a escravidão crescentes dentro desta crise que é um beco sem saída. Poucos, muito poucos são aqueles que podem tirar alguma benesse ainda dentro deste sistema. E mesmo estes, se tiverem um pouco de sensibilidade e conseguirem enxergar o incrível desastre social e ecológico que significa o Capital hoje em dia, vão se juntar, para bem de seus filhos e do restante das futuras gerações à crítica radical que visa na prática revolucionar e acabar de uma vez para todas com a escravidão assalariada.

15 - Mas voltando ao nosso conceito de trabalho. Em Marx o conceito de trabalho tem dupla classificação. Ele é lato sensu: "A CONDIÇÃO NECESSÁRIA DE VIDA IMPOSTA PELA NATUREZA AO HOMEM". Este trabalho não será abolido em nenhuma sociedade humana. Nossa língua não tem a duplicidade que outras têm, onde se diferencia, por exemplo no inglês,

work e labour. A dialética marxista, onde as categorias sucedem-se no tempo de acordo com as transformações sociais reais, diferencia trabalho e trabalho. O trabalho como relação com a natureza, como reprodução da vida humana, perdurará. Todavia o "Labour", o trabalho compulsivo, inaugurado com a propriedade privada dos meios de produção, este deve ser ABOLIDO.

16 - Ao criticar a sociedade da gens, em "A Origem da Propriedade Privada, da Família e do Estado", Engels demonstrava que não tinha sentido perguntar a um índio se pescar ou caçar era um trabalho. Ele simplesmente não tinha esta separação, não tinha uma compulsão externa, uma organização que tirasse dele um trabalho que lhe fosse exterior e vazio. Caçar, pescar, coletar frutos eram atividades prazerosas donde, ao mesmo tempo que ele tirava seu sustento, ele dava sentido a sua existência. Somente com a criação do Estado, com a divisão da sociedade em classes pode se criar uma máquina de extração de trabalho compulsivo, o trabalho no sentido que Marx dizia que devia ser abolido.

17 - Marx não previa uma volta ao comunismo primitivo. Ele sabia que numa sociedade assentada sobre a carência, não poderia se organizar de uma forma superior uma sociedade igualitária, onde os seres humanos poderiam desenvolver todas as suas habilidades. Marx previa a morte do trabalho compulsivo, daquele localizado exteriormente ao homem, numa sociedade onde a produção fosse organizada de forma que não houvesse nenhuma carência, que de todos fosse tirado segundo sua capacidade e a cada qual fosse dado segundo sua necessidade. Mas uma sociedade mudada, cria homens mudados e necessidades distintas. Aí é que entra a discussão da sociedade do desfrute.

18 - Na sociedade capitalista, como bem observou Marx, o trabalho é apenas uma parcela ínfima da atividade humana. Uma parcela miserável, agonizante, esclerosada, alienante e brutal. Com a abolição do trabalho compulsivo como norma da sociedade é possível se organizar a produção e a sociedade de forma que as pes-



soas prestem serviços à sociedade por no máximo três horas e tenham todo o restante do dia para o desfrute. Da arte à simples preguiça, dança e pintura, esporte ou o simples ato de dormir, ou o prazer sexual, numa sociedade liberta do PRECONCEITO DO TRABALHO, é possível fazer com que os bens, os frutos coletivos da produção cheguem a todos os seres humanos sem distinção e que não haja mais estratificação dos homens por seus bens.

19 - À sociedade compulsiva do trabalho temos que lutar para que se siga a sociedade coletiva do desfrute, do prazer social, da humanidade organizada para que o homem seja realmente livre, não uma máquina absurda de produção de valor, que gasta quase o tempo total de suas horas acordadas trabalhando ou apri-morando (trabalhando de forma indireta) sua força produtiva. Uma loucura que cria seres parciais e insensíveis. Escravos da máquina, escravos dos produtos para os quais trabalha, escravos de uma mentalidade que hoje ameaça de forma gravíssima o futuro próximo da humanidade e de nosso planeta.

20 - Só com a retomada humanista da crítica radical a sociedade do valor, a crítica do Capital como sistema alienador e castrador do homem, será possível recriar um movimento socialista hegemônico, necessário para disputar corações e mentes dos povos, dos proletários de todo mundo, nesta luta pela sociedade do desfrute, contra a compulsão do trabalho. Luta que significa para cada um de nós a possibilidade de haver futuro para a grande maioria da humanidade.

**SOCIALISMO OU BARBÁRIE!  
VENCEREMOS!**

## PROPOSTAS PARA A PLENÁRIA:

1) Tornar a luta pela jornada de 6 horas prioritária para a Federação e seus Sindicatos.

2) Criar uma comissão permanente de mobilização pelas 6 horas, no modelo das criadas para Agente de Segurança e Oficial de Justiça.

3) Realização de um Seminário Nacional pela redução da jornada de trabalho, com a realização do primeiro seminário no Rio de Janeiro.

4) Juntas esta tese às teses aprovada pela Plenária.

5) Aprovar uma cartilha das 6 horas.

**Assina:**

Roberto Ponciano

# XIII Plenária Nacional da Fenajufe



**SÓ A LUTA TRAZ CONQUISTAS**

Fortalecer as organizações dos trabalhadores para garantir nossos direitos.

**Natal/RN  
19 a 21  
maio/2006**



Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União  
SCS Ed. Antônio Venâncio Silva 14º andar – Brasília-DF – (61) 323 7061  
[www.fenajufe.org.br](http://www.fenajufe.org.br) – [fenajufe@fenajufe.org.br](mailto:fenajufe@fenajufe.org.br)